

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 174, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 239/2021
OF 448/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 531, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM, no município de Agrestina - PE;

2 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 - Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci - AL;

3 - Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015 - Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia - GO;

4 - Portaria nº 6.219, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari, no município de Laranjal do Jari - AP;

5 - Portaria nº 90, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga, no município de Nuporanga - SP;

6 - Portaria nº 249, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis, no município de Palmeirópolis - TO;

7 - Portaria nº 531, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, no município de Carmo do Cajuru - MG;

8 - Portaria nº 903, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB, no município de Bonito - MS;

9 - Portaria nº 1.401, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá, no município de Igaratá - SP;

10 - Portaria nº 1.849, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras, no município de São José das Palmeiras - PR;

11 - Portaria nº 1.085, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Branca - SP;

12 - Portaria nº 1.457, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Rádio de Pio IX, no município de Pio IX - PI;

13 - Portaria nº 1.884, de 7 de junho de 2017 - Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM, no município de Pardinho - SP;

14 - Portaria nº 1.971, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara, no município de Arara - PB;

15 - Portaria nº 2.209, de 7 de junho de 2017 - Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga, no município de Itapuranga - GO;

16 - Portaria nº 2.469, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Pirajuí, no município de Pirajuí - SP;

17 - Portaria nº 2.735, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro, no município de Barão de Cocais - MG;

18 - Portaria nº 3.049, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta, no município de Jaguaribe - CE;

19 - Portaria nº 5.742, de 20 de dezembro de 2017 – Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM, no município de Juazeiro – BA;

20 - Portaria nº 5.747, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas, no município de Pancas - ES;

21 - Portaria nº 5.749, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo, no município de Morro Redondo - RS;

22 - Portaria nº 6.159, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, no município de Niterói - RJ;

23 - Portaria nº 293, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Educacional e Cultural Interativa, no município de Medianeira - PR;

24 - Portaria nº 1.011, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Japonvar, no município de Japonvar - MG;

25 - Portaria nº 2.503, de 17 de maio de 2018 - Associação Cultural e Comunitária Normário Sales, no município de Jussari - BA;

26 - Portaria nº 1.258, de 14 de março de 2018 – Movimento de Ação Comunitária - MAC, no município de Solonópole - CE;

27 - Portaria nº 1.267, de 14 de março de 2018 - Associação Casa da Cultura de Bom Jardim, no município de Bom Jardim - PE; e

28 - Portaria nº 1.699, de 4 de abril de 2018 - Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão, no município de Bueno Brandão – MG;

29 - Portaria nº 3.891, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, no município de Canoinhas - SC; e

30 - Portaria nº 5.176, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Genildo Melo, no município de Severiano Melo – RN.

Brasília, 2 de junho de 2021.

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043110/2011-93, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, inscrita no CNPJ nº 02.834.821/0001-59, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carmo do Cajuru, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCnº 531, de 09 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 531/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043110/2011-93 e nº 53710.001485/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0954515** e o código CRC **BE915168**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35249/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.043110/2011-93.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/09/2019, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4671697** e o código CRC **5875BCD9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.043110/2011-93**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 05 de novembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 05/11/2014, às 09:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0221054** e o código CRC **C462A1B4**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação.**

Protocolo nº: 53000.043110/2011-93 (Processo de Outorga nº 53710.001485/98)

1. Frente à apresentação da documentação anexa encaminhada pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA**, na localidade de **CARMO DO CAJURU/MG**, onde solicita **RENOVAÇÃO**, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 27 de setembro de 2011.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
1321450

1485/98 UDE



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE – ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio Coelho, nº 678, Sala 02, Centro, CEP: 35510-000

Carmo do Cajuru – Minas Gerais – Brasil

Ofício Nº: 001/2011

ASSUNTO: Renovação de Licença para Funcionamento de Estação de Radiofusão Comunitária (Solicitação) – Nº 001819/2001 – FLS. 001/001

Data: 16 de agosto de 2011

Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Venho por meio deste solicitar de Vossa Excelência renovação de licença para funcionamento de estação de radiofusão comunitária, concedida a Associação Comunitária Cajuruense – ASCOCA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.834.821/0001-59, Entidade nº 50011390581, Estação nº 631407782, associação situada na Rua José Demétrio Coelho, nº 678, Centro, no município de Carmo do Cajuru/MG, licença emitida em 04/03/2004, com validade até 17/09/2011, tudo conforme cópia da licença anexa.

Ante o exposto, colocando-nos sempre a disposição de Vossa Excelência, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 043110/2011-93

SE/MPA/SCE

23/08/2011-07:53

Enézio Antônio de Freitas
Enézio Antônio de Freitas

Presidente

Ao Exmº. Sr.

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações

**DD. Demerval da Silva Júnior
Brasília/DF**

Gerado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 001819/2001

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CAJURUENSE - CNPJ: 02.834.821/0001-59		Nº DA ENTIDADE 50011390681	
Nº DA ESTAÇÃO 631407782	SERVIÇO FM - COMUNITARIA	NAT. SERV. *****	LATITUDE 20S1108
		LONGITUDE 44W4617	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA JOSÉ DEMETRIO COELHO - SOBRELOJA 678	DISTRITO
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CARMO DO CAJURU
	UF MG

CIDADE DA OUTORGA :	Carmo do Cajuru/MG	Número Processo :	537100014851998
NOME FANTASIA :	*****	CANAL :	285
FREQUÊNCIA :	104,9 MHz		
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO :	1.00 KM		
HORÁRIO FUNCIONAMENTO :	05:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.		
PERP MÁXIMA :	***** W		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO :	ZYC891		
ESTÚDIO			
ENDEREÇO :	RUA GERALDO FERREIRA DA SILVA ***** CENTRO	LOCALIDADE :	*****
MUNICÍPIO :	Carmo do Cajuru	UF :	MG
TRANSMISSOR PRINCIPAL	TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO	MODELO :	TEC 113
CÓDIGO :	000384XXX0345	POTÊNCIA :	25.00 W
TRANSMISSOR AUXILIAR	*****	MODELO :	*****
CÓDIGO :	*****	POTÊNCIA :	***** W
ANTENA			
FABRICANTE :	TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO	MODELO :	PLANO TERRA 1/4
Ganho :	0.00 dBd	POLARIZAÇÃO :	Vertical
DESCRIÇÃO :	PLANO TERRA		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :	17.0 m		
COTA BASE DA TORRE :	***** m		

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS USADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

OBSERVAÇÕES

02.834.821/0001-59

EMITIDA EM

04/03/2004

VÁLIDA ATÉ

17/09/2011

Eunício Oliveira
Ministro das Comunicações

AC

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios- Bloco "R"-3º
andar-Anexo Oeste-sala 300-
CEP: 70044-900 – Brasília - DF





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6599 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 03 de novembro de 2011.

Ao Senhor

ENÉZIO ANTÔNIO DE FREITAS

Representante Legal da Associação Comunitária Cajuruense - ASCOCA

Rua José Demétrio Coelho, nº 678 – Sala 02 - Centro

35510-000 Carmo do Cajuru – MG

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.043110/2011-93.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA** tem validade até 17/09/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6599 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 03 de novembro de 2011.

Ao Senhor

ENÉZIO ANTÔNIO DE FREITAS

Representante Legal da Associação Comunitária Cajurucense - ASCOCA

Rua José Demétrio Coelho, nº 678 – Sala 02 - Centro

35510-000 Carmo do Cajuru – MG

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.043110/2011-93.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA** tem validade até 17/09/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

Min. das Comunicações
Fis. 06
Rubrica

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

43110/11



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 066577/2011-10

SEAPA/SCE

27/12/2011-09:00

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária Cajuruense (ASCOA), inscrita no CNPJ sob o nº 02834821-0001/59, com sede na Rua José Demétrio Coelho, 678, Centro, na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, CEP 35510-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 178 datada de 16/05/2000 e Decreto Legislativo nº 349 de 14/09/2001 publicado no Diário Oficial da União datado de 17/09/2001, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Carmo do Cajuru/MG, 05 de dezembro de 2011

Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Representante Legal da Associação Comunitária Cajuruense (ASCOA)

Sedra

DECLARAÇÃO



Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da Associação Comunitária Cajuruense (ASCOA), para fins de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Carmo do Cajuru/MG, 05 de dezembro de 2011.

Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Representante Legal



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
CNPJ: 02.834.821/0001-59

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:10:56 do dia 08/12/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/01/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.834.821/0001-59 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/10/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais ✓			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte ✓ 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente ✓			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA ✓			
LOGRADOURO R JOSE DEMETRIO COELHO ✓		NÚMERO 678	COMPLEMENTO SALA: 02;
CEP 35.510-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CARMO DO CAJURU	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 10/11/2011 às 13:38:05 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE ✓
CNPJ: 02.834.821/0001-59 ✓

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:02:07 do dia 10/11/2011 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/05/2012.

Código de controle da certidão: **D930.4B43.F82D.5100**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Atestado e Confirmado (vide fl. 53)
Paul

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais – Brasil.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO **COMUNITARIA CAJURENSE**

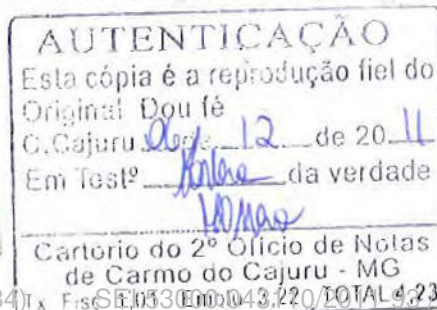
CAPÍTULO I

ART. 1º – A Associação Comunitária Cajuruense é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação social. Atuando em âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do Município de Carmo do Cajuru. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, sexo, religião ou atividade econômica profissional, é criada nessa data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse Geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos comunicação e desenvolvimento cultural artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios.

Parágrafo Único – A sede da Associação está localizada na Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000, Carmo do Cajuru – Minas Gerais, Brasil.

ART. 2º – Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;



Ricardo Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Carla Venturoso de Sá
Escritor(a) Autorizada
M. das Comunicações
Fil.: 13
Rúbrica: SSCS

- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório o permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;
- d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse Geral da sociedade;
- e) Fortalecer os laços institucionais entre representantes políticos da comunidade e demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da Associação Comunitária;
- f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração



AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do
Original. Dou fé
C. Cajuru de 12 de 2011
Em Teste da verdade
Cartório do 2º Ofício de Notas
de Carmo do Cajuru - MG
Fisc 1,01 Emolu 3,22 TOTAL 4,23

Ricardo Luiz Silva da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Carla Vengato de Sá
Escrevente Autorizada

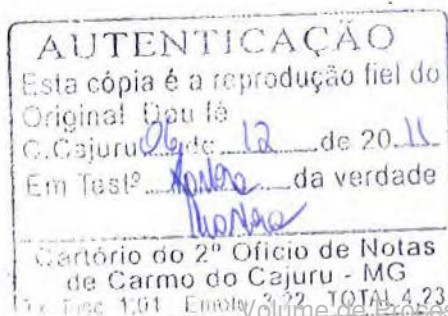
M. das Comunicações
Fls.: 14
Rúbrica:
SCS

para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição cidadania de brasileiros natos, naturalizados brasileiros e por adoção.

g) Executar serviço de Radiodifusão Comunitária, tendo como finalidades o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação Profissional vigente;
- V. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Parágrafo Único - Para Alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cajuruense, atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizagem; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informação capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil).



Ricardo Luiz da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.411.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Carta Verificação de Sã
Escrevente Autorizada

M. das Comunidades
Fl. 15
Rubrica

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

ART. 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Carmo do Cajuru, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

§ 1º - Só serão efetivados como associados ou proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinando-o com prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhando ao conselho comunitário.

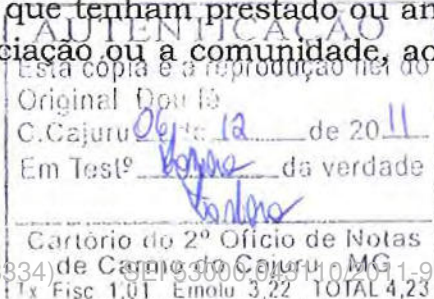
§ 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

§ 3º - É assegurado o ingresso, como associado, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sediadas na localidade de Carmo do Cajuru, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fica assegurado, através de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Os representantes terão direito à voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes.

§ 4º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

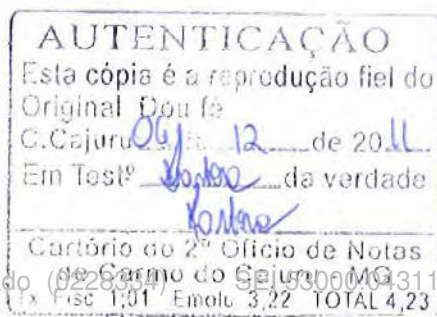
- a) **FUNDADORES** - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** - os que inscreverem após o encerramento do livro de Fundação e mantenham suas contribuições em dia;
- c) **HONORÁRIOS** - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

CA *5*
Carla Vendelino de Sá
Escrevente Assinada

M. das Comunicações
 - Fm.: 16
 E Rúbrica:



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Carla Venâncio de Sá
Escrevente Autizada



§ 3º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

CAPÍTULO III **DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

ART. 6º - São legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice - Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro.

§ 1º - Os dirigentes da Associação deverão manter residência na área da comunidade atendida.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§ 3º - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 7º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação Comunitária em todos os Atos Públicos, em juízo ou fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-la para atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembléias extraordinárias;
- d) Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse aos membros da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em Geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o secretário, as atas de reunião e Assembléias;
- j) Assinar com o tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária Cajuruense a quaisquer ordem de pagamento ou movimentações de fundos sociais, inclusive cheques ou



AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do
Original Oufé
Carmo do Cajuru, 06 de 12 de 2011
Em Teste da verdade
Cartório do 2º Ofício de Notas
de Carmo do Cajuru, MG
Fisc 1,01 Emolu 3,22 TOTAL 4,23

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

levantamento de depósito e quaisquer espécie de títulos, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 8º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

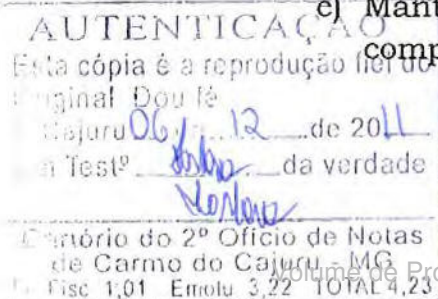
Art. 9º - Compete ao Secretário:

Parágrafo Único - Superintender os trabalhos de secretária de forma eficiente para boa organização da entidade:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da diretoria e das Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as atas de Reuniões da Diretoria e Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º - Compete ao tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, Cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidade, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

A
Carla Venâncio de Sá
Escrevente Autorizada

SSC - M. das Comunicações
- Fls.: 19
- Rubrica: 4

- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

- a) Acompanhar divulgação da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações;
- c) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;
- d) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Parágrafo Único - O Conselho comunitário será composto por, no mínimo, cinco representantes de entidade local, ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei n.º 9.612, de 1998.

Art. 12 – O mandato da Diretoria executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único - Não será permitido o acúmulo de cargos a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da associação por membros

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

da diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a conseqüente fixação de custos e taxas.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia extraordinária convocada este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo dos seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

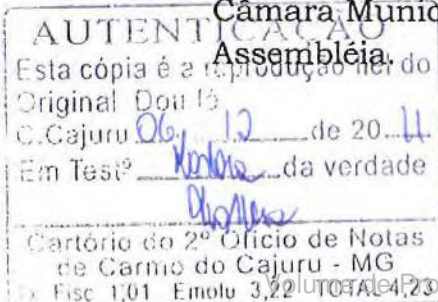
Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até cento oitenta (180) dias antes das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até doze (12) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até sessenta (60) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de grande circulação no Município sede da Associação.

Parágrafo Único – Na falta de jornal de grande circulação no Município poderá a Associação utilizar-se do Diário Oficial do Município, da Câmara Municipal e de todos os meios possíveis para dar publicidade a Assembléia.



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

Carla Vêncio de Sá
Escritor(a) Autorizada

M. das Comunicações
Fil. 20
Rubrica

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

Carla Viana de Sá
Escrevente Autorizada



Art. 20 – As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 – As chapas inscritas poderão indicar dois (02) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até trinta (30) dias antes das eleições.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

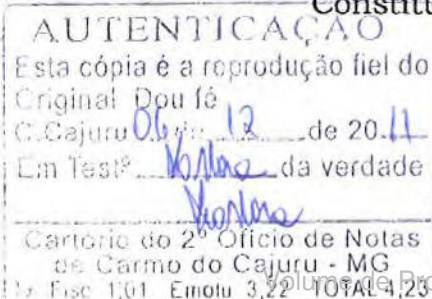
Art. 22 – A presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 – O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO VII **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art. 24 – A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados; ✓
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadações contributivas decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Cajuruense, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil. ✓



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Carla Venâncio de Sá
Escrevente Autorizada

M. das Comunicações
Fls. 22
Rúbrica
SSC 4

§ 1º - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

§ 2º - A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais. ✓

§ 3º - Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados. ✓

Art. 25 - A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviço de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII DA ASSEMBLÉIA

Art. 26 - A Assembléia geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto. ✓

§ 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde os associados lançarão as suas assinaturas.

§ 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções com um associado para secretariá-lo.

§ 3º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

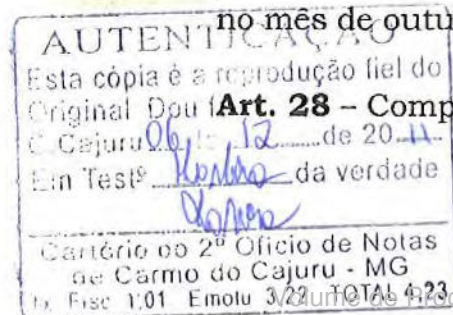
§ 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

§ 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três (3) sócios escolhidos pela Assembléia.

§ 6º - A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente por no mínimo, um quinto dos associados. ✓

Art. 27 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 - Compete privativamente à assembléia geral,



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



§ 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

Art. 32 - Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra **c** do artigo 28.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para este fim e conforme maioria de dois terços (2/3), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim, devidamente registrada ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 35 - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 36 - Fica eleito o foro de Carmo do Cajuru, Minas Gerais para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto.

Carmo do Cajuru - MG, 03 de abril de 2011.

Enésio Antonio de Freitas - Presidente

Luiz Pereira Sobrinho - Vice - Presidente

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - Secretária

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - Tesoureira

Enésio Antonio de Freitas
Luiz Pereira Sobrinho
Cássia Rabelo de Souza Fonseca
Fernanda Cristina de Souza Queiroz



AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original Dou fe
C. Cajuru 06/12 de 2011
Em Teste Valido da verdade
Cartório do 2º Ofício de Notas
de Carmo do Cajuru - MG
Folha 1 de 1 Emolho 3,22 TOTAL 4,23

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.909-30

Assamblea Geral Associação Comunitária Capim
 Lista presença - 10 de Abril de 2010

Nilo Sérgio Machado
 OFICIAL TITULAR



- 1 - Leonilda Oliveira de S. Queiroz
- 2 - Rodrigo dos Santos
- 3 - JOÃO EVANGELISTA DE SOUZA
- 4 - Gáudio Antônio de Freitas
- 5 - Maria Aparecida de S. Silva
- 6 - Zénil de Souza Nogueira
- 7 - Luiz Pereira Sobrinho
- 8 - Roberto de Souza Fonseca
- 9 - José O. Almeida
- 10 - Proprietário da Associação - J. Ferreira
- 11 - Cassia E. S. Carneiro
- 12 - [assinatura]
- 13 - Cassia Rabelo de Souza Fonseca
- 14 - Adilson Rabelo da Fonseca
- 15 - Paulo de Souza Fonseca
- 16 - Paulo do Carmo da Silva Vilas

AUTENTICAÇÃO
 Esta cópia é a reprodução fiel do Original Dou fé
 C. Cajuru 06 de 12 de 2011
 Em Teste [assinatura] da verdade
 Cartório do 2º Ofício de Notas de Carmo do Cajuru - MG
 Ex. Fisc. 1111 - Anexo 3.22 TOTAL 4.23



Às 10 (dez) horas do mês de abril de 2010, a Associação Comunitária Capim reuniu-se em sua Sede, para Eleger sua nova diretoria e definir o endereço de sua Sede. A Assembleia Geral foi convocada conforme determina o Estatuto da Entidade. O sr. Presidente José Carlos Ferreira da Silva, abriu a sessão, explicou os motivos da Assembleia, que era eleger a nova diretoria da Associação e definir o endereço de sua Sede, convidou a senhora Cassia Rabelo de Souza Fonseca para secretariar a Assembleia o que foi aceito por todos. Em seguida o Sr. Presidente pediu apresentassem as chapas para concorrerem o eleição foi apresentada apenas uma chapa, que colocada sobre a apreciação dos presentes, foi eleita por unanimidade, ficando a nova diretoria da Associação Comunitária Capim de assim:

Presidente: Enéas Antônio de Freitas - CPF 426820886-00, domiciliado em Carmo do Cajuru - A Rua Epifânio Pereira - nº 34 Idend M- 7.568.398
 Vice-Presidente: Luiz Pereira Sobrinho - CPF 539789786-87, domiciliado em Carmo do Cajuru - A Av. José Maria da Silva, 744 - identidade - MG 11133717
 Secretária: Cassia Rabelo de Souza Fonseca - CPF 094106116-31 domici-

Nilo Sérgio Machado
OFICIAL TITULAR

liada em Carmo do Cajuru a Rua Paulo Batista de Menezes 421 - ident. MG 14277997

Tesoureira - Fernanda Cristina de Souza Queiroz CPF 09784812673 do end.:

liada em Carmo do Cajuru a Rua Tancredo Almeida Neves 57 - ident. MG 15967987

Conselho Comunitário José Carlos Ferraz da Silva CPF 343176836-87 do end.:

liado em Carmo do Cajuru a Rua José Demétrio Coelho nº 01 - Centro

Após serem empossados o novo Presidente da Associação pe-

diu a todos, participou nos trabalhos realizados pela entidade

Em seguida a Assembleia decidiu que o novo endereço da sede

seria na Rua José Demétrio Coelho nº 678 sala 02 em Car-

mo do Cajuru, foi colocada a palaneta livre, não houve ma-

nifestações. O Presidente pediu que a secretária Cassia Pa-

belo de Souza Senecca, que fizesse a leitura da presente ata

que foi lida e aprovada por todos, assinada por mim

secretário da Assembleia e o Presidente e demais delegados

Cassia Rabelo de Souza Senecca - Secretária

Conselho Comunitário

Vice Presidente

Presidente

Tesoureira

16

Chilly Pereira Sobrinho:

Onório Antônio de Freitas

Leonarda Cristina de Souza Queiroz

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE	
CARMO DO CAJURU - MG	
Livro nº 34-V	Folha nº 3499
Registrado sob nº 2.805	Folha 396
Lº 3-4	Lei 15434 - Emolumentos 13,04
Taxa Judiciária 9,31	TOTAL 22,35
Registrado em 13/12/04	12/10
Oficial, Nilo Sérgio Machado	

Nilo Sérgio Machado
OFICIAL TITULAR

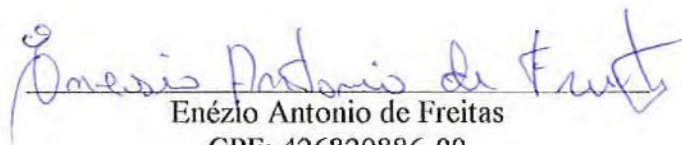
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS JURÍDICOS	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS JURÍDICOS	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS JURÍDICOS
COMARCA DE CARMO DO CAJURU	COMARCA DE CARMO DO CAJURU	COMARCA DE CARMO DO CAJURU
TITULAR	ARQUIVAMENTO	ARQUIVAMENTO
BZM 31415	ALT 09901	ALT 09902
CEP 35510-000 - Carmo do Cajuru - MG		

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Enézio Antonio de Freitas, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Cajuruense (ASCOA), declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; ✓
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e ✓
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal. ✓

Carmo do Cajuru/MG, 05 de dezembro de 2011



Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Representante Legal

DECLARAÇÃO



Eu, Enézio Antonio de Freitas, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Cajuruense (ASCOA) do serviço RADCOM no município de Carmo do Cajuru, estado de Minas Gerais declara, para os devidos fins, os responsáveis pela gestão das atividades:

- 1- Area editorial – Roberto de Souza Fonseca
- 2- Area direção de programação – Roberto de Souza Fonseca
- 3- Documento atestando a nacionalidade esta em anexo “Carteira de Identidade”

Carmo do Cajuru/MG, 05 de dezembro de 2011.

Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Representante Legal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

ROBERTO DE SOUZA FONSECA

Nº de Inscrição

118885126-87

Data do Nascimento

08/10/50



Itatiaiuçu



POLEGA DIREITA



Roberto de Souza Fonseca

ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SSCM das Comunicações
Fls. 27
Rúbrica: H

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

Roberto de Souza Fonseca

ROBERTO DE SOUZA FONSECA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 04/05/96

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M-921730

ROBERTO DE SOUZA FONSECA

Joaquim Rio de Fonseca
Cecilia de Souza Fonseca

C. do Cajuru - MG 08-10-1950
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

04-02-1981

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio Coelho, nº 678, Sala 02, Centro, Cep. : 35.510-000

Carmo do Cajuru- Minas Gerais - Brasil

Ao

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º Andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900-Brasília/DF

Assunto : Relatório

O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cajuruense- ASCOCA, apresenta a Grande de programação da Emissora (Rádio Cajuru) e sua avaliação.

Grade de Programação:

Segunda a Sexta feira:

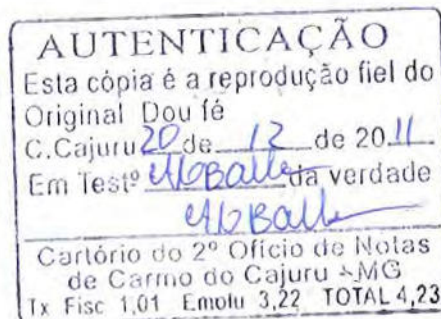
De 05,00 às 07,00 horas- **Programa Manhã Sertaneja** - Músicas Raiz, solicitadas pela Comunidade

De 07,00 às 09,00 horas - **Programa Cheiro da Terra** - Músicas Sertanejas, Divulgação dos eventos realizados na Comunidade como: Esporte, cultura, meio ambiente e outros, espaço ao vivo para que pessoas da localidade façam suas manifestações de interesse local

De 09,00 às 10,00 horas - Momento dedicado as manifestações da comunidade (sugestões, reclamações, reivindicações).

De 10,00 às 11,00 horas -**Programa com Padre Reginaldo Manzotti**

De 11,00 às 12,00 horas - **Jornalismo** - Notícias locais, regionais, Brasil, mundo, opinião dos ouvintes, com a participação ao vivo de profissionais informando e esclarecendo temas de interesse a comunidade.



De 12,00 às 14,00 horas - **Programa Mundo Mulher** - voltado para a mulher (receitas caseira, dicas de saúde, horóscopo,etc) músicas solicitadas pelos ouvintes .

De 14,00 às 16,00 horas - **Tarde Sertaneja**- Programa voltado para as músicas solicitadas pela comunidade e a divulgação das atividades na Cidade

De 16,00 às 18,00 horas - Entretenimento, músicas variadas

De 18,00 às 19,00 horas - Hora de Angelus – Notícias de Esportes

De 19,00 às 20,00 horas - **A Voz do Brasil**

De 20,00 às 22,00 horas - Músicas antigas variadas, com participação dos ouvintes

Depois das 22,00 horas programação eletrônica

Sábado

De 05,00 às 08,00 horas - **Sábado Sertanejo** - Músicas Raiz, com participação dos ouvintes

08,00 às 12,00 horas - Músicas variadas, informação das atividades do fim de semana da Cidade, Esporte e jornalismo

12,00 às 16,00 horas - Músicas variadas com a participação dos ouvintes

16,00 às 20,00 horas- Músicas direcionadas aos jovens

20,00 às 22,00 horas – Músicas antigas atendendo solicitação dos ouvintes

Depois das 22,00 horas programação eletrônica



Domingo

De 05,00 às 7,30 horas - Músicas Sertanejas raiz

De 07,30 às 09,00 horas - Missa

09,00 às 12,00 horas - Musicas da terra com participação de artistas da comunidade, informação locais e entretenimento,

Depois das 12,00 horas programação eletrônica.

AUTENTICAÇÃO	
Esta cópia é a reprodução fiel do Original Dou fé	
C. Cajuru	20 de 12 de 2011
Em Teste	U. B. Balbo
Cartório do 2º Ofício de Notas de Carmo do Cajuru - MG	
Tx Fisc 1,01 Emolu 3,22 TOTAL 4,23	

Avaliação

O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cajuruense-ASCOCA, avalia de uma forma positiva a programação da Emissora, atendendo desde a sua instalação, os princípios da Lei, oferecendo aos ouvintes, informações culturais, artísticas, educativas, procurando sempre informar e atuar sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias, sendo muito importante sua participação no desenvolvimento geral da comunidade.

A Associação Comunitária Cajuruense tem atendido os objetivos inseridos em seu Estatuto, o que demonstra sua preocupação de atuar em prol do desenvolvimento da sociedade local, haja vista que a programação da emissora é eclética, atingindo todas as faixas etárias, sociais e escolares.

Devido a todas estas considerações é que o Conselho Comunitário aprova a programação da Emissora, bem como toda a forma com que realiza as suas funções.

Atenciosamente,

Carmo do Cajuru, 01 de setembro de 2011

Mitra Diocesana de Divinópolis-Paróquia Nossa Senhora do Carmo

Centro de Integração Social Novo Horizonte

Irmandade de Folias de Reis São Francisco

Rotary Clube de Carmo do Cajuru

Associação Gorceiro de Deus

AUTENTICAÇÃO	
Esta cópia é a reprodução fiel do Original Dou fe	
C. Cajuru	20 de 12 de 20.11
Em Teste	da verdade
Cartório do 2º Ofício de Notas de Carmo do Cajuru - MG	
Tx. Fisc 1,01 Emolu 3,22 TOTAL 4,23	



Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cajuruense-ASCOCA



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio Coelho, nº 678, Sala 02, Centro, Cep. : 35.510-000

Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil

Carmo do Cajuru, 05 de Abril de 2011

Ao Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º Andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900-
Brasília/DF

A Associação Comunitária Cajuruense apresenta a relação dos Associados da Entidade:

Relação dos associados :

Roberto de Souza Fonseca - CPF 118 885 126-87 - Ident. M - 921 730
Rua Paulo Batista de Meneses Nº 421 - Bairro Adelino Mano

José Carlos Ferreira da Silva - CPF 243 176 836 - 87 - Ident. MG 11315982
Rua José Demétrio Coelho Nº 1 - Centro

José Luiz de Oliveira - CPF 603 432 228-68 - Ident. MG 10295532
Avenida José Marra da Silva Nº 301 - Centro

Gerado José Sobrinho - CPF 199 040 026-49 - Ident. M - 43391
Avenida Jose Marra da Silva - Nº 384 - Centro

Bruno de Souza Fonseca - CPF 525 610 706-20 - Ident. M - 2697470
Rua Guilherme Nunes Nº 185 - Bairro Adelino Mano

Enézio Antonio de Freitas - CPF 426 820 886-00 - Ident. M - 7 568 398
Rua Epifânio Pereira - Nº 34 - Centro

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - CPF 094 106 216-31 - MG - 14 277 997
Rua Paulo Batista de Menezes Nº 421 - Bairro Adelino Mano

Nilton Teles da Fonseca - CPF 887 252 276-53 - Ident. MG - 7 415 387
Rua Vicente Dias Barbosa Nº 2714 - Bairro Cidade Nova

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - CPF 097 848 126-73 - Ident. MG - 15 967 987
Rua Tancredo de Almeida Neves Nº 57 - Centro

Maria da Penha Cordeiro Menezes - CPF 028 539 136-43 - Ident. MG - 14 456 537
Rua Paulo Batista de Menezes Nº 420 - Bairro Adelino Mano



Relatório de Medições em equipamento RADCOM

Entidade: "Associação Comunitária Cajuruense".

Serviço: RADCOM

Localidade: Carmo do Cajuru

UF: MG

Data: 21 de novembro de 2011

Carlos Alberto Araújo Peçanha
CREA: 27364 – 4ª R
Antonio Gonçalves Pinto
CREA: 2321 4ª R
Fone/Fax: (37)- 3212 1527
E mail: agpinto25@hotmail.com
Rua Campo do Meio, 480 – Bairro São José
35501-237 – Divinópolis- MG



Laudo de Ensaio (Elaborado conforme a norma 03/98) (Dados da Norma 01-2011 RADCOM)

1- Interessado

a- Associação Comunitária Cajuruense.(ASCOA) CNPJ: 02834821/0001-59

b- Endereço Completo: Rua José Demétrio Coelho 678 – Sala 2 - Centro.

35510-000 – Carmo do Cajuru - MG

2 - Ensaio

a- Motivo: Para renovação da outorga.

b- Endereço completo onde foi realizado: Rua José Demétrio Coelho, 678 – Cobertura

35510-000 - Carmo do Cajuru - MG

c- Data em que foi realizado: 21-11-2011

3 - Fabricante: a- Nome: TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA b- Endereço: Santa Rita do Sapucaí – MG.

4- Função do Transmissor: Principal (X) Reserva ()

5 - Medições:

6 - Frequência: Nominal: 98,7 Mhz. Medida em ambiente normal: 98,7 Mhz

Variação máxima em 60 minutos: 120,0 Hz, em ambiente normal.

Instrumentos Utilizados: Frequencímetro Linear - Mod.: SL-0600 , no de Série AZ-15, Precisão de 99,5%. Termômetro Industrial Eletrônico Robinair, precisão de 98%.

7- Resposta de audiofrequência (Valores em dB)

Frequência	25%			50%			100%		
	E	D	Mono	E	D	Mono	E	D	Mono
50	-3,0	-3,0	-3,2	-3,0	-3,0	-3,2	-3,0	-3,0	-3,0
100	-2,5	-2,5	-2,5	-2,5	-2,5	-2,5	-2,5	-2,5	-2,6
400	-2,2	-2,2	-2,4	-2,2	-2,3	-2,3	-2,2	-2,2	-2,4
1000	-1,2	-1,2	-1,0	-1,2	-1,2	-1,2	-1,2	-1,2	-1,0
5000	+6,2	+6,5	+6,5	+6,5	+6,4	+6,5	+6,5	+6,5	+6,5
7500	+10,0	+10,2	+10,2	+10,0	+10,0	+10,0	+10,0	+10,0	+10,3
10000	+12,3	+12,4	+12,4	+12,5	+12,4	+12,4	+12,4	+12,4	+12,4
15000	+14,0	+14,0	+14,0	+14,5	+14,0	+14,0	+14,2	+14,2	+14,2

Pré ênfase de 75 µS

Valores x -1

8 - Distorção Harmônica (Valores em %)

Frequência	25%			50%			100%		
	E	D	Mono	E	D	Mono	E	D	Mono
50	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9
100	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9
400	0,7	0,7	0,6	0,7	0,8	0,7	0,9	0,9	0,9
1000	0,7	0,7	0,6	0,7	0,8	0,7	0,9	0,9	0,9
5000	0,6	0,6	0,6	0,8	0,8	0,7	0,9	0,8	0,9
7500	0,6	0,6	0,6	0,8	0,8	0,7	0,9	0,9	1,0
10000	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,7	0,9	0,9	1,0
15000	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,8	1,1	1,2	1,0

Instrumentos utilizados:

Gerador Seletivo Siemens Mod. C 2008 N: 511546272 - Precisão 99,8%

Medidor de Modulação Marconi TP 2300 B - Precisão 99%- N: IME 349872

Medidor de distorção ITT -Mod. ITT CAN - Precisão 99,8%

Osciloscópio TRIO - Mod. CO 1303 - Precisão 99% -N: 11100085

Voltímetro Seletivo HP 5591 A - Precisão 99,8%

Monitor de Modulação Apel - FM

Sonda de Rádio Frequência

Analizador de Espectro AVCOM - 0 a 1 Ghz - Mod. PSA 65 A- Prec. 99%.

-2-

9 - Nível de ruído da portadora (FM) em relação a 100% de modulação com 400 Hz: = MONO -66 dB Estéreo D = -66 dB E = -66 dB

10 - Nível de ruído da Portadora AM em relação a 100% de Modulação em Amplitude com 1000 Hz. -57 dB

10 - Nível de ruído da Portadora AM em relação a 100% de Modulação em Amplitude com 1000 Hz. -57 dB

11 - Emissões afastadas de: 120 a 240 KHz = abaixo de 45 dB

Emissões afastadas de: 240 a 600 KHz = abaixo de 60 dB

Atenuação de harmônicos e espúrios maior que 600 KHz = Todos abaixo de 73 dB.

12 - Potência de Saída: 25 Watts RF

13 - Informação para estereofonia:

14 - Gerador de estéreo: a) Fabricante: BIQUAD TECNOLOGIA LTDA b) Modelo:

15 - Medições:

16 - Frequência da subportadora piloto: a) Medida: 19 Khz b) Variação máxima em 60 minutos, em ambiente normal: 0 Hz.

17 - Limite das variações de porcentagens de modulação da Portadora Principal pela subportadora piloto: 7,6%.

18 - Separação estereofônica (Quadro abaixo)

19 - Diafonia para audiofrequencias (Quadro abaixo)

Frequência	Diafonia			
	Separação de canal		E + D Sobre E-D	E - D sobre E + D
	E	D	E	D
50	-45	-45	-45	-45
100	-45	-45	-45	-45
400	-45	-46	-46	-45
1000	-45	-45	-46	-46
5000	-44	-45	-46	-46
7500	-45	-45	-46	-46
10000	-45	-45	-46	-46
15000	-45	-45	-46	-45

Valores estão em dB

27.3 - Declaração do Interessado

Na qualidade de representante legal da "Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA" DECLARO que os Srs. Carlos Alberto Araújo Peçanha e Antonio Gonçalves Pinto, estiveram no endereço abaixo no dia 21-11-11, ensaiando o transmissor de Frequência Modulada.

Fabricado por: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Modelo: TEC-113

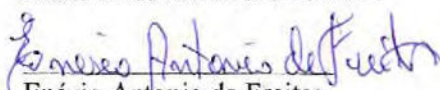
Série: 4004 000849

Potência nominal: 25 Watts.

Local do ensaio: Rua José Demétrio Coelho, 678 - Cobertura

Localidade: Carmo do Cajuru - MG.

Data: 21 de novembro de 2011



Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Cargo: Presidente

ART CREA QUITADA

Carlos Alberto Araújo Peçanha

CREA: 27364 4ª R

Antonio Gonçalves Pinto

CREA: 2321 4ª R

Email: agpinto25@hotmail.com

Rua Campo do Meio, 480 – Bairro São José

Fones: (37- 3212-1527)

35501-237 Divinópolis - MG

**CREA-MG**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS
Av. Álvares Cabral, 1600 - Fone 31 3299-8700 - Fax 31 3299-8720 - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Ouvidoria: 0800 28 30 273 - Atendimento: 0800 031 2732

VIA 02
ART Nº
1-40953470

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART
MATRIZ OBRA / SERVIÇO

**CONTRATADO**

04 Nome do profissional responsável pela Obra ou Serviço CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA		05 Registro no CREA MG-27364/D	07 CPF 014.100.089-91
06 Título(s) do Profissional ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA		08 Telefone (0037)3212-2112	
09 Endereço Residencial do Profissional RUA MURIAE, 001370 SAO JUDAS TADEU, DIVINOPOLIS/MG		10 CEP 35501-250	
11 Nome da Empresa Contratada			
12 Registro no CREA	13 CNPJ	14 Capital Social	15 Telefone
16 Endereço para Correspondência			17 CEP

CONTRATANTE

18 Nome do Contratante Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA	19 CPF ou CNPJ 02.834.821/0001-59
20 Endereço para Correspondência RUA José Demétrio Coelho, 678 Sala 02 - Centro, CARMO DO CAJURU/MG	21 CEP 35510-000

DADOS DA OBRA / SERVIÇO

22 Nome do Proprietário Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA		23 CPF ou CNPJ 02.834.821/0001-59							
24 Endereço da Obra ou Serviço RUA José Demétrio Coelho, 678 Sala 02 - Centro,									
25 Município CARMO DO CAJURU/MG		26 CEP 35510-000							
28 Atividade Técnica									
01 Geral Tipo 32 28	02 Geral Tipo	03 Geral Tipo	04 Geral Tipo	05 Geral Tipo	06 Geral Tipo	07 Geral Tipo	08 Geral Tipo	09 Geral Tipo	10 Geral Tipo
Finalidade	34 Ent. Classe	35 Quantificação	36 Unidade	37 Valor da Obra/Serviço			38 Honorários	39 Tipo Contrato	
48200	0086	25,00	45	500,00			500,00	7	

40 Descrição Complementar
Laudo de ensaio no transmissor TECLAR

ASSINATURAS**VINCULAÇÃO LEGAL**

A ART é regida pela Lei 6496/77 e, na falta de outro documento, vale para todos os efeitos legais, como contrato entre as partes.

LEMBRETE - Concluída a obra ou serviço, há a necessidade de solicitar baixa da ART no CREA-MG. Cada ART baixada incorpora-se ao acervo técnico do profissional, do qual pode-se obter certidão mediante requerimento. O acervo técnico é documento de grande valia, principalmente como currículo, para participação de licitações e comprovações junto à previdência para efeito de aposentadoria.

As informações constantes nesta ART são de exclusiva responsabilidade do profissional.

41 Responsabilizo-nos pela veracidade das informações prestadas

Carlo do Cajuru 08-12-11
LOCAL E DATA

PROFISSIONAL

Onesio Antonio de Freitas
CONTRATANTE

ESTA ART SÓ É VÁLIDA APÓS A COMPROVAÇÃO DO SEU PAGAMENTO.

42 Data de Pagamento	43 Valor da Taxa da ART 33,00	Esta ART foi verificada eletronicamente pelo CREA-MG em 08/12/2011. Documento válido após a comprovação do pagamento. É de responsabilidade do profissional o envio da via do CREA-MG para fins de registro no acervo técnico.
----------------------	---	--

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA DA OBRA/SERVIÇO

**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**

Av. Álvares Cabral, 1600 - Fone 31 3299-8700 - Fax 31 3299-8720 - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Ouvidoria: 0800 28 30 273 - Atendimento: 0800 031 2732

**Recibo
do
Sacado**

Cedente		Agência/Código cedente	Vencimento
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		3394-4/005780-0	18/12/2011
Sacado		Número do documento	Nosso número
CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA		014095347000	00008314095347000
Moeda	Quantidade	(=) Valor do documento	(-) Dedução
R\$ (Real)		33,00	
Demonstrativo		(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
			33,00

ARTNET. Profissional: CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA
Tipo: Matriz - Número: 40953470
ATENÇÃO: Não receber após a data de vencimento.

Autenticação Mecânica

16/12/2011 - BANCO DO BRASIL - 11:08:37
174914254 0010OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00194586529000003140595347000218200000000003300
NOSSO NUMERO 8314095347000
CONVENIO 00458659
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
AGENCIA/COD. CEDENTE 3394/00005780
DATA DO PAGAMENTO 16/12/2011
VALOR DO DOCUMENTO 33,00
VALOR COBRADO 33,00NR.AUTENTICACAO C.509,805,64E,AEC,FF3
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

41
Comunicações

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A C A J U R U E N S E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

A S C O A CNPJ 0 2 8 3 4 8 2 1 0 0 0 1 5 9

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O C A J U R U F M

Portaria de Autorização MC nº178 de 16/05/2000, Publicada no DOU de 26/05/2000.

Decreto Legislativo nº 349 de 14/09/2001. Publicado no DOU de 17 de setembro de 2001.

1 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A J O S É D E M E T R I O C O E L H O 6 7 8 - S A L A 2

BAIRRO

C E N T R O C I D A D E C A R M O D O C A J U R

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

U M G COORDENADAS GEOGRÁFICAS 2 0° 1 1' 0 8" S 4 4° 4 6' 1 7" W

A sede da entidade encontra-se a menos de 1,0 Km do Sistema Irradiante: Não () Sim (X)

2 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A J O S É D E M E T R I O C O E L H O 6 7 8 - S A L A 2

BAIRRO

C E N T R O C I D A D E C A R M O D O C A J U R

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

U M G COORDENADAS GEOGRÁFICAS 2 0° 1 1' 0 8" S 4 4° 4 6' 1 7" W

-São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida: Não () Sim (X)

-É o mesmo endereço que consta na última licença expedida: Não () Sim (X)

3 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como é feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A J O S É D E M E T R I O C O E L H O 6 7 8 - S A L A 2

BAIRRO

C E N T R O C I D A D E C A R M O D O C A J U R

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

U M G COORDENADAS GEOGRÁFICAS 2 0° 1 1' 0 8" S 4 4° 4 6' 1 7" W

4 – TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P A M E N T O S E L E T R O N I C O S L T

MODELO

T E C - 1 1 3 POTÊNCIA DE FÁBRICA 0 2 5 , 0 Watt HOMOLOGAÇÃO 0 3 8 4 0 0 X X X 0 3 4 5

POTENCIA DE OPERAÇÃO

2 5 , 0 0 Watts

POTENCIA MEDIDA

2 5 , 0 0 Watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

9 8 , 7 0 MHz

FREQUENCIA MEDIDA

9 8 , 7 0 MHz

5- TRANSMISSOR AUXILIAR (Se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FÁBRICA

Watts

HOMOLOGAÇÃO

POTENCIA DE OPERAÇÃO

Watts

POTENCIA MEDIDA

Watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

MHz

FREQUENCIA MEDIDA

MHz

-Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida? Não () Sim (X)

6 - SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

GANHO max (Gt)

dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

m

ALTURA DA TORRE

m

ALTITUDE DO LOCAL

M

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

COMPRIMENTO(L)

m

ATENUAÇÃO EM dB/100 m (AL)

dB

PERDAS NA LINHA (PL)

dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (Er)} = 10^{\frac{-(PL)}{10}}$$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Outorga: Portaria MC 178 de 16-05-2000 DOU de 26-05-2000

PROCESSO 5371000148519/98

USO DE RADIOFREQUENCIA: ATO 19703 DE 23/10/2001

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Wattímetro LINEAR modelo WL-2300 com sensor 50B
GPS GARMIN modelo ETREX
Analisador de Espectro AVCOM - Modelo PSA 65 A
Frequencímetro MINIPA até 1 GHz, modelo MF-7130
Gerador Seletivo Siemens Mod. C 2008
Medidor de Modulação Marconi TP 2300 B
Medidor de distorção ITT - Modelo ITT CAN
Voltímetro Seletivo HP 5591 A

**CREA-MG**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS
Av. Álvares Cabral, 1600 - Fone 31 3299-8700 - Fax 31 3299-8720 - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Ouvidoria: 0800 28 30 273 - Atendimento: 0800 031 2732

VIA 02
ART Nº
1-40953469



ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART MATRIZ OBRA / SERVIÇO

CONTRATADO

04 Nome do profissional responsável pela Obra ou Serviço CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA	05 Registro no CREA MG-27364/D	07 CPF 014.100.089-91
06 Título(s) do Profissional ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA		08 Telefone (0037)3212-2112
09 Endereço Residencial do Profissional RUA MURIAE, 001370 SAO JUDAS TADEU, DIVINOPOLIS/MG		10 CEP 35501-250
11 Nome da Empresa Contratada		
12 Registro no CREA	13 CNPJ	14 Capital Social
Endereço para Correspondência		15 Telefone
		17 CEP

CONTRATANTE

18 Nome do Contratante Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA	19 CPF ou CNPJ 02.834.821/0001-59
20 Endereço para Correspondência RUA José Demétrio Coelho, 678 Sala 02 - Centro, CARMO DO CAJURU/MG	21 CEP 35510-000

DADOS DA OBRA / SERVIÇO

22 Nome do Proprietário Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA		23 CPF ou CNPJ 02.834.821/0001-59							
24 Endereço da Obra ou Serviço RUA José Demétrio Coelho, 678 Sala 02 - Centro,									
25 Município CARMO DO CAJURU/MG		26 CEP 35510-000							
28 Atividade Técnica									
01 Geral Tipo 31 28	02 Geral Tipo	03 Geral Tipo	04 Geral Tipo	05 Geral Tipo	06 Geral Tipo	07 Geral Tipo	08 Geral Tipo	09 Geral Tipo	10 Geral Tipo
Finalidade	34 Ent. Classe	35 Quantificação	36 Unidade	37 Valor da Obra/Serviço			38 Honorários	39 Tipo Contrato	
48200	0086	25,00	45	500,00			500,00	7	

40 Descrição Complementar
Vistoria para renovação de Outorga

ASSINATURAS

VINCULAÇÃO LEGAL

A ART é regida pela Lei 6496/77 e, na falta de outro documento, vale para todos os efeitos legais, como contrato entre as partes.

LEMBRETE - Concluída a obra ou serviço, há a necessidade de solicitar baixa da ART no CREA-MG. Cada ART baixada incorpora-se ao acervo técnico do profissional, do qual pode-se obter certidão mediante requerimento. O acervo técnico é documento de grande valia, principalmente como currículo, para participação de licitações e comprovações junto à previdência para efeito de aposentadoria.

As informações constantes nesta ART são de exclusiva responsabilidade do profissional.

41 Responsabilizamo-nos pela veracidade das informações prestadas

Carro do Cajuru 08-12-11
LOCAL E DATA

PROFISSIONAL

Genésio Antonio de Freitas
CONTRATANTE

ESTA ART SÓ É VÁLIDA APÓS A COMPROVAÇÃO DO SEU PAGAMENTO.

42 Data de Pagamento	43 Valor da Taxa de ART 33,00	Esta ART foi verificada eletronicamente pelo CREA-MG em 08/12/2011. Documento válido após a comprovação do pagamento. É de responsabilidade do profissional o envio da via do CREA-MG para fins de registro no acervo técnico.
----------------------	----------------------------------	--

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA DA OBRA/SERVIÇO

**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**Av. Álvares Cabral, 1600 - Fone 31 3299-8700 - Fax 31 3299-8720 - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Ouvidoria: 0800 28 30 273 - Atendimento: 0800 031 2732**Recibo
do
Sacado**

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63			Agência/Código cedente 3394-4/005780-0	Vencimento 18/12/2011
Sacado CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA			Número do documento 014095346900	Nosso número 00008314095346900
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor	(=) Valor do documento 33,00	(-) Dedução
Demonstrativo			(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado 33,00

ARTNET. Profissional: CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA
Tipo: Matriz - Número: 40953469
ATENÇÃO: Não receber após a data de vencimento.

Autenticação Mecânica

Corte Aqui

Corte Aqui

Corte Aqui

15/12/2011 - BANCO DO BRASIL - 11:07:48
174914277 0026
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

0019458652900008314059534690021010000000003300
 NOSSO NUMERO 8314095346900
 CONVENIO 00458659
 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
 AGENCIA/COD. CEDENTE 3394/00005780
 DATA DO PAGAMENTO 15/12/2011
 VALOR DO DOCUMENTO 33,00
 VALOR COBRADO 33,00

NR. AUTENTICAÇÃO 0,51B, 0FF, 51B, 2B0, 10A
 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
 ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé

C. Cajuru 20 de 12 de 20 11
Em Teste *Ulp Balla* da verdade

Cartório do 2º Ofício de Notas
de Carmo do Cajuru - MG
Tx. Rec. 1,01 Enq. 3,22 TOTAL 4,23



1º Boleto - TFF

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento	23/02/2011	VENCIMENTO 31/03/2011
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE		Nosso Número (Nº Fiel-Seq-DV)	50011390581-0016-63	
(-) Valor do Documento	90,00	(*) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

BANCO DO BRASIL

00104 56070 450011390581001663210 1.402200000000000

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO

1. INFORMAÇÕES

Rádiodifusão Comunitária - Código - 231
- Quantidade de estações referente ao ano 2010:
A-TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Referência: MG - Carmo do Cajuru

2. MENSAGEM

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Foi feita em 12 de 20 11
Em Teste da verdade
Cartório do 2º Ofício de Notas de Carmo do Cajuru - MG
Tx Fisc 1,01 Emble 3,22 TOTAL 4,23



2º Boleto - CERP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento	23/02/2011	VENCIMENTO 31/03/2011
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE		Número (NRO) de Referência	500113905810017	
(-) Valor do Documento	10,00	(*) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

31/03/2011 - BANCO DO BRASIL 11:17:55
174912227 OUIDORIA BB 0800 729 5678 0049

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

0019456979450011390581001663210149/300000000000
NOSSO NUMERO 50011390581001663
CONVENIO 00456974
FISIEL - TX DE FISCALIZ E FUNC 1607/00333218
AGENCIA/COD, CEDENTE 31/03/2011
DATA DE VENCIMENTO 31/03/2011
DATA DO PAGAMENTO 90,00
VALOR DO DOCUMENTO 90,00
VALOR COBRADO

NR, AUTENTICAÇÃO 5,3DB,C1C,8DA,1F1,BAG

31/03/2011 - BANCO DO BRASIL 11:01:55
174912227 OUIDORIA BB 0800 729 5678 0049

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.


001936/23405001139053810017812109492500000010001
NOSSO NUMERO 50011390581001781
CONVENIO 00367230
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
AGENCIA/COD, CEDENTE 1607/00333218
DATA DE VENCIMENTO 31/03/2011
DATA DO PAGAMENTO 31/03/2011
VALOR DO DOCUMENTO 10,00
VALOR COBRADO 10,00

NR, AUTENTICAÇÃO B.ECC,161,124,1/4,860

Comunicações
47
Rúbrica
SSC
7/10/2011

**FORMULÁRIO PARA ALTERAÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS DA
LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES AUTORIZADAS**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Radio Comunitária



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A	S	S	O	C	I	A	Ç	Ã	O		C	O	M	U	N	I	T	Á	R	I	A		C	A	J	U	R	U	E	N	S	E
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

A	S	C	O	A																		0	2	8	3	4	8	2	1	0	0	0	1	5	9
---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R	Á	D	I	O		C	A	J	U	R	U		F	M																							
---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	--	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Preencha apenas os campos que são objeto do requerimento.

1. O requerimento é para mudança do local da sede da entidade?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

-NOVA LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

CIDADE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

2. O requerimento é para mudança do local do sistema irradiante?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

-NOVA LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

CIDADE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

U																																							
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

3. O requerimento é para mudança do local do estúdio da emissora?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

-NOVA LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo
8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R	U	A		J	O	S	É		D	E	M	E	T	R	I	O		C	O	E	L	H	O		6	7	8												
---	---	---	--	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

CIDADE

C	E	N	T	R	O													C	A	R	M	O		D	O		C	A	J	U	R					
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	--	---	---	--	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

U																		M	G					2	0°	1	1'	0	8"	S		4	4°	4	6'	1	7"	W
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	--	--	--	--	---	----	---	----	---	----	---	--	---	----	---	----	---	----	---

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Rádiofusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação, está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011

Carmo do Cajuru, 05 de dezembro de 2011

Enézio Antonio de Freitas

Associação Comunitária Cajuruense

Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Representante Legal

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POSTO

POLEGAR DIREITO

Enesio Antonio de Freitas
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-7.548.398 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/01/92

NOME
ENESIO ANTONIO DE FREITAS

FILIAÇÃO
JOSE CARLOS DE FREITAS
CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
DIVINOPOLIS-MG 02/11/56

DOC. ORIGEM
CAS.LV-18AUX FL-55 PITANGUI-MG

CFF

SELO HORIZONTAL ALFREDO MARTINS DA COSTA
ASSINATURA DO DIRETOR

PIC-001

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

M. da Comunicações
Fis. 51
L. 100-01



Ao

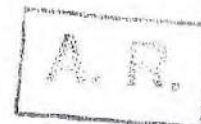
Ministério das Comunicações

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar Cep 70044-900

Brasília – DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Remetente:

Associação Comunitária Cajuruense

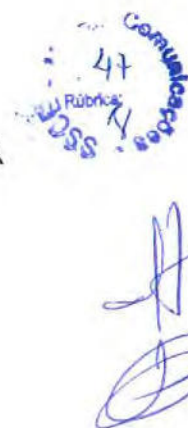
Rua José Demétrio Coelho - 678 – sala 02 – Cep 35510 000

Carmo do Cajuru - MG

**FORMULÁRIO PARA ALTERAÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS DA
LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES AUTORIZADAS**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Radio Comunitária



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A C A J U R U E N S E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

A S C O A 0 2 8 3 4 8 2 1 0 0 0 1 5 9

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O C A J U R U F M

Preencha apenas os campos que são objeto do requerimento.

1. O requerimento é para mudança do local da sede da entidade?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

-NOVA LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2. O requerimento é para mudança do local do sistema irradiante?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

NOVA LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

U

3. O requerimento é para mudança do local do estúdio da emissora?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

-NOVA LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

R U A J O S É D E M E T R I O C O E L H O 6 7 8

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A R M O D O C A J U R

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

U 2 0° 1 1' 0 8" S 4 4° 4 6' 1 7" W

4. O requerimento é para mudança do transmissor PRINCIPAL?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

– NOVO TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA

Watt

Nº HOMOLOGAÇÃO

5. O requerimento é para autorização / mudança de um transmissor AUXILIAR?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

– NOVO TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA

Watt

Nº HOMOLOGAÇÃO

6. O requerimento é para alteração do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

– NOVA ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

FABRICANTE DA TORRE

MODELO

GANHO max (Gt)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTITUDE DO LOCAL

0 0 0 dBd

3 0 0 m

0 0 3 0 5 m

0 0 0 m

7 – Caso o requerimento inclua mudança nos itens 4, 5 e/ou 6, preencha os seguintes campos:

– LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

FABRICANTE DA TORRE

MODELO

COMPRIMENTO(L)

ATENUAÇÃO EM dB/100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

1 0 0 metros

0 4 0 dB

0 0 0 4 0 dB

0 9 1

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-(PL)}{10}}$$

– POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP (dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,91) = -16,43 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

η = Eficiência da linha de transmissão

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

– INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d (\text{km})$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada.

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de execução do serviço.

$$E(\text{dBu}) = 107 + (-16,43) - 20 \log 1 = 90,57 \text{ dBu}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBU.

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Nas informações contidas na ANATEL, houve uma inversão do endereço do estúdio com a sede. Este requerimento corrige os dados corretos da entidade. Como a instalação está em um prédio, estamos solicitando a correção para que o sistema irradiante fique situado acima do prédio para não haver prejuízos de propagação com a instalação de um lado do prédio que possui por volta de 30 metros e como o sistema irradiante está aprovado para 17 metros, uma boa parte da cidade está prejudicada pela atenuação das paredes deste prédio. A sede da entidade deve continuar na Rua José Demétrio Coelho 678 – Sobreloja em Carmo do Cajuru – MG. Com isso fica no mesmo local a sede da entidade, o endereço do estúdio e o endereço do sistema irradiante da emissora.

9 – DADOS DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO

NOMES COMPLETOS

C	A	R	L	O	S		A	L	B	E	R	T	O		A	R	A	Ú	J	O	P	E	Ç	A	N	H	A							
A	N	T	O	N	I	O		G	O	N	Ç	A	L	V	E	S		P	I	N	T	O												
REG.CREA							ENDEREÇO																											
0	0	2	7	3	6	4		R	U	A		M	U	R	I	A	É		1	3	7	0												
0	0	0	2	3	2	1		R	U	A		C	A	M	P	O		D	O		M	E	I	O		4	8	0						
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)													BAIRRO																					
																					S	Ã	O		J	O	S	É						
CIDADE																													UF					
D	I	V	I	N	Ó	P	O	L	I	S																						M	G	
CEP							TELEFONE														FAX													
3	5	5	0	1	-	2	0	6		3	7	-	3	2	1	2	-	1	5	2	7		3	7	-	3	2	1	2	-	1	5	2	7
E-MAIL																																		
a	g	p	i	n	t	o	2	5	@	h	o	t	m	a	i	l	.	c	o	m														
LOCAL																	DATA																	
C	A	R	M	O		D	O		C	A	J	U	R	U										2	8	/	1	0	/	2	0	1	1	
ASSINATURAS																																		

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Rádiofusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação, está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011

Carmo do Cajuru, 05 de dezembro de 2011

Enézio Antonio de Freitas

Associação Comunitária Cajuruense

Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Representante Legal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POSTO

MOLESTADIMENTO

Enesio Antonio de Freitas
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-7.568.398 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/01/92

NOME
ENESIO ANTONIO DE FREITAS

FILIAÇÃO
JOSE CARLOS DE FREITAS
CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
DIVINOPOLIS-MG 02/11/56

DOC ORIGEM
CAS.LV-1BAUX FL-55 PITANGUI-MG

CPF

SELO HORIZONTE ALFREDO MARTINS DA COSTA
ASSINATURA DO DIRETOR

PIC-001

LEI Nº 7.116 DE 20/08/63

M. da Comunicação
Fls. 51
WROB



Receita Federal

**CERTIDÃO CONJUNTA****Confirmação de Autenticidade das Certidões****Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão****CNPJ** : 02.834.821/0001-59**Data da Emissão** : 10/11/2011**Hora da Emissão** : 11:02:07**Código de Controle da Certidão** : D930.4B43.F82D.5100**Tipo da Certidão** : Negativa

Certidão Conjunta Negativa emitida em 10/11/2011, com validade até 08/05/2012.

[Página Anterior](#)[Atualize esta página](#) [Política de Privacidade e Uso](#) [Página Inicial](#) [Unidades de Atendimento](#) [Fale Conosco](#) [ReceitaFone - 146](#) [Dúvidas](#)

*Comprovante de Autenticidade da Certidão
Conjunta Negativa da Receita Federal (fl. 11)*

Anulado em 29/05/12

P. J.

Pedro Luis Barreto Viana Rocha
Sispro n° 1787955
Assessor Técnico-Administrativo

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

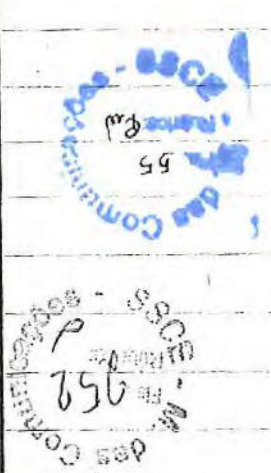
Número: 53000.043110/11 Localidade/UF: Carmo do Cajuru/MG
 Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA
 Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Processo						
1.	A Entidade é uma:	Associação				
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim				
fl. 07						
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim				
Estatuto Social, art. 2 - alínea "g"						
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Não				
A) Estatuto Social, registrado no Liv. A - ? (fls. 64 a 76); B) Ata de Eleição, datada de 10/04/2010, registrada no Liv. B - ? (fl. 24); C) Ata de Alteração Estatutária e Eleição do Conselho Comunitário (fls. 55 a 63)						
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Não				
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Não				
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Não				
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Não				
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim				
fl. 10 - Nº de Inscrição: 02.384821/0001-59 - Situação Cadastral: Ativa - Atividades Econômicas e Natureza Jurídica compatíveis com o tipo de serviço						
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 05 anos		Validade: 10/04/2015		
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Majoridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaração
	Enésio Antônio de Freitas	000.000.000-00	Presidente	Sim	Sim	Não
	Luiz Pereira Sobrinho	111.111.111-11	Vice Presidente	Não	Não	Não
	Cássia Rabelo de Souza Fonseca	222.222.222-22	Secretária	Não	Não	Não
A) Endereço de Sede: Rua José Demétrio Cornelho, nº 678, Centro;						

ASSSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CATU-
 RENSE REALIZADA DIA 03 DE ABRIL DE 2011

LISTA DE PRESENCIA

- 01 - Roberto de Souza Ferreira
- 02 - Manoel Antonio de Freitas
- 03 - William Moquissara da Silva
- 04 - Rodolfo Moraes Molina Silveira
- 05 - João Milton da Costa Menezes
- 06 - Maria da Benha Jordino Moraes
- 07 - Gilmara Aparecida Cardozo Moraes
- 08 - Larissa Rêgo de Souza Ferreira
- 09 - Jose Luiz Borges de Oliveira
- 10 - V. Cent. Ferreira de Araújo
- 11 - Adilson Rêgo da Ferreira
- 12 - Bruno de Souza Ferreira
- 13 - Paulo de Souza Ferreira
- 14 - Milton Rêgo da Ferreira
- 15 - Celso Antonio Correia
- 16 - Gervásio José de Almeida
- 17 - Alfredo Góes de Almeida
- 18 - Bruno Aparecida Ferreira da Fonseca
- 19 - Paulo Roberto Moraes
- 20 - Fernando Eustáquio de Souza Queiroz
- 21 - Renilda Lilla Mano Ferreira
- 22 - Larissa Moraes Alves Rêgo
- 23 - Roberto de Almeida



Roberto de Almeida
 29 MAI 2012

Ata da Assembleia Geral da Associação Comunitária Catu-Rense - realizada dia 03 de Abril de 2011
 Aos 03 (Três) dias do mês de abril do ano de 2011
 (dois mil e onze) às 13:00 (três) horas, na sede da Associação Comunitária Catu-Rense, na Rua do Café nº 678, sala 02, Catu, Minas Gerais, realizou-se uma Assembleia Geral desta entidade.

29 MAI 2012

Carla Verâncio de Sá
Escrivente Autorizada

8. M. 257

econômica profissional e criada nessa data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo em nome dessa coletividade atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos, emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios - Parágrafo Único - A sede da Associação está localizada na Rua José Demétrio Coelho, nº 678, Sala 02, Centro - CEP 35510-000 - Caixa do Café - Minas Gerais - Brasil - Art. 2º - Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais, no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente os jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver tra-

das Comunidades
57

29 MAI 2012

Carla Venâncio de Sá
Escritora Autorizada

254

sados para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da constituição, da estrutura política da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos, naturalizados brasileiros e por adoção; G) Executar serviço de Rádio-fusão Comunitária tendo como finalidades o atendimento a comunidade beneficiada com vistas a: I - Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - Oferecer mecanismos a formação e integração da comunidade, estimulando o laço a cultura e o convívio social; III - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente; V - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais ampla possível. Parágrafo único - Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Capurume atuará de forma bastante ampla realizando estudos, pesquisas, levantamentos promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências, organizando cursos, treinamentos e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizagem, publicando circulares,

29 MAI 2012

Carla Venâncio de Sá
Escritor Autorizada

10. 255

tidos o ingresso como associados de pessoas físicas e de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliados ou sediados na localidade de Carmo do Cajuru, tendo as seguintes prerrogativas:

I - Fica assegurada, através de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos.

II - Os representantes terão direito a voz e voto nas deliberações sobre o vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes. § 4º - Os associados podem ser enquadrados, nas seguintes categorias:

a) Fundadores - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembleia da Associação;

b) Os que inscreverem após o 2º Congresso - os que inscreverem após o encerramento do livro de Fundações e mantenham suas contribuições em dia;

c) Honorários - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestam relevantes serviços à Associação ou à Comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

§ 5º - É direito do associado desfazer-se do quadro social, quando julgar necessário protocolando seu pedido junto à Associação na secretaria, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas. Art. 4º - São deveres dos Associados:

I - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;

II - Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;

III - Zelar pelo bom nome da Associação;

IV - Defender o patrimônio e os interesses da Associação;

V - Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;

VI - Comparecer por ocasião das eleições;

VII - Votar por ocasião das eleições. VIII - Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providências.

Parágrafo único - É dever do associado cumprir

29 MAI 2012

11

há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos em municípios. § 3º - ~~Os~~ condições não poderão estar em exercício de mandato eletivo que lhes assegure unidade para exercer ou funções da atual categoria. § 4º - ~~Os~~ condições não poderão estar em exercício de mandato eletivo que lhes assegure unidade para exercer ou funções da atual categoria.

Art. 7º - Compete ao Presidente: a) apresentar a Associação Comunitária em todos os atos públicos em juízo ou fora dele; b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-la para atos decorrentes das Atividades Associativas; c) Presidir as Assembleias extraordinárias; d) Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões atividades públicas da Associação; e) Dar posse aos membros da Diretoria; f) Contratar e administrar funcionários ou auxiliares da Associação; g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade; h) Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral, aceitar, bens em comodato; i) Assinar, como secretário as atas de reuniões e Assembleias; j) Assinar, com o Tesoureiro os contratos que obrigam a Associação Comunitária a fornecer a qualquer grupo ou indivíduo de pagamento de movimentações de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamentos de depósito e quaisquer espécie de títulos, cangas, ordens de pagamento, previsões programáticas, balancetes, balanços e relatórios financeiros. Parágrafo único - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro. Art. 8º Compete ao Vice-Presidente: a) Auxiliar o Presidente em todas as por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado

29 MAI 02

Carla Venâncio de Sá
Escrevente Atendente

12. 257

outorga, relações resumidas, confere a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei; d) A entidade manterá disponível e atualizado para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário. Parágrafo único. O Conselho Comunitário será composto por no mínimo, cinco representantes da entidade local ou da área urbana da localidade, tais como, associações de classe, beneficentes, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídos ou instituídos, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art 4º da Lei nº 9.612 de 1998. CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES - Art. 12 - O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados. Parágrafo único - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da associação por membros da Diretoria que do Conselho seja a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas. Art. 13 - As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixados pela Assembleia com proposta e aprovação da Diretoria Executiva. Art. 14 - A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros bene-

DAS DISPOSIÇÕES. TRAMITAÇÃO Nº 1195
 Art. 22 - A Presidência poderá autorizar a conversão para
 2000 reais fixados a associação para obra -
 escolar. Art. 23 - O atual estatuto poderá
 ser alterado por sugestão do presidente, que
 submeterá as alterações propostas a aprovação
 da Assembleia. CAPÍTULO VII - DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Art. 24 - A Associação poderá
 contar os recursos para o funcionamento em
 subscritura: a) contribuições regulares de
 filiados; b) subvenções, auxílios e doações;
 c) doações e legados; d) rendas patrimoniais;
 e) contribuições de ajuda financeira e outras.
 f) quaisquer outros meios legais. F) A Associação
 poderá constituir fundos de reserva de fundos -
 com e a parte custeada das atividades de co-
 municação e outras pela Associação. A Associação
 com base nos dados legais, poderá estabelecer
 a Comissão da República Federal do Brasil
 § 1º - Os valores das contribuições mensais e taxas
 de manutenção serão estabelecidos pela Assembleia
 conforme os critérios estabelecidos na Assembleia
 exposta. § 2º - A Assembleia da Associação poderá
 estabelecer, ainda e exclusivamente para a
 realização de atos jurídicos necessários
 § 3º - Não haverá a distribuição de bens ou
 vantagens sobre as receitas entre os associados.
 Art. 25 - A Presidência poderá a qualquer
 momento e tempo suspender a prestação
 de serviço de terceiros, oficiais e honorários,
 para o bom desempenho das suas atividades.
 CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA
 Art. 26 - A Assembleia Geral é o órgão soberano

Carta Verde de SA
 Escritório Autorizada
 Nº 258
 29 MAI 202

62
Rubrica

29 MAI 2012

Carta
Escritura
Rubrica
Fl. 259
Rubrica

um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal, mediante o voto concorde de, no minimo um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos convocados especificamente para esta finalidade, em Assembleia Extraordinaria; d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato dos membros destituídos, na forma da alínea c deste artigo; e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia. Parágrafo único - Para as deliberações a que se referem os artigos I e II deste artigo é exigido deliberação da Assembleia Geral, especificamente convocada para esse fim, cujo quorum de 1/3 (um terço) tem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 29 - A Assembleia Geral Extraordinaria se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos e Fiscal, ou um terço (1/3) no minimo dos associados deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 - As Assembleias Gerais, tanto ordinarias quanto extraordinarias serão convocadas com antecedência de quinze (15) dias, mediante edital a ser fixado na sede social e nas representações além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações com aviso de recebimento com antecedência minima de oito (08) dias.

Art. 31 - A Assembleia Geral deliberará validamente com a presença pessoal ou através de procuração da maioria dos associados.

§ 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

REC
No
Cajurubense

sanos a vigiar o Estatuto da ASCOJA com a nova redacção. Em seguida a Presidente informou que passaria a eleição dos membros do Conselho Comunitário sendo que foi os seguintes nomes: Alfredo Gentio de Almeida representando a Mitra Diocesana de Divinópolis - Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Carmo do Cajuru, José Carlos Nogueira de Lessandro representando representando o Centro de Integração Social Novo Horizonte, Vicente Ferreira de Araujo representando a Imunidade de Faltas de Reis, São Francisco, Paulo de Souza Fonseca representando o Rotary Clube de Carmo do Cajuru, Luiz Gonzaga Alves Rocha representando a Associação Ordem do Deus, logo apresentação dos nomes para composição do Conselho Comunitário, foram colocados em votação resultando aprovados por unanimidade. Passando para os atos finais da Assembleia, a sr. Presidente questionou se algum associado queria fazer uso da palavra, não houve manifestação. A sr. Presidente agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância da presença dos associados. Então havendo mais nada a tratar, a sr. Presidente encerra a presente reunião. E para que conste, mandou lavrar a presente ata, que, após lida e aprovada por todos, segue assinada por um secretário, a Presidente da Assembleia Geral e outros presentes indicados pelos associados. Carmo do Cajuru 03 de Abril de 2011.

Leonanda Cristina de Souza Queiroz - Secretária
Edilene Roberto da Fonseca - Presidente da Assembleia Geral
Rodrigo Paulo Maciel Júnior - Associado

Alfredo Gentio de Almeida - Sub-Associado
Rodrigo Moraes Moraes Silveira - Associado

Onésio Antonio de Freitas - Presidente Associado
Diana Rebelo de Souza Fonseca - Secretária da Assembleia
Roberto de Souza Fonseca - Associado

25 MAI 2012

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

Carla Vendelino de Sá
Escrevente Autorizada

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CAJURENSE

CAPÍTULO I

ART. 1º – A Associação Comunitária Cajuruense é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação social. Atuando em âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do Município de Carmo do Cajuru. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, sexo, religião ou atividade econômica profissional, é criada nessa data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse Geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos comunicação e desenvolvimento cultural artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios.

Parágrafo Único – A sede da Associação está localizada na Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000, Carmo do Cajuru – Minas Gerais, Brasil.

ART. 2º – Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;

29 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 855.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório o permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;
- d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse Geral da sociedade;
- e) Fortalecer os laços institucionais entre representantes políticos da comunidade e demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da Associação Comunitária;
- f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração

Ass. 2
Carta Verificada de Sd
Exatidão Atualizada

M. das Comunicações
Ass. 240
Ass. 240

M. das Comunicações
Ass. 65
Ass. 65

29 MAI 2012

Y

Ricardo Augusto Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 035.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição cidadania de brasileiros natos, naturalizados brasileiros e por adoção.

- g) Executar serviço de Radiodifusão Comunitária, tendo como finalidades o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:
- I. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - II. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - III. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
 - IV. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação Profissional vigente;
 - V. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Parágrafo Único – Para Alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cajuruense, atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizagem; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informação capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil).

29 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

ART. 3º – Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Carmo do Cajuru, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

§ 1º - Só serão efetivados como associados ou proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinando-o com prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhando ao conselho comunitário.

§ 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

§ 3º - É assegurado o ingresso, como associado, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sediadas na localidade de Carmo do Cajuru, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fica assegurado, através de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Os representantes terão direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes.

§ 4º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** – os que inscreverem após o encerramento do livro de Fundação e mantenham suas contribuições em dia;
- c) **HONORÁRIOS** – cidadãos que tenham prestado ou anda prestam relevantes serviços à associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Carla Veneranda de Sá
Escritor Autorizada

M. das Comunicações
Fl. 242
Ass. Ricardo

Associação Comunitária
Carmo do Cajuru
Fl. 07
Ass. Ricardo

28 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/SP 76002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

§ 5º - É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Associação na Secretaria, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ART. 4º – São deveres do Associado:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.

Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ART. 5º – Ao associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de atividade e as decisões aprovadas em Assembléia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do Associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do quadro social.

§ 1º - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

§ 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendência financeira e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

3
Carla Venâncio de Sá
Escritor Autônoma

Associação das Comunidades
Cajuruenses
243

Associação das Comunidades
Cajuruenses
68
Ricardo P.W.

29 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

§ 3º – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

CAPÍTULO III **DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

ART. 6º – São legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice - Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro.

§ 1º – Os dirigentes da Associação deverão manter residência na área da comunidade atendida.

§ 2º – Apenas farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§ 3º – Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 7º – Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação Comunitária em todos os Atos Públicos, em juízo ou fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-la para atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembléias extraordinárias;
- d) Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse aos membros da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em Geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o secretário, as atas de reunião e Assembléias;
- j) Assinar com o tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária Cajuruense a quaisquer ordem de pagamento ou movimentações de fundos sociais, inclusive cheques ou

29 MAI 2012

Ricardo Luiz F. da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.009-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

levantamento de depósito e quaisquer espécie de títulos, cauções,
ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços,
balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus
impedimentos pelos seguintes em ordem: Vice-Presidente e
Tesoureiro.

Art. 8º – Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo
na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de
vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º – Compete ao Secretário:

Parágrafo Único – Superintender os trabalhos de secretária de forma
eficiente para boa organização da entidade:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da diretoria e das
Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria
mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as atas de Reuniões da Diretoria e
Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as
atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º – Compete ao tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, Cheques e todos os documentos
financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios
financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em
forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidade, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de
comprovantes;

Carla Venâncio de Sá
Escritor Autorizada

245

das Comunicações
70

28 MAR 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/RS 56002
CPF 355.494.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes à suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11 – Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Acompanhar divulgação da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações;
- c) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;
- d) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Parágrafo Único – O Conselho comunitário será composto por, no mínimo, cinco representantes de entidade local, ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei n.º 9.612, de 1998.

CAPÍTULO IV **DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES**

Art. 12 – O mandato da Diretoria executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da associação por membros

29 MAI 2012
Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 10002
CPF 355.491.903-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

da diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a conseqüente fixação de custos e taxas.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia extraordinária convocada este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V **DAS ELEIÇÕES**

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo dos seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até cento oitenta (180) dias antes das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até doze (12) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até sessenta (60) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de grande circulação no Município sede da Associação.

Parágrafo Único – Na falta de jornal de grande circulação no Município poderá a Associação utilizar-se do Diário Oficial do Município, da Câmara Municipal e de todos os meios possíveis para dar publicidade a Assembléia.

Carla Venturino de Sá
Escritor de Atos
247

72
Associação Comunitária Cajuruense - ASCOCA

29 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/GO 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Art. 20 – As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 – As chapas inscritas poderão indicar dois (02) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até trinta (30) dias antes das eleições.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22 – A presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 – O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24 – A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadações contributivas decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Cajuruense, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.



10
Carla Vendelino de Sá
Escritor de Atos



Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.805-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

§ 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

§ 2º – A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º – Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados.

Art. 25 – A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviço de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII **DA ASSEMBLÉIA**

Art. 26 – A Assembléia geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

§ 1º – Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde os associados lançarão as suas assinaturas.

§ 2º – Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções com um associado para secretariá-lo.

§ 3º – O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

§ 4º – As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

§ 5º – A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três (3) sócios escolhidos pela Assembléia.

§ 6º – A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente por no mínimo, um quinto dos associados.

Art. 27 – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 – Compete privativamente à assembléia geral,

29 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.903-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

Carla Venâncio Sá
Escritorinha Autorizada

I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto;

III - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal mediante o voto concorde de, no mínimo um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para esta finalidade, em Assembléia Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da alínea **c** deste artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia geral especialmente convocada para esse fim, cujo quorum de 1/3 (um terço), bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 29 – A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos e Fiscal, ou um terço (1/3), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 – As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de quinze (15) dias, mediante edital a ser fixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de oito (08) dias.

Art. 31 – A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal através de procuração, da maioria dos associados.

§ 1º – A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

§ 2º – Só poderá votar e ser votado, sócio quite com a tesouraria.

29 MAI 2012

Ricardo Luiz de Souza da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.491.905-30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

13
Carla Venâncio de Sá
Escritor Autôgrafa

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

§ 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

Art. 32 - Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados, que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra **c** do artigo 28.

251
76
das Comunidades
Associação

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para este fim e conforme maioria de dois terços (2/3), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim, devidamente registrada ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 35 - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 36 - Fica eleito o foro de Carmo do Cajuru, Minas Gerais para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto.

Carmo do Cajuru - MG, 03 de abril de 2011.

Enésio Antonio de Freitas - Presidente

Luiz Pereira Sobrinho - Vice - Presidente

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - Secretária

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - Tesoureira

Enésio Antonio de Freitas

29 MAI 2012

Ricardo Luiz Pereira da Silva
Advogado OAB/MG 56002
CPF 355.991.905-30

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
CARMO DO CAJURU - MG

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Registrado sob nº 441, Fis. 32 e V
Lº A-2 Lei 15424 - Emolumentos 81,35
Taxa Judiciária 25,57 TOTAL 106,92
Registrado em 13 / 04 / 2011
Oficial, Carla Venâncio de Sá

Carla Venâncio de Sá
Escrevente Autorizada





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0815/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.043110/2011
Processo de Outorga nº 53710.001485/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOCA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Carmo do Cajuru / MG**, conforme Portaria de autorização nº 178, publicada no D.O.U. de 26/05/2000 e Decreto Legislativo nº 349, publicado no D.O.U. de 17/09/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. A certidão cartorária que acompanha o Estatuto Social não informa se este foi registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou em outros dos registros de que dispõe o Cartório, como o Registro de Títulos e Documentos. Dessa forma, em atendimento ao subitem 8.1, alínea “b” da Norma 01/2011, a entidade deverá comprovar, por meio de certidão cartorária específica, que o Atual Estatuto Social foi registrado no Livro “A” do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação de certos artigos ao disposto na Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

a. O art. 12 do Estatuto Social estabelece um mandato de cinco anos para os membros da diretoria da associação, prazo superior ao máximo permitido pelo subitem 8.2, alínea “h.3” da Norma 01/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

h) *indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:*

(...)

h.3) *o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo*

de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas,, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Comprovação, por meio de certidão cartorária, de que a Ata de Eleição da diretoria em exercício, datada de 10/04/2010, foi devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em atenção ao subitem 8.1, alínea "c" da Norma nº 01/2011;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2. Ressalte-se que o Presidente da Associação, Sr. Enésio Antônio de Freitas, por já ter apresentado cédula de identidade, fica dispensado de encaminhar a comprovação de que trata este item.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

IX. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

X. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.



CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 15 de março de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0815/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 15 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1000 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 15 de março de 2013.

Ao Senhor

ENÉSIO ANTÔNIO DE FREITAS

Representante Legal da Associação Comunitária Cajuruense - ASCOCA

Rua José Demétrio Coelho, 678, Sala 02

35.510-000 Carmo do Cajuru - MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.043110/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.043110/2011**, na localidade de **Carmo do Cajuru / MG**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0815/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

EXIREN 0



Carmo do Cajuru, 19 de abril de 2013

Ao Senhor

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador-Geral de Radiofusão Comunitária

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 – Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
03000.020262/2013-57
SEMI/AN/CE
10/04/2013-07 08

Assunto : Encaminhamento dos documentos solicitados, conforme Ofício nº 1000/2013/CGRC/SCE-MC, para análise do Processo nº 53000.043110/2011.

Aproveitamos para nos colocar a disposição para atender as reivindicações necessárias.

Atenciosamente,

Enézio Antonio de Freitas
Enézio Antonio de Freitas

Representante Legal da Associação

Comunitária Cajuruense – ASCCOCA

Endereço para correspondência : Rua José Demétrio Coelho - 678 - Sala 02-CEP : 35 510-000 -
Centro - Carmo do Cajuru /MG – E_MAIL radiocajuru@teleon.com.br – telefone-37 3244 1194

SEARC
130



TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE CARMO DO CAJURU

MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU

DISTRITO DE CARMO DO CAJURU

NILOSÉRGIO MACHADO

Oficial Titular

CERTIDÃO

Certifico e dou Fé e para os devidos fins, que revendo o arquivo do cartório a meu poder, mais precisamente de "Pessoas Jurídicas", verifiquei que às folhas 214-V a 217, do livro A-1, sob o número 211, consta o Registro da Associação Comunitária Cajuruense, com sede à Rua Dona Santa, 31, Centro, Carmo do Cajuru- MG, com duração indeterminada e com número ilimitado de sócios, cujo Estatuto Social registrado em 29 de outubro de 1998, sendo o mesmo datado de 22/10/1998. Presidente José Carlos Ferreira da Silva, Secretário Emerson Diomar da Silva, Tesoureira Maria Alice Bueno Alvim do Amaral, Diretor do Conselho Comunitário Ricardo Pereira de Souza.

O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ.

Carmo do Cajuru, 19 de abril de 2013.

Carla Venâncio de Sá





TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE CARMO DO CAJURU

MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU

DISTRITO DE CARMO DO CAJURU

NILO SÉRGIO MACHADO

Oficial Titular



CERTIDÃO

Certifico e dou Fé, que revendo o arquivo do cartório a meu poder "Pessoas Jurídicas", nele as folhas 54-V/55, do livro A-2, sob o número 493, foi Registrada hoje Ata da Assembléia Geral da Associação Comunitária Cajuruense, datada de 10/04/2013, atendendo Ofício nº 1000/2013/CGRC/SCE-MG, do Ministério das Comunicações, solicitando alteração no artigo nº 12, do Estatuto Social da Associação que passou a ter a seguinte redação: "O tempo de mandato dos membros que compoem a diretoria; limitado ao máximo de 04 anos, sendo admitida uma recondução". O Sr. José Carlos Ferreira da Silva, pediu afastamento do cargo, tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Pereira de Souza, representante do Conselho Comunitário. Dada e passada nesta cidade de Carmo do Cajuru, aos dezanove dias do mês de abril de Dois mil e treze. Eu, Carla Venâncio de Sá, Escrevente Substituta do Cartório de Pessoas Jurídicas, o escrevi, subscrevi e dou Fé.

Carla Venâncio de Sá





TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE CARMO DO CAJURU

MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU

DISTRITO DE CARMO DO CAJURU

NILOSÉRGIO MACHADO

Oficial Titular



CERTIDÃO

Certifico e dou Fé e para os devidos fins, que revendo o arquivo do cartório a meu poder, mais precisamente de "Pessoas Jurídicas", verifiquei que às folhas 32-V/33, do livro A-2, sob o número 441, consta o Registro da Primeira Alteração do Estatuto da Associação Comunitária Cajuruense, registrada aos 13 de abril de 2011, sendo a alteração datada de 03 de abril de 2011, constando a margem a averbação da Ata da eleição da nova diretoria da Associação Comunitária Cajuruense que ficou assim constituída: **Presidente Enésio Antônio de Freitas**, **Vice- presidente Luiz Pereira Sobrinho**, **Secretária Cássia Rabelo de Souza Fonseca**, **Tesoureira Fernanda Cristina de Souza Queiroz**, **Conselho Comunitário José Carlos Ferreira da Silva**. E foi decidido que o novo endereço da sede seria na Rua José Demétrio Coelho, nº 678, Sala 02, Carmo do Cajuru- MG, cuja Ata lavrada em 10 de abril de 2010.

O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ.

Carmo do Cajuru, 19 de abril de 2013.

Carla Venâncio de Sá



DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nós, na qualidade de dirigentes da Associação Comunitária Cajuruense, inscrita no CNPJ 02.834.821/0001-59, **DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS**, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei n. 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1988, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o serviço de Radiodifusão Comunitária.

Carmo do Cajuru, 19 de abril de 2013.

Enesio Antônio de Freitas

ENESIO ANTONIO DE FREITAS

Presidente - Representante Legal – CPF: 426.820.886-00

Luiz Pereira Sobrinho

LUIZ PEREIRA SOBRINHO

Vice-presidente – CPF: 539.789.786-87

Fernanda Cristina de Souza Queiroz

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ

Tesoureira – CPF: 097.848.126-73

Cássia Rabelo de Souza Fonseca

CÁSSIA RABELO DE SOUZA FONSECA

Secretaria – CPF: 094.106.216-31

Ricardo Pereira de Souza

RICARDO PEREIRA DE SOUZA

Conselho comunitário – CPF: 264.948.256-72

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua José Demétrio Coelho – n. 678 – Sala 02 –
CEP: 35.510-000 – Centro – Carmo do Cajuru / MG. E-MAIL: radiocajuru@teleon.com.br

DECLARAÇÃO

Eu, **Enésio Antônio de Freitas**, inscrito no CPF n. 426.820.886-00, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária Cajuruense**, inscrita no CNPJ n. 02.834.821/0001-59, **DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE:**

- todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma n. 01/2011.

Carmo do Cajuru, 19 de abril de 2013.

Enésio Antônio de Freitas

ENESIO ANTONIO DE FREITAS
Representante Legal – CPF: 426.820.886-00

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua José Demétrio Coelho – n. 678 – Sala 02 – CEP: 35.510-000 – Centro – Carmo do Cajuru / MG. E-MAIL: radiocajuru@teleon.com.br



DECLARAÇÃO

Eu, **Enésio Antônio de Freitas**, inscrito no CPF n. 426.820.886-00, na qualidade de **representante legal** da **Associação Comunitária Cajuruense**, inscrita no CNPJ n. 02.834.821/0001-59, **DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE:**

- a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, aliena "f.2", da Norma n. 01/2011.

Carmo do Cajuru, 19 de abril de 2013.

Enésio Antonio de Freitas

ENESIO ANTONIO DE FREITAS

Representante Legal – CPF: 426.820.886-00

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua José Demétrio Coelho – n. 678 – Sala 02 – CEP: 35.510-000 – Centro – Carmo do Cajuru / MG. **E-MAIL:** radiocajuru@teleon.com.br

Assembleia Geral da Associação Comunitária Cafurense realizada em 10 de abril de 2013 em sua Sede na Rua José Demétrio Colpo nº 678 - Sala 08 -

Lista de Presença

- 1 - Roberto de Souza Fonseca
- 2 - Pedro Paulo Maciel Júnior
- 3 - Alfredo Gontijo de Assunção
- 4 - Luiz Pereira Sobrinho
- 5 - Elton Serrano de Araujo
- 6 - João Carlos Magalhães de Almeida
- 7 - Eneias Antonio de Freitas
- 8 - Celso Antonio Cardoso
- 9 - William Nogueira da Silva
- 10 - Rodrigo Moraes Mendes Silveira
- 11 - Ricardo Lima de Souza
- 12 - JOAO NILTON DA C. MENDES
- 13 - Mario da Penha Cordeiro Mendes
- 14 - Thomas Japacida Cordeiro Mendes
- 15 - Adilene Rabelo da Fonseca
- 16 - Geraldo José de Souza
- 17 - Jairo de Souza, Filho
- 18 - Cassia Rabelo de Souza Fonseca
- 19 - Terenanda Cristina de Souza Queiroz
- 20 - Romilda Vilhla Mano Fonseca
- 21 - Paulo de Souza Fonseca
- 22 -



Ata da Assembleia Geral da Associação Comunitária Cafurense. Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2013 (dois mil e treze) às 18h00 (depois das 18h), na sede da Associação Comunitária Cafurense situada na Rua José Demétrio Colpo nº 678, sala 08, Centro, na Cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, realizou-se uma Assembleia Geral, desta Entidade, devidamente convocada conforme normas Estatutárias. Verificando o quorum requerido, conforme lista de presença do Associado. O sr. Presidente da Associação Eneias Antonio



de Freitas declarou aberto os trabalhos, em seguida explicou as mo-
tivas da Assembleia: atendendo ofício nº 100/2013/CGRC/5CE-MC, do
Ministério das Comunicações solicitando alteração no artigo nº 12 (doze)
do Estatuto Social da Associação. Também informou, que o representante
do Conselho Comunitário, Sr. José Carlos Ferreira da Silva pediu seu a-
fastamento do cargo. Em seguida o Sr. Presidente solicitou aos
presentes que indicassem um associado para Presidir a Assembleia.
Foi indicado o Sr. Pedro Paulo Maciel Júnior, que convidou
a Sra. Fernanda Cristina de Souza Queiroz para secretariar a
Assembleia. O Presidente da Assembleia pediu a secretaria que
fizesse a leitura do ofício do Ministério das Comunicações, após
a leitura foi colocada em discussão e votação a alteração do
artigo nº 12 do Estatuto Social da Associação, que foi aprovada
por unanimidade, passando a ter a seguinte redação: O tempo
de mandato dos membros que compõem a Diretoria, limitado
ao máximo de 04 (quatro) anos sendo adreitada uma recon-
dução. Em seguida o Sr. Presidente informou que passaria a
discussão e votação do novo representante do Conselho Comunitário, o
associado Sr. Ricardo Pereira de Souza, domiciliado em Camo do Capim
a Rua Padre João Lameres Villaca nº 273 identidade M-1119023, CPF nº 264.948.256-72, apre-
sentou-se como pretendente ao cargo, não havendo outro pretendente, 2º,
nome foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado por todos. Em
seguida o Sr. Presidente colocou a palavra livre, não havendo manifestação.
Em tempo: "onde se lê Rua Padre João Lameres Villaca, leia-se Rua Cônego João Ber-
nardo Villaca". Em seguida o Sr. Presidente, agradeceu a presença de todos,
e encerraram a Assembleia. E para que conste mandei lavrar a presente ata,
que após lida e aprovada por todos, segue assinada por mim secre-
taria, o Presidente da Assembleia, Diretores e outros presentes. Camo do Capim,
10 de Abril de 2013. - Fernanda Cristina de Souza Queiroz, - Secretária

• Pedro Paulo Maciel Júnior - Presidente Assembleia

• Emerson Antônio de Freitas - Presidente Associação

• Luiz Pereira de Almeida - Vice Presidente

• Ricardo Rêgo de Souza - Conselho Comunitário

• Bete Souza de Souza - Associação

VENÂNCIO
do Sá
Escritório
Attestado
CARMO DO CAJURU - MG

Agência de Serviços Forenses e associados
Aldo Gontijo de Arnanção associados
Adilene Ribeiro da Fonseca associados
Carmelita Ribeiro de Souza Fonseca

das Comunicações
Fis 88
RUBRICA
SCE

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
CARMO DO CAJURU - MG

Registro nº 115

Registrado sob nº 493 Fis 54.7/55

A-2 Lei 15424 - Emolumentos 20,15

Taxa Judiciária 6,53 TOTAL 27,24

Registrado em 19/04/2013

Oficial Carla Rosário de M. B.

Selo de Fiscalização
Autorizada
HYB-65945

Selo de Fiscalização
Autorizada
HYB-20998

Selo de Fiscalização
Autorizada
HYB-80927

Selo de Fiscalização
Autorizada
HYB-20999

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do
Original. Dou fé.
C. Cajuru 22 de 04 de 2013
Em Teste *[assinatura]* da verdade
[assinatura]
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,15 - Emolu. R\$ 3,69 - Total R\$ 4,84

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BUV 17657

ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE, REALIZADA
DIA 10 DE ABRIL DE 2013, EM SUA SEDE NA RUA JOSÉ DEMETRIO COELHO Nº
678 - SALA 02.

Lista de Presença:

- 01 - Roberto de Souza Fonseca
- 02 - Pedro Paulo Maciel Júnior
- 03 - Alfredo Gontijo de Assunção
- 04 - Luiz Pereira Sobrinho
- 05 - Vicente Ferreira de Araujo
- 06 - José Carlos Nogueira Dalessandro
- 07 - Enézio Antonio de Freitas
- 08 - Célio Antonio Cordeiro
- 09 - Willian Nogueira da Silva
- 10 - Rodrigo Moraes Molina Silveira
- 11 - Ricardo Pereira de Souza
- 12 - João Nilton da C. Menezes
- 13 - Maria da Penha Cordeiro Menezes
- 14 - Thamires Aparecida Cordeiro Menezes
- 15 - Adilene Rabelo da Fonseca
- 16 - Geraldo José Sobrinho
- 17 - Bruno de Souza Fonseca
- 18 - Cássia Rabelo de Souza Fonseca
- 19 - Fernanda Cristina de Souza Queiroz
- 20 - Romilda Vilela Mano Fonseca
- 21 - Lauro de Souza Fonseca
- 22 - José Carlos Ferreira da Silva



Ata da Assembleia Geral da Associação Comunitária Cajuruense

Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2013 (dois mil e treze), às 18,00 hs (dezoito horas), na sede da Associação Comunitária Cajuruense, situada na Rua José Demétrio Coelho, nº 678, sala 02, centro, na Cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, realizou-se uma Assembleia Geral, desta Entidade, devidamente convocada conforme normas Estatutárias. Verificando o quórum regimental, conforme lista de presença do associado. O Sr. Presidente da Associação Enézio Antônio de Freitas, declarou aberto os trabalhos, em seguida explicou os motivos da Assembleia: atendendo ofício Nº 1000/2013/CGRC/SCE-MC, do Ministério das Comunicações, solicitando alteração no artigo nº 12 (doze) do Estatuto Social da Associação. Também informou que o representante do Conselho Comunitário, Sr. José Carlos Ferreira da Silva pediu seu afastamento do cargo. Em seguida o Sr. Presidente solicitou aos presentes que indicassem um associado para Presidir a Assembleia, foi indicado o Sr. Pedro Paulo Maciel Junior, que convidou a Sra. Fernanda Cristina de Souza Queiroz para secretariar a Assembleia. O Presidente da Assembleia pediu a secretaria que fizesse leitura do ofício do Ministério das Comunicações, após a leitura foi colocado em discussão e votação a alteração do artigo nº 12 do Estatuto Social da Associação, que foi aprovado por unanimidade, passando a ter a seguinte redação: **O tempo de mandato dos membros que compõem a Diretoria, limitado ao máximo de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.** Em seguida o Sr. Presidente informou que passaria a discussão e votação do novo representante do Conselho Comunitário, o associado Sr. Ricardo Pereira de Souza, domiciliado em Carmo do Cajuru, a Rua Padre João Parreiras Villaça Nº 273 identidade M-1.119.003, CPF Nº 264.948.256-72, apresentou-se como pretendente ao cargo, não havendo outro pretendente, seu nome foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado por todos. Em seguida o Sr. Presidente colocou a palavra livre, não havendo manifestação. Em tempo: "onde se lê Rua Padre João Parreiras Villaça, lê Rua Cônego João Parreiras Villaça". Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia. E para que conste, mandou lavrar a presente ata, que após lida e aprovada por todos, segue assinada por mim secretária, o Presidente da Assembléia, Diretores e outros presentes. Carmo do Cajuru, 10 de abril de 2013.

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - Tesoureira

Pedro Paulo Maciel Junior - Presidente da Assembléia

Enézio Antonio de Freitas - Presidente da Associação

Luiz Pereira Sobrinho - Vice Presidente

Ricardo Pereira de Souza - Conselho Comunitário

Lauro de Souza Fonseca - associado

Bruno de Souza Fonseca - associado

Alfredo Gontijo Assunção - associado

Adilene Rabelo da Fonseca - associado

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - Secretaria

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.834.821/0001-59 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/10/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOSE DEMETRIO COELHO		NÚMERO 678	COMPLEMENTO SALA: 02;
CEP 35.510-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CARMO DO CAJURU	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **11/04/2013** às **14:17:33** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS**

Ass. 92
Pública
Comunicação
Santos

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
03/04/2013CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
02/07/2013

NOME: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE

CNPJ/CPF: 02.834.821/0001-59

LOGRADOURO: RUA JOSE DEMETRIO COELHO

NÚMERO: 678

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 35510000

DISTRITO/POVOADO: --

MUNICÍPIO: CARMO DO CAJURU

UF: MG

Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual vir a constituir e cobrar novos créditos tributários que ainda não foram apurados ou lançados até esta data. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na internet,
página da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (<http://www.fazenda.mg.gov.br>).

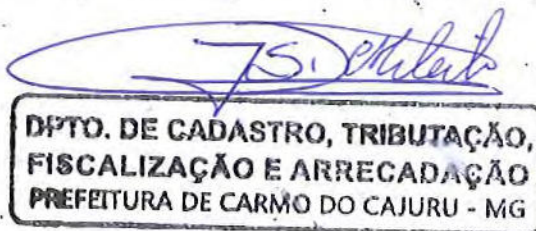
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2013000019964576

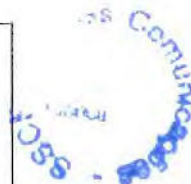


CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS.

Certificamos que revendo os registros e lançamentos de Impostos e Taxas, constatamos que **não constam pendências** em nome da entidade **Associação Comunitária Cajuruense, CNPJ 02.834.821/0001-59**, com o fisco Municipal até a presente data, no que concerne a IMPOSTOS e TAXAS. **Ressalvado** o direito de a Fazenda Pública do Município de Carmo do Cajuru, de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte que vierem a ser apurado. Inclusive parcelamento de débitos.
Valida até 05 de outubro de 2013.

Carmo do Cajuru, 08 de abril de 2013.



**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02834821/0001-59
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
Endereço: RUA JOSE DEMETRIO COELHO 678 SL 02 / CENTRO / CARMO DO CAJURU / MG / 35510-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2013 a 10/05/2013

Certificação Número: 2013041107054810245467

Informação obtida em 11/04/2013, às 07:05:48.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000272013-11023821

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 10/04/2013.

Válida até 07/10/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-7.568.398 DATA DE EMISSÃO 02/01/92

NOME ENEBIO ANTONIO DE FREITAS

FILIAÇÃO JOSE CARLOS DE FREITAS
CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

NATURALIDADE DIVINOPOLIS-MG DATA DE NASCIMENTO 02/11/56

COC ORDEM DAS LV-1BAUX FL-55 PITANGUI-MG

CPF 111.111.111

BELO HORIZONTE-MG ALFREDO MARTINS DA COSTA ASSINATURA DO DIRETOR

PIC-001

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POSTO

Policial Direito

Assinatura do Titular

Carteira de Identidade

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé.

C. Cajuru 03 de 04 de 2013

Em Teste da verdade

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG

Tx. Fisc. R\$ 1,15 - Emolu. R\$ 3,69 - Total R\$ 4,84





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 426.820.886-00

Nome da Pessoa Física: ENESIO ANTONIO DE FREITAS

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **12:43:53** do dia **01/04/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **1E40.5F4A.EFC3.0455**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da
Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal) Nº 152536

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ENESIO ANTONIO DE FREITAS, ou vinculado ao **CPF: 426.820.886-00**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (www.jfmg.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;



- Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;
- Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
- Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
- Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
- Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
- Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
- Subseção Judiciária de Unaí(MG) = Unaí/MG;
- Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
- Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
- Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 09h09, 03/04/2013.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

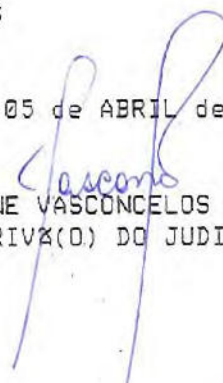
CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

ENESIO ANTONIO DE FREITAS
CPF: 42682088600 RG: 7568398/MG
DATA NASCIMENTO: 02/11/1956
PAI: JOSÉ CARLOS DE FREITAS
MÃE: CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

CARMO DO CAJURU, 05 de ABRIL de 2013 - 08:45:31


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

ENESIO ANTONIO DE FREITAS

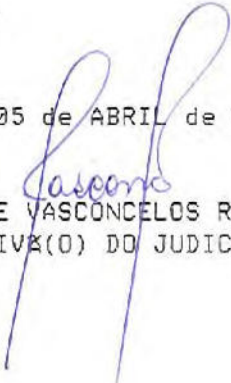
CPF: 42682088600 RG: 7568398/MG

DATA NASCIMENTO: 02/11/1956

PAI: JOSÉ CARLOS DE FREITAS

MÃE: CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

CARMO DO CAJURU, 05 de ABRIL de 2013 - 08:38:13


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

ENESIO ANTONIO DE FREITAS
CPF: 42682088600 RG: 7568398/MG
DATA NASCIMENTO: 02/11/1956
PAI: JOSÉ CARLOS DE FREITAS
MÃE: CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

CARMO DO CAJURU, 05 de ABRIL de 2013 - 08:37:47

JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

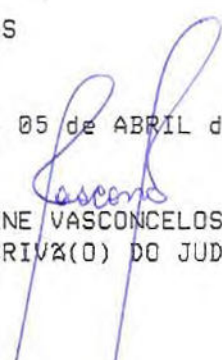
CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

ENESIO ANTONIO DE FREITAS
CPF: 42682088600 RG: 7568398/MG
DATA NASCIMENTO: 02/11/1956
PAI: JOSÉ CARLOS DE FREITAS
MÃE: CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

CARMO DO CAJURU, 05 de ABRIL de 2013 - 08:37:32


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ENESIO ANTONIO DE FREITAS**

Inscrição: **054991200205** Zona: 287 Seção: 9

Município: 42838 - CARMO DO CAJURU UF: MG

Data de Nascimento: 02/11/1956 Domiciliado desde: 10/10/2007

Filiação: CLEMENTINA MARIA DE FREITAS
JOSE CARLOS DE FREITAS

Certidão emitida às 09:17 de 03/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **HRAN.XBQY.R6H9.RBYK**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 10844532013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ENESIO*ANTONIO*DE*FREITAS**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE CARLOS DE FREITAS e CLEMENTINA MARIA DE FREITAS, nascido(a) aos 02/11/1956, natural de DIVINOPOLIS/MG, Documento de identificação 7568398 SSP/MG, CPF 426.820.886-00.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:36 de 03/04/2013

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: ENESIO ANTONIO DE FREITAS

Registro Geral: M - 7568398

Nome do Pai: JOSE CARLOS DE FREITAS

Nome da Mãe: CLEMENTINA MARIA DE FREITAS

Data de Nascimento: 02/11/1956

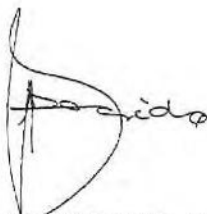
Naturalidade: DIVINOPOLIS / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 08 h. 37 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Cf rpl psf - 03/04/2013

Bvpsjebef !Qpnjbm



Es!MFU-D.B!BMFTTJNBDI BEP!SPHÖEP
E.SFUPSB!EP!JOTUUVUP!EF!EFOWGDB...PÖNH

Número de Controle: 7399636

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no

!!!!!!dbnqp!tprj dj ubep

!!!!!!Dnj r vf! op!cpuÊp! \Dpogf sj s^



Coe. Jo da Rocha, 364
130-130 Belford Roxo RJ
P: 09.132.659/0001-76 I.E.: 73337543

Para mais informações, consulte a área do cliente no site
www.claro.com.br/clarotv

EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S/A
Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação
MOD-21 VIA ÚNICA - SÉRIE 1 Pág: 0001/0001

Claro TV

ENESIO ANTONIO DE FREITAS
R JOVE NOGUEIRA GONTIJO, 15, AP 301
CENTRO
35510-000 CARMO DO CAJURU MG

Prezado cliente,

Conforme informado no mês anterior, de acordo com o seu contrato de prestação de serviço, sua mensalidade foi reajustada em até 8,29%. O índice de reajuste foi calculado com base nos últimos 12 meses do ICPM.

Atenciosamente,

Claro TV

EPFANIO PEREIRA, 00034 CS 1 CENTRO
35510-000 CARMO DO CAJURU MG

CPF/CNPJ: 426.020.006-00
Inscrição Estadual: ISENTO
FOP: 6307
Nota Fiscal: 904747
Fatura: 72225160
Data Emissão: 19/03/2013
Data Referência: Março/2013
Cód. débito automático (Claro TV): 0210136093295-1

RESERVADO AO FISCO

12A0.F485.2E35.2CDE.C49D.1178.32FF.1150

CÓDIGO DO CLIENTE 021/018609395

SUA CONTA VENCE EM

08/04/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

238,94

INFORMAÇÕES

QUE EM DIA COM A CLARO TV E EVITE MULTA DE 1% + JUROS DE 1% AO MÊS. SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS, INCLUSÃO NOS CADASTROS DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.

NÃO PAGAMENTO DE FATURAS EM ABERTO EM ATÉ 15 DIAS DO VENCIMENTO, IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS. A REATIVAÇÃO CORRERÁ EM ATÉ 48 HORAS APÓS O RECONHECIMENTO DO PAGAMENTO.

VALOR QUE APARECE NA SUA FATURA ESTIVER DIFERENTE DO SERVIÇO MENSAL QUE VOCÊ CONTRATOU, TRATA-SE DE UM CÁLCULO DE MENSALIDADE PROPORCIONAL. ISTO ACONTECE NA PRIMEIRA FATURA, OU A CADA VEZ QUE VOCÊ SOLICITAR UMA ALTERAÇÃO NO SEU SERVIÇO.

GISTROS DE ATENDIMENTO: 121296269, 2836639, 110197549, 108336146, 98247996

Cliente Claro TV agora pode
fazer DDD ilimitado com o 21

De fixo para fixo, todo
dia, toda hora, para
qualquer lugar do Brasil.

Inscreva-se agora:
www.embratel.com.br

tue o pagamento em um de nossos bancos conveniados:
co do Brasil, Banco Cooperativo do Brasil, Banco Cooperativo
edi, Banco Mercantil do Brasil, Banco Safra, Banco Banestes,
ese, Banpará, Banrisul, Bradesco, Citibank, HSBC, Itaú, Santander,
Lotéricas e Agências dos correios (Banco Postal).

SAC: 106 99
Caixa Postal: 255
CEP: 13012-970
Campinas - SP

BASE DE CÁLCULO DO ICMS REDUZIDA, CONFORME ART. 1º, DO LIVRO X
DO DECRETO Nº.27.427/00 - RICMS/RJ - CONVENIO ICMS 57/99. REGIME
ESPECIAL PROC. Nº.E-04-140770-03. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUST (1%) E
FUNTEL (0,5%) SOBRE OS VALORES DOS SERVIÇOS DE
TELECOMUNICAÇÕES - NÃO REPASSADO AO CLIENTE. ATENDIMENTO AO
DEFICIENTE AUDITIVO OU DE FALA: 0300-970-2150

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do ICMS(R\$)
80,68 29% 23,39

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Destaque seu...



R. Epifanio Pereira, 00034 CS 1 CENTRO
35510-000 CARMO DO CAJURU MG
CNPJ: 09.132.659/0001-76 I.E.: 75337543

Para mais informações, consulte a área do cliente no site
www.claro.com.br/clarotv

EMBRATEL TV/SAT TELECOMUNICAÇÕES S/A
Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação
MOD-21 VIA ÚNICA - SÉRIE 1 Pág: 0001/0001

Claro TV

ENESIO ANTONIO DE FREITAS
R JOVE NOGUEIRA GONTIJO, 15, AP 301
CENTRO
35510-000 CARMO DO CAJURU MG

Prezado cliente,

Conforme informado no mês anterior, de acordo com o seu contrato de prestação de serviço, sua mensalidade foi reajustada em até 8,29%. O índice de reajuste foi calculado com base nos últimos 12 meses do IGP-M.

Atenciosamente,

Claro TV

R. Epifanio Pereira, 00034 CS 1 CENTRO
35510-000 CARMO DO CAJURU MG
CPF/CNPJ:
Inscrição Estadual:
Código:
Nº Nota Fiscal:
Nº Fatura:
Data Emissão:
Mês Referência:
Cod. débito automático (Claro TV):

426.620.006-00
ISENTO
6307
904747
72225163
19/03/2013
Março/2013
021013609395-1

CÓDIGO DO CLIENTE 021/018609395

SUA CONTA VENCE EM
08/04/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)
238,94

RESERVADO AO FISCO

12A0.F485.2E35.2CDE.C49D.1178.32FF.1150

INFORMAÇÕES

FIQUE EM DIA COM A CLARO TV E EVITE MULTA DE 2% + JUROS DE 1% AO MÊS, SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS, INCLUSÃO NOS CADASTROS DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.

O NÃO PAGAMENTO DE FATURAS EM ABERTO EM ATÉ 15 DIAS DO VENCIMENTO, IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS. A REATIVACÃO OCORRERÁ EM ATÉ 48 HORAS APÓS O RECONHECIMENTO DO PAGAMENTO.

VALOR QUE APARECE NA SUA FATURA ESTIVER DENTRO DO SERVIÇO MENSAL QUE VOCÊ CONTRATOU. TRATE-SE DE UM CÁLCULO DE MENSALIDADE PROPORCIONAL. ISTO ACONTECE NA PRIMEIRA FATURA, OU A CADA VEZ QUE VOCÊ SOLICITAR UMA ALTERAÇÃO NO SEU SERVIÇO.

REGISTROS DE ATENDIMENTO: 121296269, 12836639, 110197549, 108326146, 98247996

Cliente Claro TV agora pode fazer DDD ilimitado com o 21

De fixo para fixo, todo dia, toda hora, para qualquer lugar do Brasil.

Inscriva-se agora:
www.embratel.com.br

Realize o pagamento em um de nossos bancos conveniados: Banco do Brasil, Banco Cooperativo do Brasil, Banco Cooperativo Redi, Banco Mercantil do Brasil, Banco Safra, Banco Banestes, Banco Bradesco, Banco Bradesco, Citibank, HSBC, Itaú, Santander, Lotéricas e Agências dos correios (Banco Postal).

SAC: 106 99
Caixa Postal: 255
CEP: 13012-970
Campinas - SP

BASE DE CÁLCULO DO ICMS REDUZIDA, CONFORME ART. 1º, DO LIVRO X DO DECRETO Nº 27.427/00 - RICMS/RJ - CONVENIO ICMS 57/99. REGIME ESPECIAL PROC. Nº E-04-140770-03. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUST (1%) E FUNTEL (0,5%) SOBRE OS VALORES DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - NÃO REPASSADO AO CLIENTE. ATENDIMENTO AO DEFICIENTE AUDITIVO OU DE FALA: 0300-970-2150

Base de Cálculo (R\$) 80,68 Aliquota 29% Valor do ICMS (R\$) 23,39

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **MG-14.277.997** DATA DE EXPEDIÇÃO: **18/07/2002**

NOME: **CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA**

FILIAÇÃO: **ROBERTO DE SOUZA FONSECA
ADILENE RABELO DA FONSECA**

NATURALIDADE: **DIVINOPOLIS-MG** DATA DE NASCIMENTO: **18/11/1988**

DIG-ORIGEM: **NASC. LV-31A FL-107**

CARMO DO CAJURU-MG

CPF: **PII-2149** ASSINATURA DO TITULAR: *Cássia Rabelo de Souza Fonseca*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 1.ª VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POL. EGAR DIREITO

Cássia Rabelo de Souza Fonseca
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé.

Cajuru 03 de 04 de 20 13

Em Teste? *Rabelo* da verdade *Rabelo*

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG**
Tx. Fisc. R\$ 1,15 - Emolu. R\$ 3,69 - Total R\$ 4,84





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 094.106.216-31

Nome da Pessoa Física: CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **12:43:09**: do dia **01/04/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **B54B.6C50.DF31.6EE8**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da
Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 160014

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA, ou vinculado ao **CPF: 094.106.216-31**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;



Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;
Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unai(MG) = Unai/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;

Belo Horizonte/MG, 10h21, 08/04/2013.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA
CPF: 09410621631 RG: 14277997/MG
DATA NASCIMENTO: 18/11/1988
PAI: ROBERTO DE SOUZA FONSECA
MÃE: ADILENE RABELO DA FONSECA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:00:09

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA

CPF: 09410621631 RG: 14277997/MG

DATA NASCIMENTO: 18/11/1988

PAI: ROBERTO DE SOUZA FONSECA

MÃE: ADILENE RABELO DA FONSECA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:02:22

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA
CPF: 09410621631 RG: 14277997/MG
DATA NASCIMENTO: 18/11/1988
PAI: ROBERTO DE SOUZA FONSECA
MÃE: ADILENE RABELO DA FONSECA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:03:33

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

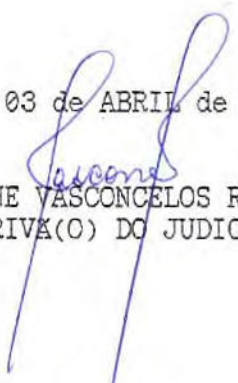
TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA
CPF: 09410621631 RG: 14277997/MG
DATA NASCIMENTO: 18/11/1988
PAI: ROBERTO DE SOUZA FONSECA
MÃE: ADILENE RABELO DA FONSECA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:04:03


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO** CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA**

Inscrição: **176898430230** Zona: 287 Seção: 42

Município: 42838 - CARMO DO CAJURU UF: MG

Data de Nascimento: 18/11/1988 Domiciliada desde: 02/05/2006

Filiação: ADILENE RABELO DA FONSECA
ROBERTO DE SOUZA FONSECA

Certidão emitida às 08:57 de 03/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **MOTV.PSMF.SLQZ.LI2R**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 10843572013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **CASSIA*RABELO*DE*SOUZA*FONSECA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ROBERTO DE SOUZA FONSECA e ADILENE RABELO DA FONSECA, nascido(a) aos 18/11/1988, natural de DIVINOPOLIS/MG, Documento de identificação 14277997 SSP/MG, CPF 094.106.216-31.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:30 de 03/04/2013

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: CASSIA RABELO DE SOUZA FONSECA

Registro Geral: MG - 14277997

Nome do Pai: ROBERTO DE SOUZA FONSECA

Nome da Mãe: ADILENE RABELO DA FONSECA

Data de Nascimento: 18/11/1988

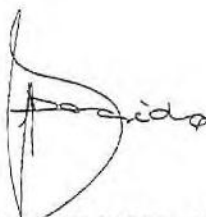
Naturalidade: DIVINOPOLIS / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 08 h. 34 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 03/04/2013

Autoridade Policial:



Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7399608

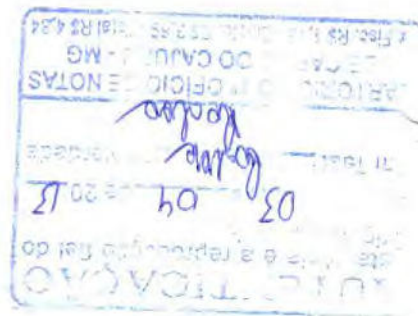
Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]

NOTIFICAÇÃO DE CONTA(S) VENCIDA(S) / DÉBITO(S)
Até 12/03/2013 constava(m) o(s) seguinte(s) débito(s) vencido(s):

Mês/ano	Valor (R\$)	Débitos que sujeitam ao corte, conforme abaixo:
Mês/ano	Valor (R\$)	Previsão de Corte
02/2013	188,27	01/04/2013

A notificação está condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

75973224

Polígono Direito

Assinatura: *Cláudio Pereira Sobrinho*

IDENTIFICAÇÃO

15/01/1990

MG-11.133.717

VALDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

LUIZ PEREIRA SOBRINHO

VIDENTE PEREIRA DE CAMARGOS

CONCEICAO MARIA DE JESUS

DIVINOPOLIS-MG

NASC. LV-609 EL-554

DIVINOPOLIS-MG

2/7/1964

DA Y DE NASCIMENTO

1.014



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 539.789.786-87

Nome da Pessoa Física: LUIZ PEREIRA SOBRINHO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **12:44:19** do dia **01/04/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **143F.EC55.D5BF.3E6A**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da
Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 152548

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUIZ PEREIRA SOBRINHO, ou vinculado ao **CPF: 539.789.786-87**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;

Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unaí(MG) = Unaí/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;



Belo Horizonte/MG, 09h09, 03/04/2013.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

LUIZ PEREIRA SOBRINHO

CPF: 53978978687 RG: 11133717/MG

DATA NASCIMENTO: 02/07/1964

PAI: VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS

MÃE: CONCEIÇÃO MARIA DE JESUS

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:16:03

JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

LUIZ PEREIRA SOBRINHO
CPF: 53978978687 RG: 11133717/MG
DATA NASCIMENTO: 02/07/1964
PAI: VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS
MÃE: CONCEIÇÃO MARIA DE JESUS

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:15:55

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUIZ PEREIRA SOBRINHO

CPF: 53978978687 RG: 11133717/MG

DATA NASCIMENTO: 02/07/1964

PAI: VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS

MÃE: CONCEIÇÃO MARIA DE JESUS

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:15:48

assina
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001



CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

LUIZ PEREIRA SOBRINHO

CPF: 53978978687 RG: 11133717/MG

DATA NASCIMENTO: 02/07/1964

PAI: VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS

MAE: CONCEIÇÃO MARIA DE JESUS

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:15:37

JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **LUIZ PEREIRA SOBRINHO**

Inscrição: **069810170264** Zona: 287 Seção: 7

Município: 42838 - CARMO DO CAJURU UF: MG

Data de Nascimento: 02/07/1964 Domiciliado desde: 15/04/1986

Filiação: CONCEICAO MARIA DE JESUS
VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS

Certidão emitida às 09:23 de 03/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **GAE7.4HYI.CDW9.RT67**

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: LUIZ PEREIRA SOBRINHO

Registro Geral: MG - 11133717

Nome do Pai: VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS

Nome da Mãe: CONCEICAO MARIA DE JESUS

Data de Nascimento: 02/07/1964

Naturalidade: DIVINOPOLIS / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 10 h. 31 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 08/04/2013

Autoridade Policial:



Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7428184

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM DIVINÓPOLIS
Rua Guaraci Carlos de Freitas nº 710 – B. Stª Clara – CEP 35.500 - 074

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 4387

GILBERTO DE OLIVEIRA CARDOSO, Escrivão de Polícia Federal, lotado e em exercício nesta DPF/DVS/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerido **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS** para fins de: (CADASTRO)

CERTIFICA que até a presente data NÃO CONSTA registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS** no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: LUIZ PEREIRA SOBRINHO
Filiação: Pai: VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS
Mãe: CONCEIÇÃO MARIA DE JESUS
Naturalidade: DIVINÓPOLIS/MG
Nacionalidade: BRASILEIRA
Data Nascimento: 02/07/1964
Residência: AV. JOSE MARIA DA SILVA, 744 – CENTRO
Cidade: CARMO DO CAJURU/MG
Identidade: MG-11.133.717/SSP/MG
O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma a presente.

Divinópolis, 12 de abril de 2013


GILBERTO DE OLIVEIRA CARDOSO
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL
NUCART/DPF/DVS/MG

Reconhecer firma: Cartório Mota - 1º Ofício de Notas - Rua São Paulo, 316, Centro - Divinópolis - MG
Cartório do 2º Ofício de Notas - Rua Minas Gerais, 454, Centro - Divinópolis - MG

SECRETARIA - DPF

DPF-1077



Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30180-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

VICENTE PEREIRA DE CAMARGOS
AV JOSE MARRA DA SILVA 744 FR
CENTRO
35510-000 CARMO DO CAJURU, MG
CPF 627.802.986-34

Referente a
ABR/2013
Código de Débito Automático:
000000706655

Nº DO CLIENTE
7004729229

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 000029076 - PTA Nº16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	Residencial	ANTER OR	ATUAL	PRÓXIMA	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO	3000070665
		01/03	01/04	02/05	03/04	09/04	

Informações Técnicas				
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Consumo kWh
Energia	AMD123018598	878	894	116
		Constante de Multiplicação		1

Informações Gerais			
Tarifa vigente conforme Res. Aneel nº 1.422, de 24/01/13			
Leitura realizada conf. calendário de faturamento			
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.			
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes			
(multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no			
vencimento das mesmas.			

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	116	0,5068563	58,99
Encargos / Cobrança			
Contrib. Custeio Ilum. Pública			8,73
Multa 2% conta de C3/2013 sobre R\$ 25,54			0,52
Juros mora 1% am-ICPV: 3 dia(s) sobre R\$25,94			0,04
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		C,33C9C000	

Indicadores de Qualidade de Fornecimento			
UH Safanphoto			
Mês: 02/2013			
Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 1,01	5,43	10,86	21,73
FIC 2,00	3,30	6,60	13,20
DMIC 0,80	3,11	-	-
DICRI 0,00	12,22	-	-
Tensão: Nominal=220/127 V Min.=207/116 V Máx.=231/133 V			
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$16,07			

Informações de Faturamento					
Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	12,51	21,21	Erg. Setoriais	3,48	5,90
Distribuição	20,70	35,09	Tributos	20,81	34,94
Transmissão	1,69	2,86	Total	58,99	100,00

Histórico do Consumo			
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
ABR/13	116	3,74	31
MAR/13	74	2,64	28
FEV/13	64	2,21	29
JAN/13	84	2,71	31
DEZ/12	80	2,50	32
NOV/12	75	2,50	30
OUT/12	100	3,23	31
SET/12	92	2,97	31
AGO/12	85	2,83	30
JUL/12	88	2,84	31
JUN/12	65	2,17	30
MAI/12	84	2,80	30
ABR/12	84	2,71	31

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	116	0,5068563	58,99
Encargos / Cobrança			
Contrib. Custeio Ilum. Pública			8,73
Multa 2% conta de C3/2013 sobre R\$ 25,54			0,52
Juros mora 1% am-ICPV: 3 dia(s) sobre R\$25,94			0,04
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		C,33C9C000	

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
22/04/2013	R\$ 68,28

Reservado ao Fisco			
A883.9B5F.F4B3.A138.F532.EED4.0A94.3A03			
Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	
58,99	30	17,70	
PASEP (R\$)		COFINS (R\$)	
0,51		2,40	

Reservado ao Fisco			
A883.9B5F.F4B3.A138.F532.EED4.0A94.3A03			
Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	
58,99	30	17,70	
PASEP (R\$)		COFINS (R\$)	
0,51		2,40	



AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé.
C. Cajuru 03 de 04 de 2013
Em Teste *[assinatura]* da verdade
[assinatura]
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,15 - Emplu. R\$ 3,68 - Total R\$ 4,84



164 368356-72



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 264.948.256-72

Nome da Pessoa Física: RICARDO PEREIRA DE SOUZA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **10:51:16** do dia **08/04/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **FB52.2C42.24EB.699F**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da
Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal)

Nº 183479

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

RICARDO PEREIRA DE SOUZA, ou vinculado ao **CPF: 264.948.256-72**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (www.jfmg.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;
 - Subseção Judiciária de Pouso Alegre (MG) = Pouso Alegre/MG;

Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unaí(MG) = Unaí/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;



Belo Horizonte/MG, 14h37, 19/04/2013.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

RICARDO PEREIRA DE SOUZA
CPF: 26494825672 RG: 1119003/MG
DATA NASCIMENTO: 12/04/1957
PAI: ORIGENES BENTO DE SOUSA
MÃE: RITA PEREIRA DE SOUSA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 16:52:10

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

RICARDO PEREIRA DE SOUZA
CPF: 26494825672 RG: 1119003/MG
DATA NASCIMENTO: 12/04/1957
PAI: ORIGENES BENTO DE SOUSA
MÃE: RITA PEREIRA DE SOUSA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 16:52:02

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RICARDO PEREIRA DE SOUZA

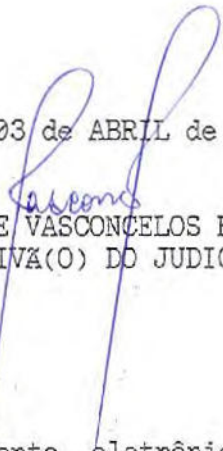
CPF: 26494825672 RG: 1119003/MG

DATA NASCIMENTO: 12/04/1957

PAI: ORIGENES BENTO DE SOUSA

MÃE: RITA PEREIRA DE SOUSA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 16:51:51


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RICARDO PEREIRA DE SOUZA

CPF: 26494825672 RG: 1119003/MG

DATA NASCIMENTO: 12/04/1957

PAI: ORIGENES BENTO DE SOUSA

MÃE: RITA PEREIRA DE SOUSA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 16:51:31

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **RICARDO PEREIRA DE SOUSA**

Inscrição: **069836400205** Zona: 287 Seção: 12

Município: 42838 - CARMO DO CAJURU UF: MG

Data de Nascimento: 12/04/1957 Domiciliado desde: 15/04/1986

Filiação: RITA PEREIRA DE SOUSA
ORIGENES BENTO DE SOUSA

Certidão emitida às 12:39 de 11/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

FYCS.S/QZ.OQXZ.4YVB



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM DIVINÓPOLIS
Rua Guaraci Carlos de Freitas nº 710 – B. Stª Clara – CEP 35.500 - 074



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 4369

GILBERTO DE OLIVEIRA CARDOSO, Escrivão de Polícia Federal, lotado e em exercício nesta DPF/DVS/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerido **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS** para fins de: (CADASTRO)

CERTIFICA que até a presente data NÃO CONSTA registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS** no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: RICARDO PEREIRA DE SOUZA
Filiação: Pai: ORIGENES BENTO DE SOUSA
Mãe: RITA PEREIRA DE SOUSA
Naturalidade: CARMO DO CAJURU/MG
Nacionalidade: BRASILEIRA
Data Nascimento: 12/04/1957
Residência: RUA CONEGO P. VILAÇA, 273 – CENTRO
Cidade: CARMO DO CAJURU/MG
Identidade: M-7.119.003/SSP/MG

O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma a presente.

Divinópolis, 12 de abril de 2013


GILBERTO DE OLIVEIRA CARDOSO
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL
NUCART/DPF/DVS/MG

Reconhecer firma: Cartório Mota - 1º Ofício de Notas - Rua São Paulo, 315, Centro - Divinópolis - MG
Cartório do 2º Ofício de Notas - Rua Minas Gerais, 454, Centro - Divinópolis - MG

SEGRAF - DPF

DPF-1077

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: RICARDO PEREIRA DE SOUSA

Registro Geral: M - 1119003

Nome do Pai: ORIGENES BENTO DE SOUSA

Nome da Mãe: RITA PEREIRA DE SOUSA

Data de Nascimento: 12/04/1957

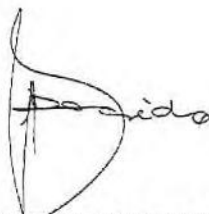
Naturalidade: CARMO DO CAJURU / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 10 h. 36 min.,
no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de
Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor
da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 08/04/2013

Autoridade Policial:



Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7428280

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]

Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cernig Torpedo 29817

Fale com a Cemig 116

mg, Distribuição S.A. CNPJ 06.981.130/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

CARDO PEREIRA DE SOUZA
UA CONEGO JOAO P VILACA 273 FR
ENTRO
510-000 CARMO DO CAJURU, MG
PF 284.948.256-72

Referente a
FEV/2013
Código de Débito Automático:
000011313517

Nº DO CLIENTE
7003079790

OTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 002456384 - PTA Nº16.000114527.70

Classificação	Medição	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	ABA953021681	ANTERIOR 11/01	ATUAL 08/02	PRÓXIMA 11/03	EMISSIONAL 13/02	APRESENTAÇÃO 19/02	3001131351

Informações Técnicas				
Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia	20.159	20.311	1	142

Informações Gerais

RECIBO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS Nº 01/2013
Comig, em atendimento à Lei nº 12.007, de 29/07/09,
declara quitados os débitos do cliente em referência
(contrato 5001116226), relativos ao fornecimento de
energia elétrica a esta unidade consumidora, referente
aos vencimentos de 01/01/2009 a 31/12/2012, excetuando
eventuais débitos que sejam posteriormente
apurados diante de possível verificação de
irregularidades ou de revisão de faturamento,
que abranjam o período em questão.
Ajuste tarifário extraordinário - Percentual médio:
Consumidor Cativo (-19,06%) / Residencial (-18,14%).
Aplicação parcial conforme Res. nº 1.422, de 24/01/13.
Fatura realizada conforme calendário de faturamento

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	142	0,55325567	78,54

Encargos / Cobrança

Contrib. Custeio Ilum. Pública	8,73
Multa 2% conta de 01/2013 sobre R\$ 78,88	1,58
Juros mora 1% am+IGPM: 33 dia(s) sobre R\$121,12	1,78
Compensação DMIC mensal	1,11

Tarifas aplicadas (sem impostos)

Energia Elétrica kWh	0.36232714
----------------------	------------

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Cafanoto

s: 12/2012

Valores Permitidos:

Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
4,25	5,55	11,10	22,21
1,00	3,30	6,60	13,20
4,25	3,20	-	-
R) 0,00	12,22	-	-

São: Nominal=200/127 V Min.=201/116 V Máx.=231/133 V
Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$51,28

Informações de Faturamento

Ítem	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Aluguel	16,77	21,35	Enc. Setoriais	4,66	5,93
Contribuição	27,76	35,35	Tributos	27,09	34,49
Despesa	2,26	2,88	Total	78,54	100,00

Histórico do Consumo

Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
/13	142	5,07	28
/13	127	4,10	31
/12	193	6,66	29
/12	192	5,82	33
/12	151	5,21	29
/12	187	5,67	33
/12	112	3,73	30
/12	135	4,66	29
/12	152	4,75	32
/12	167	5,96	28
/12	169	5,45	31
12	161	4,88	33
12	72	2,48	29

Reservado ao Fisco

B77F.F503.FF4B.6AF0.8F3F.397F.4CC7.88B2

ICMS			PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)		
78,54	30	23,56	0,62	2,91

NOTIFICAÇÃO DE CONTA(S) VENCIDA(S) / DÉBITO(S)

Até 13/02/2013 constava(m) o(s) seguinte(s) débito(s) vencido(s):


Mês/ano	Valor (R\$)	Débitos que sujeitam ao corte, conforme abaixo:
Mês/ano	Valor (R\$)	Previsão de Corte
01/2013	94,08	05/03/2013

A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos pela unidade consumidora.




Fernanda Cristina de S. Queiroz
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO MG-15.967.987 DATA 26/08/2004
 NOME FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ
 ENDEREÇO GERALDO NOGUEIRA DA SILVA MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA
 NATURALIDADE RIVINOPOLIS-MG DATA DE NASCIMENTO 9/4/1987
 DOC. ORIGEM CAS. LV-25B-FL-36
 CARMO DO CAJURU-MG
 CPF 
 PII-2149 IVEY MELO BRAUNA ASSINATURA DO DIRETOR
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 1.ª VIA

AUTENTICAÇÃO
 Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé.
 C. Cajuru 02 de 04 de 2013
 Em Teste *[assinatura]* da verdade
 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MG
 Tx. Fisc. R\$ 1,15 - Emclu. R\$ 3,69 - Total R\$ 4,84

Carlo da Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
 BUW 17344






Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 097.848.126-73

Nome da Pessoa Física: FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **12:43:33** do dia **01/04/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C559.A048.A6D0.7BA5**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da
Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais, Fiscais
e JEF (Cível e Criminal) N° 152544

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ, ou vinculado ao **CPF: 097.848.126-73**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;
 - Subseção Judiciária de Montes Claros (MG) = Montes Claros/MG;
 - Subseção Judiciária de Muriaé(MG) = Muriaé/MG;
 - Subseção Judiciária de Paracatu(MG) = Paracatu/MG;
 - Subseção Judiciária de Passos (MG) = Passos/MG;
 - Subseção Judiciária de Patos de Minas (MG) = Patos de Minas/MG;
 - Subseção Judiciária de Ponte Nova(MG) = Ponte Nova/MG;

Subseção Judiciária de Sete Lagoas(MG) = Sete Lagoas/MG;
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso (MG) = São Sebastião do Paraíso/MG;
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni(MG) = Teófilo Otoni/MG;
Subseção Judiciária de Uberaba (MG) = Uberaba/MG;
Subseção Judiciária de Uberlândia (MG) = Uberlândia/MG;
Subseção Judiciária de Unaí(MG) = Unaí/MG;
Subseção Judiciária de Varginha(MG) = Varginha/MG;
Subseção Judiciária de Viçosa(MG) = Viçosa/MG;
Subseção Judiciária de São João Del Rei(MG) = São João Del Rei/MG;



Belo Horizonte/MG, 09h06, 03/04/2013.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

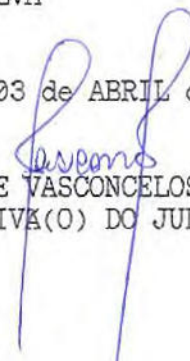
CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ
CPF: 09784812673 RG: 15967987/MG
DATA NASCIMENTO: 09/04/1987
PAI: GERALDO NOGUEIRA DA SILVA
MÃE: MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:12:47


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUIZADO ESPECIAL

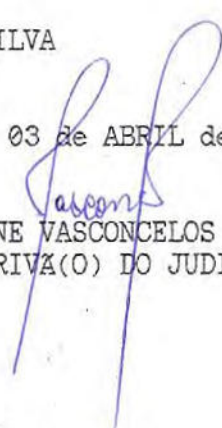
CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ
CPF: 09784812673 RG: 15967987/MG
DATA NASCIMENTO: 09/04/1987
PAI: GERALDO NOGUEIRA DA SILVA
MÃE: MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:12:19


JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIME
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ

CPF: 09784812673 RG: 15967987/MG

DATA NASCIMENTO: 09/04/1987

PAI: GERALDO NOGUEIRA DA SILVA

MÃE: MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:05:20

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE CARMO DO CAJURU
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001



CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ
CPF: 09784812673 RG: 15967987/MG
DATA NASCIMENTO: 09/04/1987
PAI: GERALDO NOGUEIRA DA SILVA
MÃE: MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA

CARMO DO CAJURU, 03 de ABRIL de 2013 - 17:05:06

Josilene Vasconcelos Rabelo
JOSILENE VASCONCELOS RABELO
ESCRIV(A) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM VICENTE DIAS BARBOSA
R. NAGIB MILEIB, 265 BAIRRO: SÃO LUIZ CEP: 35510000
CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ**
Inscrição: **168585590264** Zona: 287 Seção: 40
Município: 42838 - CARMO DO CAJURU UF: MG
Data de Nascimento: 09/04/1987 Domiciliada desde: 19/10/2005
Filiação: MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA
GERALDO NOGUEIRA DA SILVA

Certidão emitida às 09:20 de 03/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **067V.SS/S.WXOB.ZIU7**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 10845942013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **FERNANDA*CRISTINA*DE*SOUZA*QUEIROZ**, nacionalidade brasileira, filho(a) de GERALDO NOGUEIRA DA SILVA e MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA, nascido(a) aos 09/04/1987, natural de DIVINOPOLIS/MG, Documento de identificação 15967987 SSP/MG, CPF 097.848.126-73.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:46 de 03/04/2013

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ

Registro Geral: MG - 15967987

Nome do Pai: GERALDO NOGUEIRA DA SILVA

Nome da Mãe: MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA

Data de Nascimento: 09/04/1987

Naturalidade: DIVINOPOLIS / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 08 h. 50 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 03/04/2013

Autoridade Policial:



Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7399785

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.190/0001-16 / Inscrição Estadual 062.322136.0087
Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

ALDO NOGUEIRA DA SILVA
PRESIDENTE TANCREDO NEVES 57 FD
NFM
510-000 CARMO DO CAJURU, MG
F 362.534.996-53

Referente a
FEV/2013
Código de Débito Automático:
000067767525

Nº DO CLIENTE
7003594246

DATA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 005556697 - PTA Nº 16.000114527.70

Classificação

Residência
Monofásico

Medição

ABG036075598

Datas de Leitura

ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA
22/01	20/02	20/03

Datas da Nota Fiscal

EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO
21/02	27/02

Nº DA INSTALAÇÃO

3006776752

Tipo de Medição
Energia

Leitura Anterior
8.224

Informações Técnicas

Leitura Atual
8.313

Constante de Multiplicação
1

Consumo kWh
89

Informações Gerais

Ajuste tarifário extraordinário - Percentual médio:
Consumidor Cativo (-19,06%) / Residencial (-18,14%).
Aplicação parcial conforme Res. nº 1.422, de 24/01/13.
Inscrição ICMS: Decreto Nº 43.080/02, Anexo I, Item 79A.
Fatura realizada conf. calendário de faturamento.
Para maiores informações sobre o número de horas do
medidor DICRI, favor entrar em contato com a CEMIG.
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes
atuais e/ou atualização financeira (juros) baseadas no
atendimento das mesmas.

Valores Faturados

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	89	0,34917648	31,06

Encargos / Cobrança

Contrib. Custeio Ilum. Pública	5,24
Juros mora 1% am+IGPM: 25 dia(s) sobre R\$30,39	0,34

Tarifas aplicadas (sem impostos)

Energia Elétrica kWh	0,33342862
----------------------	------------



Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Gafanhoto
12/2012
Apurado Mensal
Mensal Trimestral Anual
0,00 5,55 11,10 22,21
0,00 3,30 6,60 13,20
0,00 3,20 - -
3,32 12,22 - -
Vol. nominal = 220/127 V Min. = 201/116 V Máx. = 231/133 V
Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$18,86

Informações de Faturamento

Item	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Imposto	9,67	31,13	Enc. Setoriais	2,69	8,66
Contribuição	16,01	51,54	Tributos	1,39	4,48
Miscelânea	1,30	4,19	Total	31,06	100,00

Histórico do Consumo

Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
13	89	3,07	29
13	99	3,00	33
12	71	2,54	28
12	88	2,84	31
12	95	2,97	32
12	90	3,00	30
12	84	2,55	33
12	79	2,72	29
12	92	3,07	30
12	110	3,93	28
12	73	2,21	33
12	93	2,82	33
12	70	2,41	29

Reservado ao Fisco

A22C.5FD0.21A9.E555.A7FE.76B9.5502.64C0

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)
----------------------	------------------	------------

PASEP (R\$)

0,24

COFINS (R\$)

1,15

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste Sala 300
Brasília/DF CEP: 70044-900



Remetente

Associação Comunitária Cajuruense

Rua José Demétrio Coelho nº 678 – Sala 02

Carmo do Cajuru – MG – CEP – 35.510 000

ETIQUETA DO CARIMBO MP

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Sec. de Comunicações
Fls. 156
R. 156
U

Identificação do Processo

Número: 53000.043110/2011 Localidade / UF: CARMO DO CAJURU/MG
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 08
- CNPJ válido e atual FL. 10
- Cópia do RG e CPF FL. 96/97//1.19/120//108/109//143/144
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada FL. 24
- Último relatório do Conselho Comunitário FL. 28/30
- O Estatuto Social FL. 12/23//64/76...FL. 90 há uma alteração sem registro, por isso pedir o estatuto consolidado.

Pendências:

- Certidão Anatel. Vencida.
- O Estatuto Social consolidado.

A consideração superior.


Wallace Santos Pinheiro



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1039/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53710.001485/1998.
Processo de Renovação nº 53000.043110/2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru/MG**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

- I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II. Estatuto Social consolidado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3.º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1038 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 18 de março de 2014.

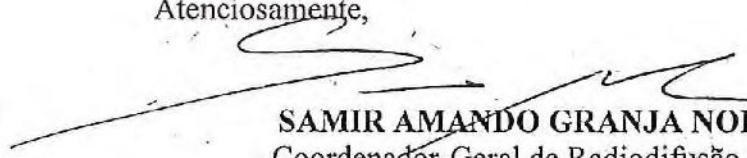
Ao(À) Senhor(a)
REPRESENTANTE LEGAL
Da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA**
Rua José Demétrio Coelho, 678, Sala 02
35.510-000 / Carmo do Cajuru - MG

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.043110/2011.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.043110/2011, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru/MG**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 1039/2014/CGRC/SCE-MC, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDIO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

SIGNATÁRIO: CGRC/DEAA/SCE-MC

ÁREA DE ANÁLISE: CGRC/DEAA/SCE-MC

Nº DO OFÍCIO: 1838 /2014, DE 19 /03/14

Nº DO PROCESSO: 53000.043110/11

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

Rua José Demétrio Coelho, 678, Sala 02

35.510-000 /

Carmo do Cajuru - MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

JG 08749327 5 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

28 / 8 / 14

15:20

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

Nº

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

DIETA OU CARIMBO MP)



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.

2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 05 de novembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, **Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 05/11/2014, às 09:00, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0221054** e o código CRC **C462A1B4**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 10 de novembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 10/11/2014, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0228338** e o código CRC **AECF81DD**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 15874/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.043110/2011-93**

Processo de Outorga nº: **53710.001485/1998**

Assunto: Reiteração das exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga, contidas na Nota Técnica nº 1039/2014 (encaminhada por meio do ofício nº 1838/2014, de 18/03/2014, AR Postal em 29/04/2014).

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOCA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru / MG**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Estatuto Social consolidado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, **sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 05/11/2014, às 09:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2015, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0221058** e o código CRC **67CF6ADC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17999/2014/SEI-MC

Brasília, 05 de novembro de 2014

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária Cajuruense - ASCOCA
Rua José Demétrio Coelho, 678, Sala 02
35.510-000 / Carmo do Cajuru – MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.043110/2011-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 15874/2014/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2015, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0221065** e o código CRC **FF1DB155**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC	
ENDEREÇO / ADRE		OFÍCIO nº 17999/ 2014/SEI-MC, de 05/11/2014.	
CEP / CODE POSTAL		Nº DO PROCESSO: 53000.043110/2011-93	
		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA	
		RUA JOSÉ DEMÉTRIO COELHO, 678, SALA 02	
		35.510-000 CARMO DO CAJURU - MG	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		23/01/15	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
X Roselene de Souza Fonseca			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
	CELIO ANTONIO DE OLIVEIRA 8.413.234-5 CORREIOS DISTRIBUIÇÃO		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			
75240203-0 FC0463 / 16			





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 08953004 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

24/01/75

19 : 45 h

/ /

:

/ /

:

/ /

:

/ /

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

EN

CI

UF

BRASIL

Carmo do Cajuru/MG, 30 de janeiro de 2015.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar
70044-900 Brasília - DF

Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia
Processo: 53000.043110/2011

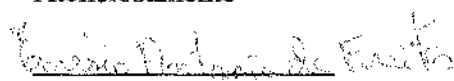
Prezado Senhor:

Em atenção ao seu ofício nº 17999/2014/SEI-MC de 05 de novembro de 2014, a “Associação Comunitária Cajuruense” permissionária do serviço de radiodifusão sonora RADCOM nesta localidade de Carmo do Cajuru – MG; informa Vossa Senhoria que estamos encaminhando a documentação solicitada ou seja: Estatuto consolidado e Nada Consta da Anatel.

No entanto informamos Vossa Senhoria que solicitação de igual teor nos fora encaminhada em 18 de março de 2014 através do Ofício 1838/2014/GRRC/SCE-MC e que fora respondida por ofício via Sedex SF284454922BR de 16 de maio de 2014 conforme recibo do Correio de 16 de maio de 2014, contendo os mesmos documentos solicitados cuja cópia está anexada e recebida no Ministério das Comunicações, podendo ser verificada as ações, tramites e recebimento assinado no Ministério das Comunicações. Supomos ter extraviado.

Agradecemos se formos merecedores de análise no nosso estatuto e verificar se existe alguma pendência, equivoco ou algum erro nos dizeres de nosso documento.

Atenciosamente



Enézio Antonio de Freitas
CPF: 426820886-00
Cargo: Presidente

Rua José Demetrio Coelho, 678 - Sobreloja – Bairro: Centro
35510-000 – Carmo do Cajuru – MG
Fone: 37-9937 1194


PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA - COORDENADORIA GERAL DE RADIOUSO COMUNITÁRIO			
ENDEREÇO / ADRESSE			
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, PLE R/3º ANDAR			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
70044-900	BRASILIA	DF	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / CARTEAU DE DESTINO
Conceição de Maria M. dos Santos NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR [Assinatura]		16/05/14	5001 BRASILIA CENTRO 1º B MAI 2014 DR/BSB
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
	Valter Gomes Vieira [Assinatura]		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE POUR LE VERSO			
70240203-0			

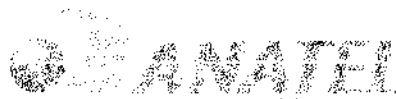
FC0463/16

114 x 188 mm

 AVISO DE RECEBIMENTO AR	SF 28445492 2 BR	
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 14 MAI 2014	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT CARMO DO CAJURU	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
	: h	: h
RECEBIDO EM LETRA DE FORMA		
ENDERECO PARA DEVOLUCAO / RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE	
	ASCOCA	
	ENDERECO PARA DEVOLUCAO / ADRESSE RUA JOSE DEMETRIO CORELHO, 628-5402,	
	CIDADE / LOCALITE CARMO DO CAJURU	
	UF MG	BRASIL
35540-000		

AUTENTICACAO
 Esta via é a reprodução fiel do Original Original
 C. CAJURU 05 03 de 2014
 Em Teste 14/05/2014
 CARTELA DO MEXICO DE STIMO
 DE CAJURU D. CAJURU 02
 14/05/2014 14:00:00





Sistema Nacional
de Administração de Débitos

BOA NOITE
ANTONIO GONCALVES PINTO
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta | menu ajuda



Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
CNPJ: 02.834.821/0001-59

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:59:02 do dia 30/01/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/03/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE CONSOLIDADO

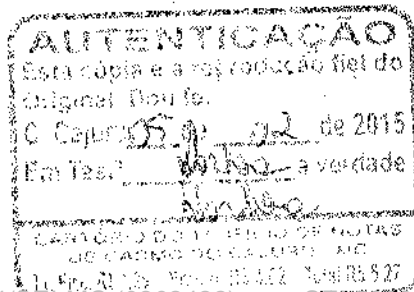
CAPÍTULO I

ART. 1º – A Associação Comunitária Cajuruense é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação social. Atuando em âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do Município de Carmo do Cajuru. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, sexo, religião ou atividade econômica profissional, é criada nessa data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse Geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos comunicação e desenvolvimento cultural artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios.

Parágrafo Único – A sede da Associação está localizada na Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000, Carmo do Cajuru – Minas Gerais, Brasil.

ART. 2º – Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;



Ednardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

VERSO EM BRANCO

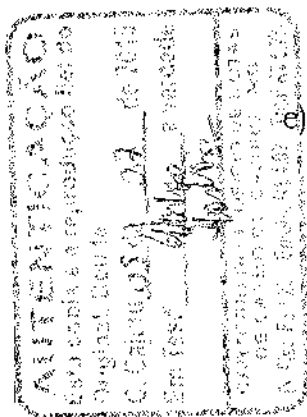
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório o permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;
- d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse Geral da sociedade;
- e) Fortalecer os laços institucionais entre representantes políticos da comunidade e demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da Associação Comunitária;
- f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração



Advogado
OAB-MG 94898
D. Carlos Dilella

VERSO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

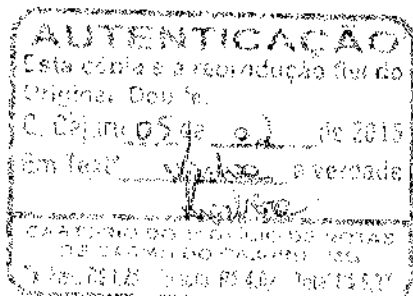
CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição cidadania de brasileiros natos, naturalizados brasileiros e por adoção.

- g) Executar serviço de Radiodifusão Comunitária, tendo como finalidades o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:
- I. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - II. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - III. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
 - IV. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação Profissional vigente;
 - V. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Parágrafo Único – Para Alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cajuruense, atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizagem; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informação capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil).



Eduardo Barbosa
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

VERSO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

ART. 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Carmo do Cajuru, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

§ 1º - Só serão efetivados como associados ou proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinando-o com prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhando ao conselho comunitário.

§ 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

§ 3º - É assegurado o ingresso, como associado, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sediadas na localidade de Carmo do Cajuru, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fica assegurado, através de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Os representantes terão direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes.

§ 4º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** - os que inscreverem após o encerramento do livro de Fundação e mantenham suas contribuições em dia;
- c) **HONORÁRIOS** - cidadãos que tenham prestado ou anda prestem relevantes serviços à associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Eduardo Barreira Dilela
Advogado

OAB-MG 94898

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO

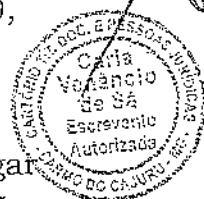


ATENTICAÇÃO
Esta copia é a reprodução fiel do
Original. Data de
05 de 05 de 2015
Em Teor. A verdade
CARTÃO DO REGISTRO DE
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO
DO BRASIL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



§ 5º - É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ART. 4º - São deveres do Associado:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.

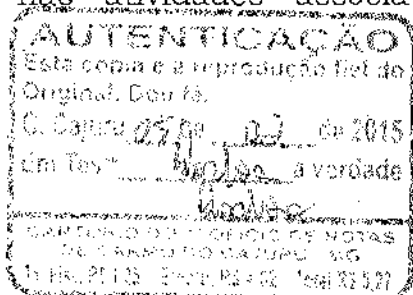
Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ART. 5º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de atividade e as decisões aprovadas em Assembléia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do Associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do quadro social.

§ 1º - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

§ 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendência financeira e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.



Eduardo Belfesa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

VERSO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

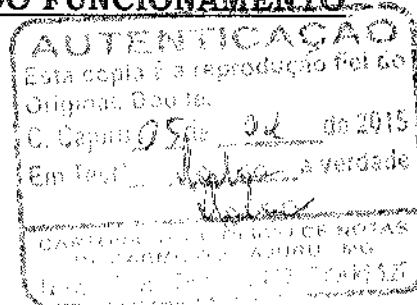
§ 3º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

ART. 6º - São legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice - Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro.



§ 1º - Os dirigentes da Associação deverão manter residência na área da comunidade atendida.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§ 3º - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 7º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação Comunitária em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-la para atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembléias extraordinárias;
- d) Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse aos membros da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em Geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o secretário, as atas de reunião e Assembléias;
- j) Assinar com o tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária Cajuruense a quaisquer ordem de pagamento ou movimentações de fundos sociais, inclusive cheques ou

Edna Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620875-6

VERSO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

levantamento de depósito e quaisquer espécie de títulos, cauções,
ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços,
balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus
impedimentos pelos seguintes em ordem: Vice-Presidente e
Tesoureiro.

Art. 8º – Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo
na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de
vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.


Art. 9º – Compete ao Secretário:

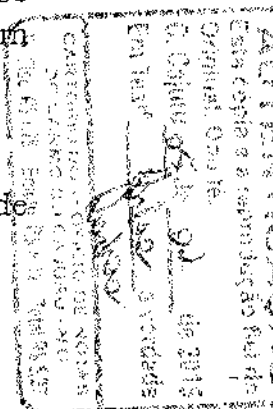
Parágrafo Único – Superintender os trabalhos de secretaria de forma
eficiente para boa organização da entidade:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da diretoria e das
Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria
mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as atas de Reuniões da Diretoria e
Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as
atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º – Compete ao tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, Cheques e todos os documentos
financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios
financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em
forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidade, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de
comprovantes;


Eduardo Gomes
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16



VERSO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes à suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11 – Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Acompanhar divulgação da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações;
- c) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;
- d) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Parágrafo Único – O Conselho comunitário será composto por, no mínimo, cinco representantes de entidade local, ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei n.º 9.612, de 1998.

CAPÍTULO IV **DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES**

Art. 12 – O tempo de mandato dos membros que compõe a Diretoria, limitado ao máximo de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da associação por membros

Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035620876-16

00000000000000000000



AUTENTICACAO
Esta copia e reproducao fiel do
Original. Data de
02 de 2015
Em face da veracidade
do documento
MARTINO DO CARMO DO CARMO - MC
DE CARMO DO CARMO - MC
Nº 00000000000000000000

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

da diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V **DAS ELEIÇÕES**

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo dos seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até cento oitenta (180) dias antes das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até doze (12) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até sessenta (60) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembléia para as eleições será convocada por edital público em jornal de grande circulação no Município sede da Associação.

Parágrafo Único – Na falta de jornal de grande circulação no Município poderá a Associação utilizar-se do Diário Oficial do Município, da Câmara Municipal e de todos os meios possíveis para dar publicidade a Assembléia.

Eduarda Barbosa Dilela
Advogada

OAB-MG 94898

CPF 0356620876-14

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA DE SEGURANÇA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS
122
0077



AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é reprodução fiel do
original. Dou fé.
C. Caprucci de 01 de 2015
Em Test. [Assinatura] e validade
[Assinatura]
CARTEIRO DO T. J. M. G. DE 10045
DE CARMO DO CAJURU - MG
N.º 23.128 - Emissão 03/02/2015

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



Art. 20 - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 - As chapas inscritas poderão indicar dois (02) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até trinta (30) dias antes das eleições.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

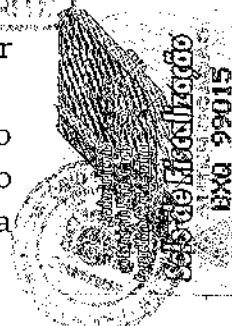
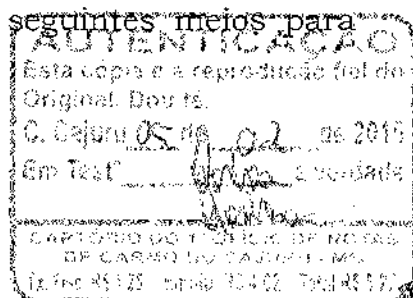
Art. 22 - A presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 - O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO VII **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art. 24 - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadações contributivas decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Cajuruense, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.



[Assinatura]
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-18

VERSO EM BRANCO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

§ 1º - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

§ 2º - A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º - Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados.

Art. 25 - A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviço de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII **DA ASSEMBLÉIA**

Art. 26 - A Assembléia geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

§ 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde os sócios lançarão as suas assinaturas.

§ 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

§ 3º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.


§ 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

§ 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três (3) sócios escolhidos pela Assembléia.

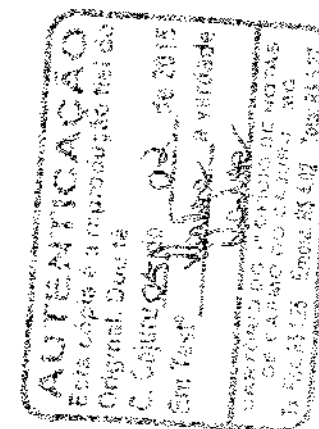
§ 6º - A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente por no mínimo, um quinto dos associados.

Art. 27 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 - Compete privativamente à assembléia geral,


Eduardo Barbosa
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 036620970-17

1000
900
800
700
600
500
400
300
200
100
0



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

I - destituir os administradores;

II - alterar o estatuto;

III - São atribuições da Assembleia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal mediante o voto concorde de, no mínimo um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para esta finalidade, em Assembleia Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da alínea **c** deste artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum de 1/3, bem como os critérios de eleição dos administradores.


Art. 29 - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos e Fiscal, ou um terço (1/3), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de quinze (15) dias, mediante edital a ser fixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de oito (08) dias.

Art. 31 - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal através de procuração, da maioria dos associados.

§ 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

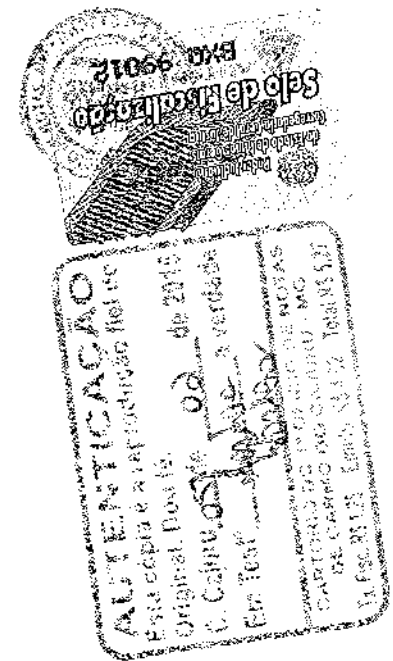
§ 2º - Só poderá votar e ser votado, sócio quite com a tesouraria.


Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 935620876-16

VERBO ORIGINAL



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

§ 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

Art. 32 - Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra c do artigo 28.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para este fim e conforme maioria de dois terços (2/3), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim, devidamente registrada ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 35 - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 36 - Fica eleito o foro de Carmo do Cajuru, Minas Gerais para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto.

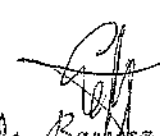
Carmo do Cajuru - MG, 05 de fevereiro de 2014.

Enésio Antônio de Freitas - Presidente

Luiz Pereira Sobrinho - Vice-Presidente

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - Secretária

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - Tesoureira


Eduardo Barroso Dilata
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035525876-16

**CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
CARMO DO CAJURU - MG**

Registrado sob nº 513 Fls. 61-V
Lº A-2 Lei 16421 - Encargamentos 138,74
Taxa Judiciária 45,55 TOTAL 184,29
Registrado em 14 / 05 / 2014.
Oficial, Vala Moreira de M.

Selo de Fiscalização

Processo nº 111.67983

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO
BET 62630

ARQUIVAMENTO
BET 62631

ARQUIVAMENTO
BET 62632

ARQUIVAMENTO
BET 62633

ARQUIVAMENTO
BET 62634

ARQUIVAMENTO
BET 62635

ARQUIVAMENTO
BET 62636

ARQUIVAMENTO
BET 62637

ARQUIVAMENTO
BET 62638

ARQUIVAMENTO
BET 62639

ARQUIVAMENTO
BET 62640

ARQUIVAMENTO
BET 62641

ARQUIVAMENTO
BET 62642

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do
Original. Dou fé
C. Cajuru, de 2015
Em Teste a verdade

Selo de Fiscalização
EX 99011

Carmo do Cajuru/MG, 30 de janeiro de 2015.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar
70044-900 Brasília - DF

Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia
Processo: 53000.043110/2011

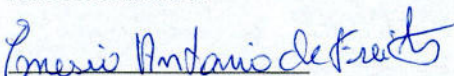
Prezado Senhor:

Em atenção ao seu ofício nº 17999/2014/SEI-MC de 05 de novembro de 2014, a "Associação Comunitária Cajuruense" permissionária do serviço de radiodifusão sonora RADCOM nesta localidade de Carmo do Cajuru - MG; informa Vossa Senhoria que estamos encaminhando a documentação solicitada ou seja: Estatuto consolidado e Nada Consta da Anatel.

No entanto informamos Vossa Senhoria que solicitação de igual teor nos fora encaminhada em 18 de março de 2014 através do Ofício 1838/2014/GRRC/SCE-MC e que fora respondida por ofício via Sedex SF284454922BR de 16 de maio de 2014 conforme recibo do Correio de 16 de maio de 2014, contendo os mesmos documentos solicitados cuja cópia está anexada e recebida no Ministério das Comunicações, podendo ser verificada as ações, tramites e recebimento assinado no Ministério das Comunicações. Supomos ter extraviado.

Agradecemos se formos merecedores de análise no nosso estatuto e verificar se existe alguma pendência, equívoco ou algum erro nos dizeres de nosso documento.

Atenciosamente



Enézio Antonio de Freitas

CPF: 426820886-00

Cargo: Presidente

Rua José Demétrio Coelho, 678 - Sobreloja - Bairro: Centro
35510-000 - Carmo do Cajuru - MG
Fone: 37-9937 1194

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 13/02/15 às 15:00 horas
Assinatura: Conceição

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA - COORDENADORIA GERAL DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA

ENDEREÇO / ADRESSE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO 3/3º ANDAR

CEP / CODE POSTAL
70044-900

CIDADE / LOCALITÉ
BRASILIA

UF
DF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE RÉCEPTION
16 05 14

CARIMBO DE ENTRADA / CARTEAU D'ENTRÉE
DD/BRASILIA/CENTRO
16 MAI 2014
DR/BSB

Assinatura: **Valter Gomes Vieira**
CPF: **8131348-9**
Cargo: **Carteiro**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOURNEMENT
75240203-0

FC0463 / 15

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fe.
C. Cajuru 10 de 02 de 2015
Em Teste Antônio a verdade
CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,25 Emplu. R\$ 4,02 Total R\$ 5,27

Selo de Fiscalização
BXX 99130
CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MG

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

CARMO DO CAJURU

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
14 MAI 2014

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
CARMO DO CAJURU/MG

SF 28445492 2 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MG
Fernanda Duarte N. Barbosa
Escritor

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
RUA JOSÉ DEMETRIO COELHO, 628-SL 02,

CIDADE / LOCALITÉ
CARMO DO CAJURU

UF
MG

PAÍS
BRASIL

35340-000



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:37:27 do dia 10/02/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/03/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE CONSOLIDADO

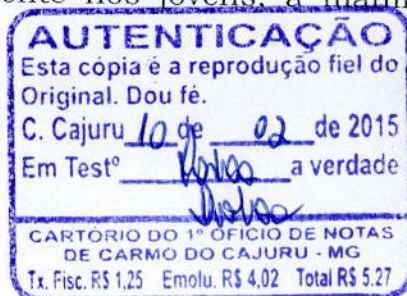
CAPÍTULO I

ART. 1º – A Associação Comunitária Cajuruense é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação social. Atuando em âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do Município de Carmo do Cajuru. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, sexo, religião ou atividade econômica profissional, é criada nessa data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse Geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia domestica abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos comunicação e desenvolvimento cultural artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios.

Parágrafo Único – A sede da Associação está localizada na Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000, Carmo do Cajuru – Minas Gerais, Brasil.

ART. 2º – Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;

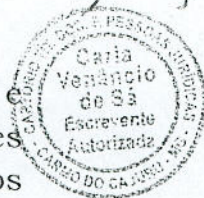


Eduardo Barbosa Dileta
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório o permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;
- d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse Geral da sociedade;
- e) Fortalecer os laços institucionais entre representantes políticos da comunidade e demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da Associação Comunitária;

Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração



Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16
Eduardo Carlos Dilella

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

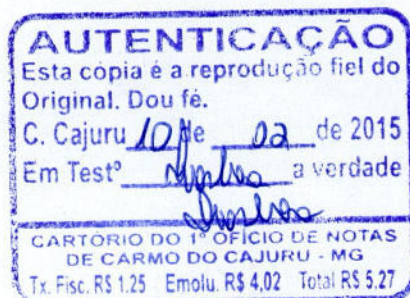
Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição cidadania de brasileiros natos, naturalizados brasileiros e por adoção.

g) Executar serviço de Radiodifusão Comunitária, tendo como finalidades o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação Profissional vigente;
- V. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Parágrafo Único – Para Alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cajuruense, atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizagem; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informação capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil).



Eduardo Barbosa Dileta
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

ART. 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Carmo do Cajuru, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

§ 1º - Só serão efetivados como associados ou proponentes que aceitem as condições deste estatuto, assinando-o com prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhando ao conselho comunitário.

§ 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

§ 3º - É assegurado o ingresso, como associado, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sediadas na localidade de Carmo do Cajuru, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fica assegurado, através de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Os representantes terão direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes.

§ 4º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** - os que inscreverem após o encerramento do livro de Fundação e mantenham suas contribuições em dia;
- c) **HONORÁRIOS** - cidadãos que tenham prestado ou anda prestem relevantes serviços à associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898



[Handwritten signature in blue ink]

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé.
C. Cajuru 10 de 02 de 2015
Em Testº Amalino a verdade
[Signature]
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,25 Emolu. R\$ 4,02 Total R\$ 5,27



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



§ 5º - É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ART. 4º - São deveres do Associado:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III. Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI. Comparecer por ocasião das eleições;
- VII. Votar por ocasião das eleições;
- VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.

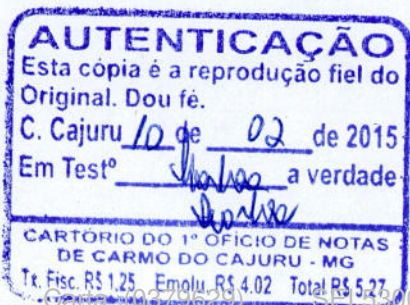
Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ART. 5º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de atividade e as decisões aprovadas em Assembléia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do Associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do quadro social.

§ 1º - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

§ 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendência financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.



Eduardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

§ 3º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.



CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

ART. 6º - São legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice - Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro.

§ 1º - Os dirigentes da Associação deverão manter residência na área da comunidade atendida.

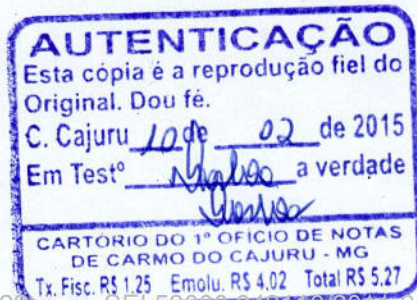
§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§ 3º - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 7º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação Comunitária em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-la para atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembléias extraordinárias;
- d) Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse aos membros da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em Geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o secretário, as atas de reunião e Assembléias;
- j) Assinar com o tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária Cajuruense a quaisquer ordem de pagamento ou movimentações de fundos sociais, inclusive cheques ou

Eduardo Barbosa Dilata
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-5



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

levantamento de depósito e quaisquer espécie de títulos, cauções,
ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços,
balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 8º – Compete ao Vice-Presidente:

- Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º – Compete ao Secretário:

Parágrafo Único – Superintender os trabalhos de secretária de forma eficiente para boa organização da entidade:

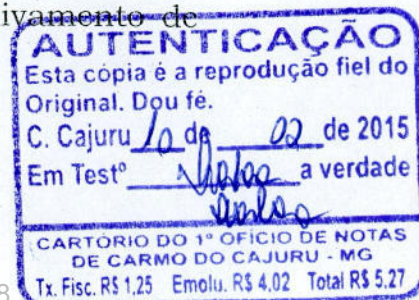
- Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da diretoria e das Assembléias;
- Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- Lavar, subscrever as atas de Reuniões da Diretoria e Assembléias;
- Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º – Compete ao tesoureiro:

- Assinar com o Presidente, Cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- Arrecadar mensalidade, taxas e outras contribuições;
- Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;



Eduardo Balthazar
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes à suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11 – Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Acompanhar divulgação da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações;
- c) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;
- d) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Parágrafo Único – O Conselho comunitário será composto por, no mínimo, cinco representantes de entidade local, ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei n.º 9.612, de 1998.

CAPÍTULO IV **DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES**

Art. 12 – O tempo de mandato dos membros que compõe a Diretoria, limitado ao máximo de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da associação por membros

Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 036620876-16

Carta (0379629)

SEI 53000.043110/2011-93 / pg. 219



[Handwritten signature]

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do Original. Dou fé.
C. Cajuru 10 de 02 de 2015
Em Testº [assinatura] a verdade
[assinatura]
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,25 Emolu. R\$ 4,02 Total R\$ 5,27



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

da diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V **DAS ELEIÇÕES**

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo dos seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

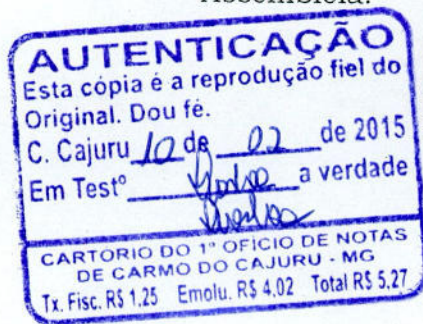
Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até cento oitenta (180) dias antes das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até doze (12) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até sessenta (60) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembleia para as eleições será convocada por edital público em jornal de grande circulação no Município sede da Associação.

Parágrafo Único – Na falta de jornal de grande circulação no Município poderá a Associação utilizar-se do Diário Oficial do Município, da Câmara Municipal e de todos os meios possíveis para dar publicidade a Assembleia.



Eduardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94896
CPF 035620876-14

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

Art. 20 - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 - As chapas inscritas poderão indicar dois (02) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até trinta (30) dias antes das eleições.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 22 - A presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 - O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO VII **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art. 24 - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadações contributivas decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Cajuruense, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

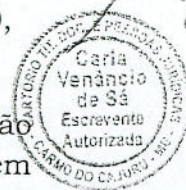


Eduardo de Jesus Dileta
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-10

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.



§ 1º - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

§ 2º - A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º - Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados.

Art. 25 - A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviço de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII **DA ASSEMBLÉIA**

Art. 26 - A Assembléia geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

§ 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde os sócios lançarão as suas assinaturas.

§ 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

§ 3º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

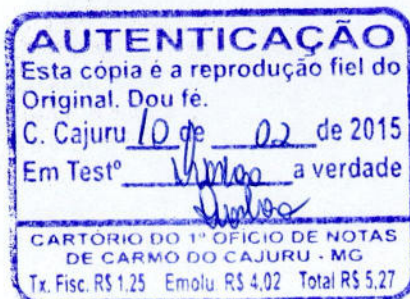
§ 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

§ 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três (3) sócios escolhidos pela Assembléia.

§ 6º - A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente por no mínimo, um quinto dos associados.

Art. 27 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 - Compete privativamente à assembléia geral,



Eduardo Barbosa
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 036620076-17

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto;

III – São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal mediante o voto concorde de, no mínimo um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para esta finalidade, em Assembléia Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da alínea **c** deste artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum de 1/3, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 29 – A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos e Fiscal, ou um terço (1/3), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 – As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de quinze (15) dias, mediante edital a ser fixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de oito (08) dias.

Art. 31 – A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal através de procuração, da maioria dos associados.

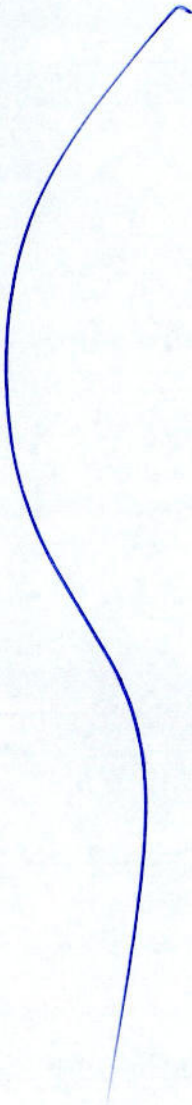
§ 1º – A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

§ 2º – Só poderá votar e ser votado, sócio quite com a tesouraria.



Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898



AUTENTICAÇÃO
Esta cópia é a reprodução fiel do
Original. Dou fé.
C. Cajuru 10 de 02 de 2015
Em Testº Antônio a verdade
Antônio
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,25 Emolu. R\$ 4,02 Total R\$ 5,27



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

§ 3º – Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

Art. 32 – Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra **c** do artigo 28.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 – A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para este fim e conforme maioria de dois terços (2/3), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim, devidamente registrada ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Art. 34 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 35 – O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 36 – Fica eleito o foro de Carmo do Cajuru, Minas Gerais para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto.


Carmo do Cajuru – MG, 05 de fevereiro de 2014.

Enésio Antônio de Freitas - Presidente

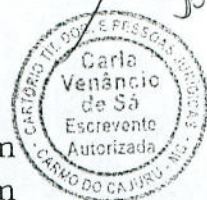
Luiz Pereira Sobrinho - Vice-Presidente

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - Secretária

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - Tesoureira


Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898



CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
CARMO DO CAJURU - MG

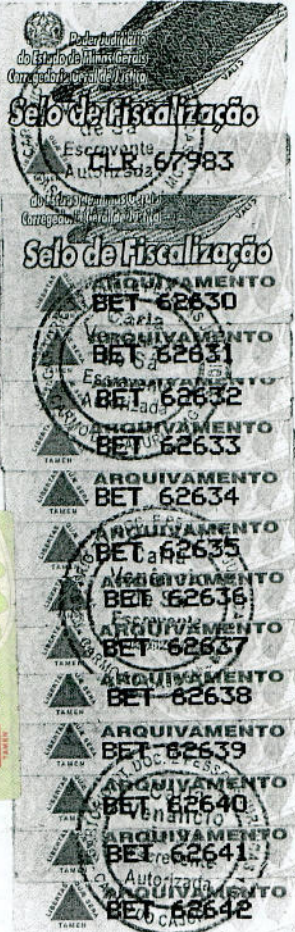
Registrado sob nº 513, Fls 61-V
Lº A-2 Lei 15424 - Emolumentos 138,74
Taxa Judiciária 45,55 TOTAL 184,29
Registrado em 14 / 05 / 2014.
Oficial, Luiz Antônio de M.

AUTENTICAÇÃO

Esta cópia é a reprodução fiel do
Original. Dou fé.

C. Cajuru 10 de 02 de 2015
Em Testº Luiz Antônio de M. a verdade

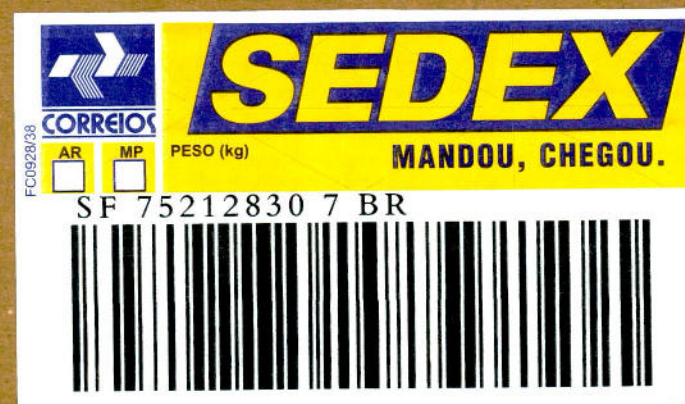
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
DE CARMO DO CAJURU - MG
Tx. Fisc. R\$ 1,25 Emolu. R\$ 4,02 Total R\$ 5,27



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios -Bloco R- Anexo B
Sala 300 -0
70044-900 - Brasília - DF



AR



AR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Remetente =
Associação Comunitária Cafurvense - ASCOCA
Rua José Demétrio Coelho - N° 678 - Sala 02 - Centro
Carmo do Cafuru - MG.
CEP. 35.510-000

Carmo do Cajuru, 08 de maio de 2014

Ao Sr. Samir Amando Granja Nobre Maia

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – 70044-900 – Brasília – DF

Sr. Coordenador,

Em atendimento ao ofício encaminhado a esta Associação “Nota Técnica do Processo de Renovação nº 53000.043110/2011”, estamos encaminhando:

- I – Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II – Estatuto Social consolidado e devidamente registrado no registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Atenciosamente,

Enézio Antônio de Freitas

Enézio Antônio de Freitas - Presidente

Associação Comunitária Cajuruense – ASCOCA

02.834.821/0001-59

*Obs. ofício nº 1838/2014
CGRC/SCE-MC*

16-05-14

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:10:02 do dia 07/05/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/06/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE **CONSOLIDADO**

CAPÍTULO I

ART. 1º – A Associação Comunitária Cajuruense é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação social. Atuando em âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do Município de Carmo do Cajuru. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, sexo, religião ou atividade econômica profissional, é criada nessa data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse Geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos comunicação e desenvolvimento cultural artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios.

Parágrafo Único – A sede da Associação está localizada na Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000, Carmo do Cajuru – Minas Gerais, Brasil.

ART. 2º – Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;


Eduardo Barbosa Dilella

Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035620876-16



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.


para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição cidadania de brasileiros natos, naturalizados brasileiros e por adoção.



g) Executar serviço de Radiodifusão Comunitária, tendo como finalidades o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I. Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação Profissional vigente;
- V. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Parágrafo Único – Para Alcançar seus objetivos a Associação Comunitária Cajuruense, atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizagem; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais, e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informação capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil).


Eduardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.



CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

ART. 3º – Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Carmo do Cajuru, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

§ 1º - Só serão efetivados como associados ou proponentes que aceitem as condições deste estatuto, assinando-o com prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhando ao conselho comunitário.

§ 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

§ 3º - É assegurado o ingresso, como associado, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, domiciliadas ou sediadas na localidade de Carmo do Cajuru, tendo as seguintes prerrogativas:

- I. Fica assegurado, através de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Os representantes terão direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes.

§ 4º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembléia da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** – os que inscreverem após o encerramento do livro de Fundação e mantenham suas contribuições em dia;
- c) **HONORÁRIOS** – cidadãos que tenham prestado ou anda prestem relevantes serviços à associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais – Brasil.

§ 5º - É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.



ART. 4º – São deveres do Associado:

- I.** Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II.** Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III.** Zelar pelo bom nome da Associação;
- IV.** Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- V.** Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI.** Comparecer por ocasião das eleições;
- VII.** Votar por ocasião das eleições;
- VIII.** Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências.


Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ART. 5º – Ao associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de atividade e as decisões aprovadas em Assembléia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do Associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do quadro social.

§ 1º - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

§ 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendência financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.


Eduardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

§ 3º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.



CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

ART. 6º - São legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice - Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro.

§ 1º - Os dirigentes da Associação deverão manter residência na área da comunidade atendida.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§ 3º - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 7º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação Comunitária em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-la para atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembléias extraordinárias;
- d) Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse aos membros da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em Geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o secretário, as atas de reunião e Assembléias;
- j) Assinar com o tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária Cajuruense a quaisquer ordem de pagamento ou movimentações de fundos sociais, inclusive cheques ou

Eduardo Barbosa Dilella
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

levantamento de depósito e quaisquer espécie de títulos, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.



Parágrafo Único - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 8º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.


Art. 9º - Compete ao Secretário:

Parágrafo Único - Superintender os trabalhos de secretária de forma eficiente para boa organização da entidade:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da diretoria e das Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as atas de Reuniões da Diretoria e Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º - Compete ao tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, Cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidade, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;


Eduardo Barbosa Dileto
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-15

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.



- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes à suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11 – Compete ao Conselho Comunitário:


- a) Acompanhar divulgação da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações;
- c) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei;
- d) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Parágrafo Único – O Conselho comunitário será composto por, no mínimo, cinco representantes de entidade local, ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei n.º 9.612, de 1998.

CAPÍTULO IV **DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES**

Art. 12 – O tempo de mandato dos membros que compõe a Diretoria, limitado ao máximo de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da associação por membros


Eduardo Barbosa
Advogado

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

da diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas.

Art. 13 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14 – A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V **DAS ELEIÇÕES**

Art. 15 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo dos seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16 – Somente poderão votar os filiados até cento oitenta (180) dias antes das eleições.

Art. 17 – Somente poderão ser votados os filiados até doze (12) meses antes da data das eleições.

Art. 18 – As chapas poderão inscrever-se até sessenta (60) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19 – A Assembleia para as eleições será convocada por edital público em jornal de grande circulação no Município sede da Associação.

Parágrafo Único – Na falta de jornal de grande circulação no Município poderá a Associação utilizar-se do Diário Oficial do Município, da Câmara Municipal e de todos os meios possíveis para dar publicidade a Assembleia.


Eduardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

Art. 20 – As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21 – As chapas inscritas poderão indicar dois (02) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até trinta (30) dias antes das eleições.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**


Art. 22 – A presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23 – O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO VII **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art. 24 – A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadações contributivas decorrentes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Cajuruense, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.


Eduardo Barbosa Dilol
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620870-16



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

§ 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

§ 2º – A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º – Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receita entre os associados.

Art. 25 – A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviço de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII **DA ASSEMBLÉIA**

Art. 26 – A Assembléia geral é órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

§ 1º – Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o Livro de Presença, onde os sócios lançarão as suas assinaturas.

§ 2º – Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

§ 3º – O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

§ 4º – As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.


§ 5º – A ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três (3) sócios escolhidos pela Assembléia.

§ 6º – A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente por no mínimo, um quinto dos associados.

Art. 27 – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28 – Compete privativamente à assembléia geral,




Eduardo Barbosa Dilela
Advogado
OAB-MG 94898
CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru – Minas Gerais - Brasil.

Handwritten signature and initials



I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto;

III - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal mediante o voto concorde de, no mínimo um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para esta finalidade, em Assembléia Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da alínea c deste artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum de 1/3, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 29 – A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos e Fiscal, ou um terço (1/3), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30 – As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecedência de quinze (15) dias, mediante edital a ser fixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de oito (08) dias.

Art. 31 – A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal através de procuração, da maioria dos associados.

§ 1º – A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

§ 2º – Só poderá votar e ser votado, sócio quite com a tesouraria.

Handwritten signature of Eduardo Barbosa Dilel
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035620876-16

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOCA

CNPJ: 02.834.821/0001-59

Sede Rua José Demétrio, n.º 678, Sala 02, Centro, CEP.: 35.510-000,
Carmo do Cajuru - Minas Gerais - Brasil.

§ 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

Art. 32 - Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra c do artigo 28.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para este fim e conforme maioria de dois terços (2/3), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim, devidamente registrada ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 35 - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 36 - Fica eleito o foro de Carmo do Cajuru, Minas Gerais para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto.


Carmo do Cajuru - MG, 05 de fevereiro de 2014.

Enésio Antônio de Freitas - Presidente

Luiz Pereira Sobrinho - Vice-Presidente

Cássia Rabelo de Souza Fonseca - Secretária

Fernanda Cristina de Souza Queiroz - Tesoureira


Eduardo Barbosa Dilela
Advogado

OAB-MG 94898

CPF 035620876-16



13 Reproduções

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
CARMO DO CAJURU - MG

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Registrado sob nº 513, Fls 61-V

Lº A-2 Lei 15424 - Emolumentos 31,98

Taxa Judiciária 10,14 TOTAL 42,12

Registrado em 14 / 05 / 2014

Oficial, *Carla Venâncio de Sá*





Para:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES
ELETRÔNICA – COORDENAÇÃO GERAL DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR
CEP: 70044-900
BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional de Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 18023/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.043110/2011-93**

Processo de Outorga nº: **53710.001485/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Cajuruense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru/MG**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Ata de Eleição da diretoria **em exercício**, visto que a última enviada venceu em 10/04/2014, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2; e

III. CPF de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo**, Analista Tec Administrativo, em 13/08/2015, às



10:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 13/08/2015, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0658772** e o código CRC **3642157E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 26164/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2015

Ao Senhor
ENÉSIO ANTÔNIO FREIRE
Representante Legal da Associação Comunitária Cajuruense
Rua José Demétrio Coelho, 678, Sala 02

35.510-000 / Carmo do Cajuru - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.043110/2011-93.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **18023/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 13/08/2015, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0658804** e o código CRC **8083418B**.

JO 21506628 1 BR

**CORREIOS****AVISO DE
RECEBIMENTO****AR**

DATA DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO

ENÉSIO ANTÔNIO FREIRE - REP. LEGAL
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE
RUA JOSÉ DEMÉTRIO COELHO 678
SALA 02
35510-000 CARMO DO CAJURU-MG

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG
AVENIDA AFONSO PENA 1.270
TÉRREO - SALA 001 CENTRO
30130-900 BELO HORIZONTE-MG

UNIDADE DE POSTAGEM

CARIMBO
UNIDADE RECEBEDORA

19 AGO 2015

14 AGO 2015

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / : h
2ª / / : h
3ª / / : h

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OF.26164/2015 - 53000.043110/11

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|-------------------------|-----------------|
| 1 Mudou-se | 5 Recusado |
| 2 Endereço insuficiente | 6 Não procurado |
| 3 Não existe o número | 7 Ausente |
| 4 Desconhecido | 8 Falecido |
| 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO

Dirceu Alexandre Simões
Matrícula 8422455-0
CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Enésio Antônio Freire

DATA ENTREGA

19/08/15

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

(Área de cola no verso)

Carmo do Cajuru, 08 de setembro de 2015

Ao

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional em Minas Gerais

Av. Afonso Pena 1270, Correio Central – Térreo – Centro

CEP 30130-900 – Belo Horizonte – MG - Telefone (31) 3222-9051

Em atenção ao Ofício nº 26164/2015/SEI-MC, estamos encaminhando a documentação solicitada ou seja:

I. Ata da Eleição da diretoria em exercício

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de casamento)

III. CPF de todos diretores

Aproveitamos para nos colocar a disposição para atender as reivindicações necessárias.

Atenciosamente,

Adilene Rabelo da Fonseca 

CPF: 426.826.816-20

Cargo : Presidente

Rua José Demétrio Coelho, 678 – Sala 02 – Bairro : Centro

35510-000 – Carmo do Cajuru – MG

Fone : 37-99371194

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-2.606.344 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/06/2008

NOME ADILENE RABELO DA FONSECA

FILIAÇÃO ENEAS VILELA RABELO MARIA VILELA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE CARMO DO CAJURU-MG DATA DE NASCIMENTO 1/8/1960

DOC.ORIGEM CAS. LV-20B FL-292V CARMO DO CAJURU-MG

CPF 426826816-20

PJT-2149 NILMA S. REIS SANTOS ASSINATURA DO DIRETOR 2.VIA

LEI N°7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

2749

ASSINATURA DO TITULAR Adilene Rabelo da Fonseca

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE



2 CARTÃO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS

AUTENTICAÇÃO

O presente documento confere com o original apresentado.

Por fe. Carmo do Cajuru, 02 de setembro de 2015.

da verdade.

FENILMA DE OLIVEIRA

RS 4,02 TRU RS 1,25 Total RS 5,27 Lei 15.424

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

426.826.816-20

ADILENE RABELO DA FONSECA

01/08/1960

www.correios.com.br

CORREIOS

JUN/2008

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

2 CARTÃO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS

AUTENTICAÇÃO

O presente documento confere com o original apresentado.

Por fe. Carmo do Cajuru, 02 de setembro de 2015.

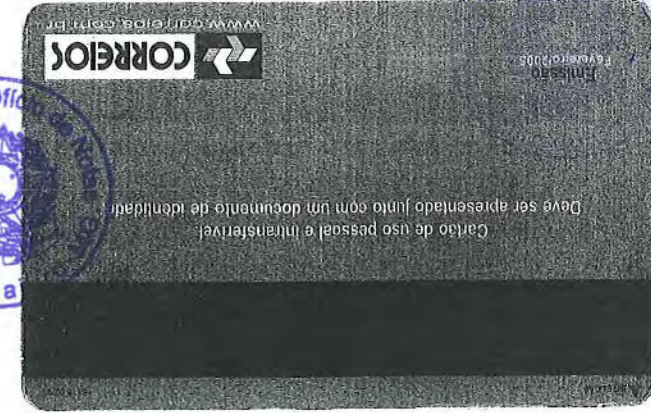
da verdade.

FENILMA DE OLIVEIRA

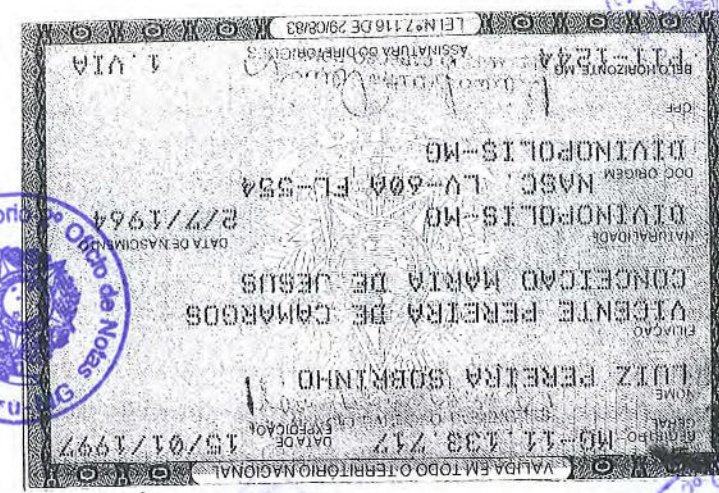
RS 4,02 TRU RS 1,25 Total RS 5,27 Lei 15.424

VERSO EM BRANCO

VERSO EM BRANCO



2 CRÍPULO DE NOTAS DE CEMO DO CAJURU - MINAS GERAIS.
AUTENTICACAO
O presente documento confere com o original apresentado.
Em It. Carmo do Cajuru, 02 de setembro de 2015.
FIRMA DE OLIVEIRA
Em It. da verdade.
EML. R\$ 4,02 TRJ R\$ 1,23 Total R\$ 5,27 Lei 15.429



VERSO EM BRANCO

VERSO EM BRANCO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-15.967.987 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/08/2005

NOME FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ

FILIAÇÃO GERALDO NOGUEIRA DA SILVA MARIA APARECIDA DE SOUZA SILVA

NATURALIDADE DIVINOPOLIS-MG DATA DE NASCIMENTO 9/4/1987

DOC. ORIGEM CAS. LV-25B FL-36 CARMO DO CAJURU-MG

CPF III-2149

IVETE MELO BRAUNA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

1. VIA



2 CARTÓRIO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS.

AUTENTICAÇÃO

O presente documento confere com o original apresentado.

Em TE. Carmo do Cajuru, 09 de setembro de 2015.

da veracidade

FERNANDA DE OLIVEIRA

R\$ 4,02 TFC R\$ 1,25 Total R\$ 5,27 Lei 15.404



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Fernanda Cristina de S. Queiroz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VERSO EM BRANCO

VERSO EM BRANCO



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **097.848.126-73**

Nome da Pessoa Física: **FERNANDA CRISTINA DE SOUZA QUEIROZ**

Data de Nascimento: **09/04/1987**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **30/05/2006**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **15:02:18** do dia **08/09/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **7001.3CE1.16EF.C000**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.


Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



17/03/86
 DATA DE
 EXPEDICAO
 GERALDO JOSE SOBRINHO
 NOME
 JOAO JOSE SOBRINHO
 MARIA DO CARMO
 FORMALIDADE
 ITAGUARA-MG
 DOC ORIGEM
 108.110-108 FL-53 ITAGUARA"MG"
 199040026-49
 Belo Horizonte MG
 Real Mesquita Machado
 FEN 116 DE 29/08/83



2. DOUTOR DE MORAES DE CARVALHO - NUNCA DEBILITADO
AUTENTICADO
O presente documento comparece com o original apresentado.
Dout. Dr. Carlos do Carmo, 03 de setembro de 2015.
Em fto. 
FERNANDA DE OLIVEIRA
Escrit. Nº 4/02 TFC Nº 1,25 TFCM Nº 5,27 Lei 15.010 de 2015

CIC

NASCIMENTO 05.08.41

INSCRIÇÃO NO CPF 199 040 026

CONTRIBUINTE GERALDO JOSE SOBRINHO

2º Off



2 CARTÃO DE NOTAS DE CARIÓ TIPO - NÚMERO 0076.

AUTENTICAÇÃO

O presente documento contém com o original apresentado.

Rua Teodoro da Silva, 93 de São Paulo de Minas.

Em 11-08-1964

[Assinatura]

FELICIANO DE OLIVEIRA

Empl. R\$ 4,20 Fm R\$ 1,25 Total R\$ 5,45

Ofício



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS PIC-003

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

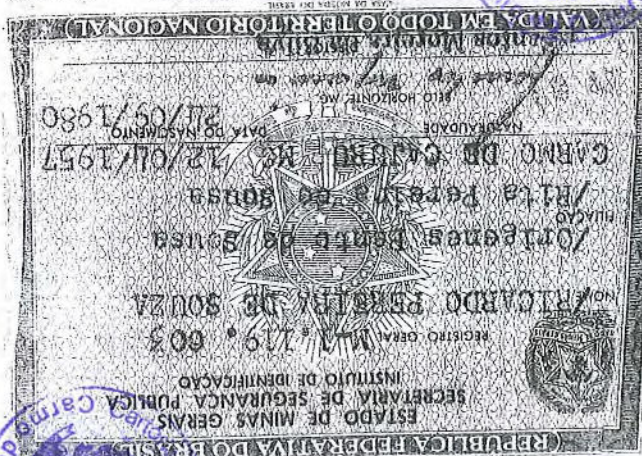
POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VERSO EM BRANCO

VERSO EM BRANCO



2 CARTÃO DE NOTAS DE CARMO DO CAJURU - MINAS GERAIS.

AUTENTICAÇÃO

O presente documento confere com o original apresentado.

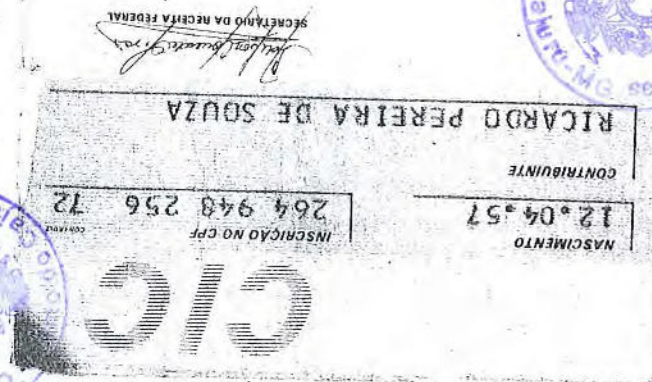
Doi fe. Carmo do Cajuru, 08 de setembro de 2015.

da verdade.

[Signature]

FERNANDA DE OLIVEIRA

Excl. R\$ 4,02 IPI R\$ 1,25 Total R\$ 5,27 Lei 13.424



AUTENTICAÇÃO

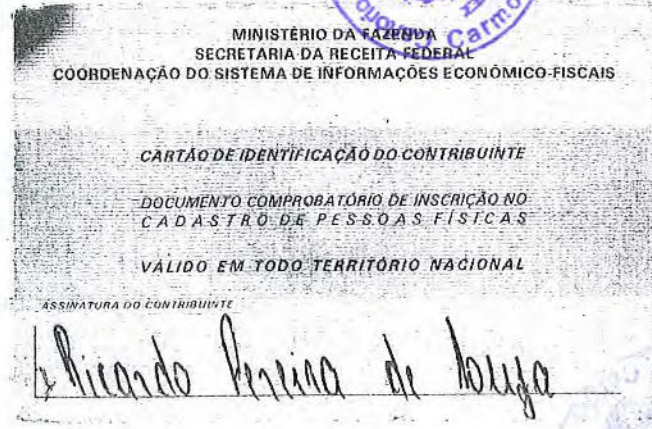
O presente documento confere com o original apresentado.

Doi fe. Carmo do Cajuru, 08 de setembro de 2015.

Em tto. *[Signature]* da verdade.

FERNANDA DE OLIVEIRA

Excl. R\$ 4,02 IPI R\$ 1,25 Total R\$ 5,27 Lei 13.424



VERSO EM BRANCO

VERSO EM BRANCO



Assembléia Geral da Associação Comunitária Cajuruense-ASCOCA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano de 2015 (dois mil e quinze) às 18,00 (dezoito) horas devidamente convocada conforme o Estatuto da Entidade, reuniu-se em Assembléia Geral, os associados da Associação Comunitária Cajuruense, em sua Sede a Rua José Demétrio Coelho nº 678, Sala 02, nesta Cidade de Carmo do Cajuru MG, com a finalidade de eleger sua nova Diretoria. Dando início aos trabalhos, conforme normas estatutárias, o Sr. Presidente Enézio Antonio de Freitas declarou aberta a sessão, explicou os motivos da Assembléia, de eleger a nova diretoria da Associação, pediu aos presentes que indicassem um sócio para presidir a sessão, foi indicado por todos o Sr. Enézio Antonio de Freitas que convidou o Sr. Pedro Paulo Maciel Júnior para secretariar a Assembléia o que foi aceito por todos. Em seguida verificou-se que havia apenas uma chapa inscrita, o Presidente colocou a chapa sobre a apreciação dos sócios presentes, que foi eleita por unanimidade, ficando assim composta a nova Diretoria da Associação: **Presidente** Adilene Rabelo da Fonseca CPF 426.826.816-20, Identidade MG-2.606.344, domiciliada a Rua Paulo Batista de Menezes Nº 421, Bairro Adelino Mano, para **Vice Presidente** o Sr. Luiz Pereira Sobrinho CPF 539.789.786-87, Identidade MG-11.133.717, domiciliado à Avenida José Marra da Silva nº 744, Centro, para **Secretário** o Sr. Geraldo José Sobrinho CPF 199 040 026-49 ,Identidade M-4.339.170,domiciliado à Avenida José Marra da Silva Nº 384, Centro, para **Tesoureira** a Sra. Fernanda Cristina de Souza Queiroz CPF 097.848.126-73, Identidade MG 15.967.987, domiciliada a Rua Tancredo de Almeida Neves nº 57, Centro, como representante do Conselho Comunitário ficou o Sr. Ricardo Pereira de Souza CPF 264.948.256-72, Identidade M-1.119.003, Domiciliado a Rua Conego João Parreiras Vilaça Nº 273 Centro, todos residentes em Carmo do Cajuru MG. Após serem empossados a nova Presidente da Entidade pediu a todos empenho nos trabalhos realizados pela Associação. A palavra foi colocada livre, e não houve manifestação. O Presidente da Assembléia pediu que o Secretário fizesse a leitura da presente ata que foi lida e aprovada por todos e assinada por mim secretario da Assembléia, pelo Presidente e demais diretores:

Secretário da Assembléia : Pedro Paulo Maciel Júnior

Presidente da Assembléia : Enézio Antonio de Freitas

Presidente : Adilene Rabelo da Fonseca

Vice Presidente : Luiz Pereira Sobrinho

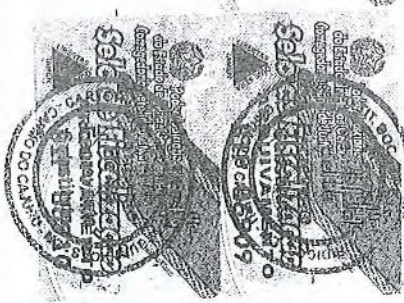
Tesoureira : Fernanda Cristina de Souza Queiroz

Secretário : Geraldo José Sobrinho

Representante Conselho Comunitário : Ricardo Pereira de Souza

CARTÃO DE NOTAS DE CARIÓTIPO
 E PASSAGENS DE CARIÓTIPO
 CARIÓTIPO DO CARIÓTIPO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 560 79
 A-2 30,45 120,72
 Registrado em 09/09/2015
 Oficial: *João Gonçalves de Pa*



2 CARTÃO DE NOTAS DE CARIÓTIPO - MENS CARIÓTIPO

AUTENTICAÇÃO

O presente documento confere com o original apresentado.

Em fe. Carmo do Cajuru, 10 de setembro de 2015.

Em ato: *Dr. João Gonçalves de Pa*

Procurador do Município

Assinatura: *Dr. João Gonçalves de Pa*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Memorando nº 3000/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2015

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias de pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária Cajuruense**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru/MG**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 11/09/2015, às 09:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0715247** e o código CRC **7356E420**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MG
Município: Carmo do Cajuru
Canal: 254
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA JOSÉ DEMÁTRIO COELHO
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.834.821/0001-59
Bairro: CENTRO
Número: 678
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 35510000
Número: 678
Município: Carmo do Cajuru
Telefone:

Logradouro: RUA JOSÉ DEMÁTRIO COELHO
Complemento: SOBRELOJA
Distrito:

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: MG

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 35510000
Número: 678
Município: Carmo do Cajuru

Logradouro: Rua José Demétrio Coelho
Complemento: Sobreloja
Distrito:

Bairro: Centro
SubDistrito:

UF: MG

Telefone:

Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="178"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="16/05/2000"/>	<input type="text" value="26/05/2000"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="349"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="14/09/2001"/>	<input type="text" value="17/09/2001"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="19703"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="08/10/2001"/>	<input type="text" value="23/10/2001"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>

☐ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE - CNPJ/CPF(02.834.821/0001-59)
Município/UF: CARMO DO CAJURU/MG
Indicativo: ZYC891

Situação: Entidade não possui débitos
Canal: 254

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (0733232), constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 28/09/2015, às 14:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0733239** e o código CRC **1417E50F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.043110/2011 Localidade / UF: CARMO DO CAJURU/MG
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CAJURUENSE
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Luiz Pereira Sobrinho	539.789.786-87	Vice-Presidente	23/02/2015 23/02/2019	
Geraldo José Sobrinho	199.040.026-49	Secretário	23/02/2015 23/02/2019	
ADILENE RABELO DA FONSECA	426.826.816-20	Presidente	23/02/2015 23/02/2019	
Fernanda Cristina de Souza Queiroz	097.848.126-73	Tesoureiro	23/02/2015 23/02/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 09 (0228334)
- CNPJ válido e atual FL. 11 (0228334)
- Cópia do RG e CPF FL. 02 a 12 (0713563)
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada FL. 13 e 14 (0713563)
- Último relatório do Conselho Comunitário FL. 30 a 32 (0228334)
- O Estatuto Social FL. 03 a 16 (008453)
- Certidão Anatel FL 02 (008453)

À consideração superior.

FERNANDA LELLIS FERNANDES

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional em Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 24376/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru / MG**, por meio da Portaria nº **178**, publicada no DOU de 26/05/2000, e Decreto Legislativo nº **349**, publicado no DOU de 17/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 17/09/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 16/08/2011, às fls. 02 e 07 documento SEI (0228334), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE
Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA

QUADRO DIRETIVO
Adilene Rabelo da Fonseca - Presidente
Luiz Pereira Sobrinho - Vice-Presidente
Geraldo José Sobrinho - Secretário

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 03 a 16 do documento SEI (0008453)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 13 e 14 do documento SEI (0713563)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 02 a 12 do documento SEI (0713563)
	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do	Ok, página 09 do documento

4.	Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, documento SEI (0228334)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 02 d o documento SEI (0008453)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, página 11 d o documento SEI (0228334)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 30 a 32 do documento SEI (0228334)

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, documento SEI (0733239).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da

requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Agente Administrativo**, em 29/10/2015, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 18/11/2015, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 13:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 08/01/2016, às 13:48, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1261385



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0794355** e o código CRC **5524B4AC**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.043110/2011-93**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17/09/2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043110/2011-93 e nº 53710.001485/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/09/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**, **Assistente Técnico**, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [denielle.silva](#), versão 2 por [denielle.silva](#) em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial**, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [evandro.leite](#), versão 2 por [evandro.leite](#) em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional em Minas Gerais

DESPACHO

Processo n.: 53000.043110/2011-93

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0794394), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		páginas 02 e 07 documento SEI (0228334)
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		página 09 do documento SEI (0228334)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		página 02 do documento SEI (0008453)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	x		página 11 do documento SEI (0228334)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		páginas 03 a 16 do documento SEI (0008453)
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		páginas 13 e 14 do documento SEI (0713563)
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		páginas 02 a 12 do documento SEI (0713563)
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		páginas 30 a 32 do documento SEI (0228334)

9	Relatório de apuração de infrações	x		documento SEI (0733239)
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0794398** e o código CRC **6301633A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Interessado: **Associação Comunitária Cajuruense**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.043110/2011-93 (ver documento 0794398), no qual a **Associação Comunitária Cajuruense** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carmo do Cajuru / MG**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/02/2016, às 10:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0923535** e o código CRC **821E3EC0**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.043110/2011-93**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17 de setembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043110/2011-93 e nº 53710.001485/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 531/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043110/2011-93 e nº 53710.001485/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0954515** e o código CRC **BE915168**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.043110/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0954533** e o código CRC **A8B9EAA6**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16865/2016/SEI-MC

Ao Senhor

ENÉSIO ANTÔNIO FREIRE

Representante Legal da Associação Comunitária Cajuruense

Rua José Demétrio Coelho, 678, Sala 02

35.510-000 / Carmo do Cajuru - MG

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.043110/2011-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 531, de 09 de maio de 2016.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1130984** e o código CRC **29647E21**.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO

SCE/CGRC

Of. nº 16865/2016/SEI-MC, 12/05/2016

ENDEREÇO / ADRESSE

53000.043110/2011-93

ENÉSIO ANTÔNIO FREIRE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE

CEP / CODE POSTAL

RUA JOSÉ DEMÉTRIO COELHO, 678, SALA 02

35.510-000

CARMO DO CAJURU - MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Enésio Antônio de Freitas

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

20/05/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Matricula - 8422455-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 39170532 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

20/05/16

14:30 h

:

h

:

h

AGÊNCIA MIN.COM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

NO

EN

CIL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.097210 1 68110000018222

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000003931097
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 31/05/2016		Valor documento 182,22	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de ServiÃ§o

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3931097 enviado em 11/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.097210 1 68110000018222

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 31/05/2016
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 11/05/2016	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 11/05/2016	Nosso número 00000000003931097	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 182,22	(=) Valor documento 182,22	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 3931097 enviado em 11/05/2016

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de ServiÃ§o

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 409, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.042278/2013-43 e nº 53790.001109/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM ZIGMUND FELINSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guarani das Missões/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 531, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043110/2011-93 e nº 53710.001485/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 535, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048416/2012-17 e nº 53103.000776/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DAMATA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Lourenço da Mata / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 538, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041817/2011-65 e nº 53680.000604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM OSCAR ROMERO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Luzia / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 544, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058151/2011-84 e nº 53830.001629/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de maio de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BATATENSE CULTURAL - ABC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Batatais / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 545, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014269/2012-81 e nº 53830.000921/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de junho de 2012, a autorização outorgada à SOCIEDADE DOS ECOLOGISTAS DE TAMBÁU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tambáú / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 548, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052854/2012-80 e nº 53820.000594/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA PORTAL DA SERRA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bom Retiro/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 683, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061976/2013-48 e nº 53740.0010171/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE SERTANÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Sertanópolis/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 686, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.024838/2013-88 e nº 53690.001420/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ROSÁRIO OESTE - AFARO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de ROSÁRIO OESTE/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 689, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048009/2013-91 e nº 53730.000068/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/08/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA DOS IMPOSSÍVEIS - FSRCDI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Teixeira/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 691, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055803/2012-18 e nº 53820.000610/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE PIRABEIRABA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Joinville / SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 729, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.050951/2012-38 e nº 53103.000821/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE OURICURI-ABO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouricuri/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 733, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007888/2014-81 e nº 53830.001915/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E BENEFICENTE - CENTENÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabatinga/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1190883** e o código CRC **B7A57329**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.043110/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.043110/2011-93

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 24376/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1241602** e o código CRC **FDA9C76C**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.043110/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Entidade: **Associação Comunitária Cajuruense**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/03/2017, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1738439** e o código CRC **06B80741**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 1738439

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Entidade: **Associação Comunitária Cajuruense**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 17/03/2017, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1738447** e o código CRC **C97820F5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 1738447

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.043110/2011-93**

Entidade: **Associação Comunitária Cajuruense**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 24376/2015 (Evento SEI 0794355) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0794394), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 20/03/2017, às 12:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1738452** e o código CRC **E03D6C52**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 1738452

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.043110/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 22:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1758853** e o código CRC **3F3B0C0B**.

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 1758853



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1882667** e o código CRC **C0D2125B**.

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 1882667

Brasília, 28 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.043110/2011-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carmo do Cajuru / MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

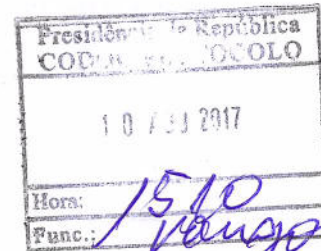
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
501/2017	53000.053915/2012-26	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense
502/2017	53000.056208/2011-19	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba
503/2017	53900.016191/2015-39	Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo
504/2017	53000.057441/2011-19	Associação Comunitária Santa Rita
505/2017	53000.031942/2012-48	Associação Beneficente Social de Santo Estevão
506/2017	53000.056621/2011-75	Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)
507/2017	53000.028473/2013-61	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança
508/2017	53000.070013/2013-35	Associação Karababá de Cultura
509/2017	53900.017866/2014-86	Conselho Comunitário de Radiofusão de Poço Fundo
510/2017	53000.043110/2011-93	Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA
511/2017	53900.007299/2015-31	Associação Comunitária de Ilhéus Bahia
514/2017	53000.057442/2011-55	Associação Comunitária Artística e Ecológica

515/2017	53900.028163/2015-64	Associação Comunitária São Francisco
516/2017	53900.017335/2015-74	Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ
517/2017	53900.017291/2015-82	Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim
518/2017	53900.012702/2014-62	Associação Comunitária Popular de Jaguaruana
519/2017	53900.003595/2014-81	Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP
520/2017	53000.031939/2012-24	Associação Comunitária Ana Roberto
521/2017	53000.020719/2012-75	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura do Gama
522/2017	53000.045952/2013-41	Associação Social e Beneficente
523/2017	53900.039538/2015-11	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso
524/2017	53900.039719/2015-48	Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura E Educação Social
525/2017	53000.075808/2013-30	Associação Comunitária Educativa E Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos
526/2017	53000.059200/2013-68	Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto
528/2017	53900.009247/2014-18	Associação Cultural Comunitária Kobu FM
530/2017	53000.049664/2012-85	Fundação Cultural E Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta
532/2017	53000.041817/2011-65	Associação Comunitária Dom Oscar Romero
533/2017	53000.056642/2011-91	Associação Comunitária de Vianópolis
535/2017	53000.051423/2012-04	Associação Comunitária Jabuticabal de Hidrolândia
536/2017	53900.006082/2014-22	Fundação de Assistência Social Betuel
537/2017	53000.040721/2013-41	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula
538/2017	53000.059285/2011-12	Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão
539/2017	53900.008053/2014-03	Associação Comunitária Amigos de Unaf - ACAU
540/2017	53000.055771/2011-61	Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária
541/2017	53000.048613/2013-17	Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação
542/2017	53000.010093/2013-70	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária
543/2017	53000.058734/2012-96	Associação de Moradores do Bairro Rosário

544/2017	53900.041862/2015-08	Associação Rádio Comunitária Rosário FM
545/2017	53900.053112/2015-71	Associação Comunitária de Radiodifusão
546/2017	53900.008337/2014-91	Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB
547/2017	53000.070514/2013-11	Associação Novabarrensense de Comunicação e Rádio Difusão
548/2017	53000.069974/2013-05	Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte
549/2017	53000.011716/2013-21	Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova
550/2017	53900.001546/2014-12	Associação Comunitária dos Radiodifusores E Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo
551/2017	53900.007754/2014-17	Associação Comunitária de Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM
552/2017	53900.000545/2014-42	Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté
553/2017	53000.057904/2011-34	Associação Comunitária e Cultural Ipanemense
554/2017	53000.058111/2011-32	Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí
555/2017	53000.056209/2011-55	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa
556/2017	53000.047332/2013-47	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 01/08/2017, às 15:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2092273** e o código CRC **1FA68061**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2092273

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.043110/2011-93
Referência: Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/08/2017, às 14:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2125042** e o código CRC **2F0346C1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 2125042

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
 53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
 53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
 53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
 53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
 53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
 53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
 53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
 53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
 53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
 53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
 53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
 53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
 53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
 53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
 53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
 53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
 53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
 53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
 53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
 53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
 53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
 53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
 53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
 53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
 53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
 53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
 53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
 53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
 53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
 53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
 53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
 53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
 53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
 53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
 53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
 53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
 53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
 53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
 53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
 53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
 53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
 53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
 53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
 53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
 53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
 53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
 53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
 53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
 53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
 53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.043110/2011-93.**

Entidade: **Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/07/2019, às 19:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 09/07/2019, às 10:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 20:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4342277** e o código CRC **8EC63D5F**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043110/2011-93, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, inscrita no CNPJ nº 02.834.821/0001-59, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carmo do Cajuru, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCnº 531, de 09 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.043110/2011-93

SEI nº 4342277

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043110/2011-93, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, inscrita no CNPJ nº 02.834.821/0001-59, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carmo do Cajuru, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCnº 531, de 09 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35249/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.043110/2011-93.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/09/2019, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4671697** e o código CRC **5875BCD9**.